Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

BRUNO LEONARDO FRAZÃO DA SILVA

O ESPAÇO TRANSFORMADO DO VALE DO MARANGÁ

reflexões sobre os impactos da violência rotinizada no bairro da Praça Seca

Rio de Janeiro
2024

BRUNO LEONARDO FRAZÃO DA SILVA

O ESPAÇO TRANSFORMADO DO VALE DO MARANGÁ

reflexões sobre os impactos da violência rotinizada no bairro da Praça Seca

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

S586e

Silva, Bruno Leonardo Frazão da
O espaço transformado do Vale do Marangá : reflexões sobre os impactos da violência rotinizada no bairro da Praça Seca / Bruno Leonardo Frazão da Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.
121 f.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

1. Violência urbana - Praça Seca (Rio de Janeiro, RJ). 2. Conflito social - Praça Seca (Rio de Janeiro, RJ) . 3. Exclusão social - Praça Seca (Rio de Janeiro, RJ) . 4. Rotina. 5. Estratificação social. I. Santos Junior, Orlando Alves dos , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

BRUNO LEONARDO FRAZÃO DA SILVA

O ESPAÇO TRANSFORMADO DO VALE DO MARANGÁ

reflexões sobre os impactos da violência rotinizada no bairro da Praça Seca

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em: 24/07/2024

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ).

_____

Prof. Dr. Taísa de Oliveira Amendola Sanches

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ).

_____

Prof. Dr. Monique Batista Carvalho

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ).

DEDICATÓRIA

Para todos que não puderam.

AGRADECIMENTOS

De antemão, gostaria de agradecer minha mãe e meu pai, Andréia Frazão e Marcio Pinto, que incentivam e apoiam minha caminhada acadêmica, profissional, sempre contribuindo para meu crescimento pessoal.

Agradeço as minhas amizades Lauro Gordon, Lucas Sanfins, Gabriel Pinho, Felipe Brandão, Fernanda Vitória, Luana Vicente e Yasmin Gomes pelos momentos de lazer e descontração distribuídos ao longo da confecção dessa dissertação.

Agradeço a toda a minha turma de mestrado do instituto, mas principalmente Cíntia Frazão, Giuliana Lopes, Paloma Rodrigues, Breno Serodio, Vicente Brêtas e Utanaan Reis pelas trocas, apoios e aprendizados.

Agradeço ao meu orientador Orlando Júnior, ao nosso grupo de pesquisa Direito à Cidade e ao INCT Observatório das Metrópoles pelas diversas oportunidades de crescimento profissional.

E por último, mas não menos importante, sou grato a Praça Seca e a Zona Oeste por serem o espaço que me acolheu da infância ao início de minha vida adulta e que me moldou para ser a pessoa que sou hoje.

Na conjuntura do terceiro milênio, todo morador da cidade é abordado pela violência.
Esta separa os homens, mas ao mesmo tempo os une no medo que inspira.
(SANTOS, 2009)

RESUMO

O presente trabalho é uma análise crítica do impacto da violência rotinizada no bairro da Praça Seca, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, no que tange à configuração do território e do cotidiano de seus moradores. Com este propósito em foco, as discussões foram distribuídas em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, a introdução, contextualiza a problemática, apresenta os objetivos, os métodos de coleta de dados e a metodologia de análise. O segundo capítulo abordou a relação entre Estado e violência e a consolidação das desigualdades socioespaciais, orientado por diversos conceitos, tais como monopólio da força, cidadania mutilada, hegemonia, legitimidade, sujeição criminal, colonização do imaginário, vitimização, sociabilidade violenta, ideologia punitiva, dentre outros. No terceiro capítulo elaborei uma reflexão histórica da trajetória do bairro, desde os primeiros registros sobre o território até os dias atuais, expondo as mudanças de configuração espacial, os aspectos culturais, esportivos, educacionais, etc. No quarto capítulo foi elaborada uma narrativa sobre os conflitos armados nos últimos vinte anos, a partir de reportagens publicadas na mídia, com repercussão na Praça Seca, e a apresentação de relatos de moradores e ex-morador do bairro. O quinto capítulo foi destinado para apresentar um balanço da pesquisa realizada: suas contribuições para a academia, as limitações que surgiram no processo de investigação e possibilidades de eventuais desdobramentos em trabalhos futuros.

Palavras-chave: Violência Rotinizada; Praça Seca; Conflitos Armados; Violência Urbana.

ABSTRACT

The present work is a critical analysis of the impact of routinized violence in the Praça Seca neighborhood, West Zone of the city of Rio de Janeiro, in terms of the configuration of the territory and the daily lives of its residents. With this purpose in focus, the discussions were distributed across five chapters, in addition to the introduction and final considerations. The first chapter, the introduction, contextualizes the problem, presents the objectives, data collection methods and analysis methodology. The second chapter addressed the relationship between State and violence and the consolidation of socio-spatial inequalities, guided by several concepts, such as monopoly of force, mutilated citizenship, hegemony, legitimacy, criminal subjection, colonization of the imaginary, victimization, violent sociability, punitive ideology, among others. In the third chapter I prepared a historical reflection on the neighborhood's trajectory, from the first records about the territory to the present day, exposing the changes in spatial configuration, cultural, sporting, educational aspects, etc. In the fourth chapter, a narrative was prepared about armed conflicts over the last twenty years, based on reports published in the media, with repercussions in Praça Seca, and the presentation of reports from residents and former residents of the neighborhood. The fifth chapter was intended to present an overview of the research carried out: its contributions to the academy, the limitations that arose in the research process and possibilities for possible work developments in the future.

Keywords: Routinized Violence; Praça Seca; Armed Conflicts; Urban violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diferentes paisagens do bairro 17

Figura 2 – Bairro da Praça Seca 17

Figura 3 – Tipologia da Violência 25

Figura 4 – Cervos disputando pela atenção da fêmea 27

Figura 5 – Proporção de pessoas negras e pobres por área de ponderação - Rio de Janeiro, 2000 34

Figura 6 – Percentuais de conteúdo nos principais telejornais nacionais 45

Figura 7 – Casa-Sede do Engenho D'Água 57

Figura 8 – Coreto da Praça Seca em 1930 60

Figura 9 – Cinema Baronesa 63

Figura 10 – MIRATUS Centro de Treinamento de Badminton 69

Figura 11 – Quadra de atletismo da Vila Olímpica 70

Figura 12 – Mapa da Rede de Transportes do Município do Rio de Janeiro 71

Figura 13 – A vila e o espaço desapropriado 72

Figura 14 – Comércio informal no espaço desapropriado 73

Figura 15 – A praça 74

Figura 16 – Residência na Rua Japurá 75

Figura 17 – Visão geral dos conjuntos habitacionais 76

Figura 18 – Detalhes da segurança privada 77

Figura 19 – Comércio e moradia na Chacrinha 79

Figura 20 – Disposição das principais favelas da Praça Seca 84

Figura 21 – Bandidos subindo o morro do Bateau 87

Figura 22 – A grande escapada 88

Figura 23 – Cadáveres carregados por motoboys 24 horas após operação 89

Figura 24 – Quantidade de Tiroteios no bairro da Praça Seca entre 2017 e 2023 . 90

Figura 25 – Porcentagem de favelas dominadas economicamente (em %) 92

Figura 26 – Movimentação em tiroteio na Praça Seca 94

Figura 27 – Ônibus queimados em resposta a morte de Sobrinho de Zinho 96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA: Amigo dos Amigos

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BOPE: Batalhão de Operações Policiais Especiais

BPM: Batalhão de Polícia Militar

BRT: *Bus Rapid Transit*

CIEP: Centro Integrado de Educação Pública

DRACO: Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas

FBSP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FEBEM: Fundação Estadual do Bem-estar do Menor

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FUNABEM: Fundação Nacional do Bem-estar do Menor

GAM: Grupamento Aeromóvel

GENI: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA: Instituto Carioca de Atividades

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPM: Movimento Paz na Mídia

MUMEPS: Museu de Memórias da Praça Seca

MVCI: Mortes Violentas por Causa Indeterminada

OMS: Organização Mundial da Saúde

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PM: Polícia Militar

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PROAP: Programa de Urbanização de Assentamentos Populares

PT: Partido dos Trabalhadores

RECOM: Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SMEL: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro

TCP: Terceiro Comando Puro

UPP: Unidade de Polícia Pacificadora

ZEIS: Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **14**

2 A PARALAXE DA VIOLÊNCIA E O ESTADO: DEFINIÇÕES, CORRELAÇÕES E NARRATIVAS **22**

2.1 VIOLÊNCIA, SOCIOGÊNESE DO ESTADO E ACULTURAÇÃO **23**

2.2 AS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES DA VIOLÊNCIA URBANA **36**

2.3 A VIOLÊNCIA COMO UM SISTEMA DE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS **46**

3 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E A CONSOLIDAÇÃO DO COTIDIANO DA PRAÇA SECA **53**

3.1 DO VALE DO MARANGÁ AO BAIRRO DA PRAÇA SECA **53**

3.2 A PLURALIDADE ATUAL DA PRAÇA SECA **66**

4 A PRESENÇA DOS ILEGALISMOS NO BAIRRO DA PRAÇA SECA E ARREDORES **81**

4.1 A VIOLÊNCIA QUE TRANSFORMA **81**

4.2 A VIOLÊNCIA ROTINIZADA COMO PRODUTORA DE COTIDIANOS **96**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **106**

1 INTRODUÇÃO

A inquietação que suscitou o desenvolvimento desta dissertação é fruto de duas décadas de vivências como morador do subúrbio do Rio de Janeiro, somado a anos de estudos e trabalhos de extensão na área do direito à cidade, tendo por foco as temáticas de violência e contrastes urbanos. A cidade do Rio de Janeiro apresenta uma das maiores taxas de criminalidade em todo o país, além de números recordes de ações violentas. De acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2021), 34,2% das mortes por causas externas no estado são classificadas como Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI), índice maior do que o de mortes por homicídios (20,3%). Conforme trecho de uma matéria publicada na plataforma G1, em maio de 2017: “(...) no Rio, nos três primeiros meses de 2017, 1.867 pessoas morreram vítimas de homicídios, roubos, agressões e em operações policiais. Na Síria, neste mesmo período, 2.188 civis morreram em ataques e confrontos”. Pode-se enxergar, tanto pelos valores absolutos quanto por suas formas, como a violência enraizada e normalizada na cidade do Rio de Janeiro se aproxima da violência em zonas de guerra.

Embora o Rio de Janeiro seja uma cidade notoriamente violenta, é importante ressaltar que a violência é reproduzida de maneiras e em frequências diferentes ao longo de seu território. De acordo com o infográfico disponibilizado pelo jornal virtual O Globo (2016), é possível identificar como a Zona Norte e a Zona Oeste possuem índices maiores de Homicídios Dolosos em contraste com a Zona Central e a Zona Sul da cidade. Por exemplo, na região da 28ª DP, que contempla os bairros de Campinho, Cascadura, Praça Seca, Quintino Bocaiúva e Vila Valqueire, na ocasião, possuía uma taxa de homicídio de 9,61 a cada 100 mil habitantes. Enquanto isso, na 15° DP, que contempla os bairros da Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, São Conrado e Vidigal, a taxa de homicídios dolosos no mesmo período era de 1,64 a cada 100 mil habitantes.

O bairro da Praça Seca, objeto empírico deste trabalho, possui cerca de 65 mil habitantes, com IDH 0,845, ocupando o 57° no ranking de bairros do município do Rio de Janeiro[1]. O distrito em questão se encontra na divisa entre a Zona Norte e

[1] Dados do IBGE de 2000.

a Zona Oeste da cidade, possuindo especificidades morfológicas que o torna um território de constantes disputas entre diversos grupos armados, sendo dominado por variadas organizações ao longo da década passada e da década atual. No discurso midiático, o bairro é constantemente apresentado como um local perigoso e extremamente violento.

O bairro da Praça Seca possui uma trajetória histórica parecida com diversos outros bairros do subúrbio do Rio, onde possuía um perfil social e uma malha urbana consolidada por décadas e que, após a expansão demográfica e, consequentemente, o processo de expansão e intensificação da favelização no município, passa por mudanças nas dinâmicas, nas estruturas das malhas urbanas, nos perfis sociais e dá espaço também para uma pluralidade de vivências no mesmo território. Tal processo de expansão que chega de encontro ao bairro principalmente na década de 1990 é um exemplo de como o Estado não conseguiu contemplar toda a transformação espacial necessária para abarcar a demanda de moradia e serviços para os novos moradores da área. E é por isso que ao andar pelas ruas desse bairro majoritariamente residencial, é possível ver casas, materialidades, formatos de rua e tipos de estrutura de imóveis muito diferentes e contrastantes entre si. Enquanto nas partes mais centrais (como a Rua Baronesa) é possível visualizar casarões vistosos e antigos, nos limites do bairro (perto da região do IPASE, por exemplo) a paisagem é diferente.

Referente à morfologia da Praça Seca, possui um relevo acidentado, sendo a parte central mais plana e as partes fronteiriças mais altas, tendo de um lado o Parque Estadual da Pedra Branca e do outro o Parque Nacional da Tijuca. O bairro é cortado pela Rua Cândido Benício, que liga Madureira a Taquara, onde passa o BRT, tendo as ruas Barão, Baronesa, Florianópolis e Albano como as vias transversais mais relevantes para o fluxo do bairro. O formato da Praça Seca e a sua localização são aspectos muito relevantes porque o bairro é um ponto de ligação entre Zona Oeste e Zona Norte (assim como também é um dos acessos para a região de Jacarepaguá), e por consequência, um território de disputas entre milícia e tráfico, principalmente nesses últimos 10 anos.

Figura 1 - Diferentes paisagens do bairro

Fonte: Google (2023)

Figura 2 - Bairro da Praça Seca

Fonte: CARVALHO; ROCHA; DA MOTTA (2023)

A década de 2010 na Praça Seca foi marcada pela violência. Embora o bairro não tenha recebido uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), os conflitos e a repressão policial se fizeram presentes, principalmente nas favelas do território[2]. Em 2018 foram registrados ao menos 270 tiroteios na região, sendo considerada, então, uma das áreas mais violentas do Rio[3]. No mesmo ano, mais de 2700 militares foram mobilizados para uma operação em sete comunidades dessa região, resultando em sete pessoas mortas, 22 suspeitos presos e três menores de idade apreendidos. Os anos se passaram, mas a violência permanece no bairro, sem ações concretas que possam levar esse ciclo ao seu fim.

Para além dos conflitos violentos armados, a população do bairro também sofre pela ausência do Estado para garantir suas necessidades básicas. Com o processo de expansão da região, que se inicia na década de 1990[4], as movimentações estatais para garantir aos novos domicílios abastecimento de água de qualidade, acesso a energia elétrica, formas adequadas de saneamento básico e esgotamento sanitário se mostram ineficientes, estruturando o território em duas grandes tipologias gerais[5]: uma que existe pré expansão da Praça Seca, com os aportes mínimos garantidos pelo Estado; e outra pós expansão do bairro, sem tais aportes mínimos. Com o passar das décadas, esse cenário não sofreu grandes alterações, uma vez que a dinâmica de duas tipologias gerais se mantém até os dias atuais.

Apesar do cenário complexo em que a Praça Seca se encontra, é notória a movimentação de organizações locais e de líderes comunitários que trabalham para a promoção da inclusão social e cultural, além de buscarem a criação de oportunidades para os moradores do bairro. Como exemplo, podemos citar o Orfanato Santa Rita de Cássia, que oferece atividades sociais especiais de alta

---

[2] As favelas do bairro são: Barão, Bateau Mouche, Chacrinha, São José Operário, Capitão Menezes, Mato Alto, Espírito Santo, José de Anchieta, São Marcelo, São Marciano, São Sebastião, Travessa Limeira, Travessa Antonina e Vila José de Anchieta. As três primeiras favelas citadas são as protagonistas da maioria dos conflitos, principalmente por suas localizações.

[3] Dados do aplicativo Fogo Cruzado.

[4] Esse crescimento foi, dentre diversos motivos, uma reverberação tardia do aumento da população por meio da redução da taxa de mortalidade e da alta taxa de natalidade nas décadas de 1950 e 1960, mas também por meio do processo de êxodo rural para as principais cidades, que não estavam preparadas para acolher tantos novos habitantes

[5] Importante mencionar que dentro destas duas tipologias principais, o bairro ainda possui certa diversidade frente às malhas urbanas, visto que seu processo de expansão antecedeu o *boom* demográfico da década de 90.

complexidade e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças internas e externas ao bairro. Pode-se citar também a Associação Miratus de Badminton, entidade não governamental sem fins lucrativos, com enfoque na promoção do desenvolvimento social por meio da educação e do esporte para crianças moradoras da Praça Seca, mas também do Tanque, bairro vizinho.

Frente a este contexto, percebem-se movimentações sociais para o combate das mazelas que a violência traz, em uma busca de novas narrativas e táticas de enfrentamento, mas que não se capilariza a ponto de adentrar no senso comum e, consequentemente, de configurar uma nova forma de lidar com as estruturas violentas. Ao contrário: as narrativas são adulteradas ou apagadas, principalmente por veículos midiáticos, e as novas práticas incorporadas pelo Estado utilizadas nos últimos anos acabam por agravar ainda mais a situação, tornando a violência uma peça crucial enraizada no ordenamento social do bairro[6], acarretando algo que poderia ser descrito como o que Luiz Antônio Machado da Silva define como sociabilidade violenta (2004)[7].

A partir da imersão neste contexto, constatei como a presença da violência influencia as rotinas diárias de considerável parcela dos moradores do subúrbio do município do Rio de Janeiro, nas suas mais variadas expressões, consolidando dinâmicas de desigualdades sociais e estigmatizações. E, para além disso, como as práticas estatais se mostram estruturalmente ineficazes no enfrentamento deste cenário.

Na literatura encontramos diversos autores que têm se debruçado sobre a violência urbana em territórios populares. Alguns autores, como Zygmunt Bauman, Yves Pedrazzini e Itamar Rocha dos Santos, tratam a violência urbana como expressão das desigualdades sociais e da ausência do Estado, ou seja, como expressão da desordem social. Outros autores, como Luiz Antonio Machado da Silva e Michel Misse, têm buscado entender a violência urbana como um sistema de práticas e representações sociais que configura um certo padrão de sociabilidade que envolve diversos agentes e instituições, dentro e fora do Estado. Alinhado com

---

[6] Replicando padrões de ordenamento presentes na escala metropolitana como um todo.

[7] O conceito de sociabilidade violenta utilizado nesta dissertação de mestrado é uma percepção desenvolvida em cima da conceitualização original de Machado da Silva, o que será esclarecido ao longo do capítulo seguinte.

esta última abordagem, pretendo explorar esta perspectiva analítica em um território específico, a Praça Seca.

A problemática geral da pesquisa envolve, portanto, a relação entre violência e cotidiano. Os conceitos de sociabilidade violenta, sujeição criminal e de ideologia punitiva, que são apresentados de forma aprofundada no segundo capítulo, e são utilizados como arcabouço teórico para analisar e refletir sobre os diferentes discursos e práticas presentes no território do bairro da Praça Seca nos capítulos seguintes. A ênfase da pesquisa está em apresentar e discutir os impactos da violência rotinizada nas dinâmicas de sociabilidade dos moradores do bairro da Praça Seca, analisando diferentes trajetórias e perfis, além da transformação do território ao longo dos séculos.

Assim, o objetivo geral da dissertação é refletir sobre os impactos da violência rotinizada nos espaços e nos moradores do bairro da Praça Seca, considerando seu contexto de desigualdade social, racial, econômico e espacial entre o território e outras partes da cidade, mas também nas desigualdades encontradas dentro do próprio bairro.

Tenho como objetivos específicos da pesquisa: sistematizar a discussão sobre a consolidação das desigualdades sociais à partir da relação entre violência e Estado; apresentar o processo de origem, expansão e transformação do bairro Praça Seca desde as primeiras ocupações; analisar as mudanças e consolidações do perfil dos moradores e dos grupos armados presentes no território, no período entre 2013 e 2023 como recorte temporal específico[8]; apresentar uma análise dos impactos da violência rotinizada nas relações sociais e nas trajetórias de diferentes perfis de moradores do território do bairro e; propor reflexões que permitam desdobramentos em trabalhos futuros.

Para alcançar os objetivos propostos, a dissertação está organizada em cinco capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais, descritos a seguir.

No próximo capítulo, apresento os conceitos centrais que serão utilizados como arcabouço teórico deste trabalho. Primeiramente aciono os conceitos de hegemonia, monopólio da força, dominação e consenso para contextualizar o campo

[8] Já que se vinculam as ondas de violência mais significativas do bairro

dos estudos da violência. Após a introdução da violência e de seus aspectos, apresento brevemente sua relação com a sociogênese do Estado e dos processos de colonização do imaginário e aculturação. Em seguida, apresento os conceitos de ideologia punitiva e sociabilidade violenta de forma aprofundada e fundamentada em autores da área, pois são as bases teóricas principais para a produção dos capítulos três e quatro. Após a apresentação, exploro mais detalhadamente o conceito de sociabilidade violenta e como ela se manifesta na sociedade, além de expor exemplos de práticas sociais que reforçam a violência e sua relação com a ideologia punitiva. Em seguida, exploro a relação entre ambos os conceitos, discutindo como a ideologia punitiva influencia a sociabilidade violenta e como a sociabilidade violenta retroalimenta a ideologia punitiva. Encerro o capítulo argumentando como a simultaneidade de ambos os conceitos consolida as dinâmicas de violência rotinizada, e aciono outros conceitos para demonstrar a relação cíclica estruturada e estruturante entre indivíduo, violência e contexto urbano.

O terceiro capítulo consiste na análise histórica do bairro. Para a confecção da primeira parte, foi utilizado como base principal o livro “O Vale do Marangá” para apresentar o trajeto histórico do território desde seus primórdios, seu processo de urbanização, sua consolidação como bairro de alto padrão e, posteriormente, seu processo de degradação. Locais históricos, instituições, posturas estatais, indivíduos e conjunturas do processo de expansão da cidade são apresentados para a compreensão deste processo histórico. Na parte seguinte do capítulo apresento a conjuntura atual do bairro, com enfoque nas modificações do que foi estabelecido previamente, além de incluir os novos padrões associativos, as novas movimentações culturais e sociais e as movimentações estatais que vêm ocorrendo no bairro.

O quarto capítulo tem como objetivo correlacionar as informações levantadas sobre o bairro no terceiro capítulo com os impactos da violência rotinizada, ou seja, como esta se manifesta nas dinâmicas cotidianas dos moradores do bairro. Na primeira parte é apresentado a trajetória histórica dos grupos armados na Praça Seca a partir de reportagens que evidenciam a construção midiática do bairro, tendo início no “Pessoal do Deco” em 2004, passando pelos diferentes atores (como Lica, Doem, Dande, etc) e pelas diferentes facções do tráfico e da milícia que ocuparam o território (como o Comando Vermelho, o Bonde do Ecko, etc) alcançando até o

cenário de dezembro de 2023. A parte seguinte do capítulo se debruça em relatos coletados por meio de entrevistas com moradores de diferentes partes do bairro para embasar empiricamente os impactos da violência rotinizada no cotidiano.

O quinto e último capítulo é reservado para apresentar as considerações finais referentes à pesquisa e para propor reflexões quanto às dinâmicas violentas no cotidiano do bairro da Praça Seca, de forma que o trabalho não apenas problematize o território, mas que também permita eventuais desdobramentos em trabalhos futuros.

O trabalho se aproxima da abordagem histórica por ter um amplo recorte temporal e um cuidado com os contextos passados, mas o foco principal é o estudo e análise da violência como um processo dialético, ou seja, onde causa e efeito se contrastam e, simultaneamente, se complementam. Por este motivo, selecionei a teoria crítica como abordagem metodológica para esta pesquisa de mestrado.

Busquei levantar dados sobre o bairro e seus moradores por três meios diferentes. São eles: entrevistas, análise de reportagens e levantamentos bibliográficos. As entrevistas foram semi-estruturadas, com o intuito de dar espaço para novas reflexões e questionamentos frente às informações recebidas. As entrevistas foram feitas em locais públicos, sendo realizadas com moradores das diferentes localidades do bairro e com variadas faixas etárias. O principal acervo virtual utilizado foi o IBGE, mas bases de dados de institutos como Fogo Cruzado e de grupos de pesquisa como o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI) (UFF) e CIDADES (UERJ) também foram utilizados.

Este trabalho busca contribuir ao campo de três maneiras diferentes, porém interligadas. Em primeiro lugar, aumentando o acervo de estudos empíricos na Zona Oeste do Rio de Janeiro, local pouco estudado dentro da academia. Em segundo, propondo análises empíricas com perspectivas menos recorrentes, considerando os aspectos gerais, objetivos e subjetivos da violência. E em terceiro, contribuindo para o entendimento do bairro da Praça Seca para além do discurso midiático, ao privilegiar narrativas não hegemônicas de seus moradores.

2 A PARALAXE DA VIOLÊNCIA E O ESTADO: DEFINIÇÕES, CORRELAÇÕES E NARRATIVAS[9]

O intuito deste capítulo é apresentar uma síntese do processo de consolidação estrutural das desigualdades sociais, raciais, econômicas e espaciais, orientada por conceitos acionados ao decorrer do texto. Inicialmente apresento a definição de violência da OMS, tendo cuidado especial ao apontar quais tipos de atos violentos serão considerados, além de levantar alguns aspectos que considero pertinentes para o entendimento da minha retórica. Me aprofundo nas contribuições originais de Gramsci e Norbert Elias para apresentar a relação entre violência e Estado, complementando com reflexões e questionamentos referentes à lógica de pensamento do monopólio da força. Realizo um breve apanhado histórico para apresentar a relação de aculturação, colonização do imaginário e desigualdade social. Faço uma revisão bibliográfica na segunda parte do capítulo, analisando as diferentes percepções acerca da violência urbana dentro da academia, assim como a narrativa dos meios de comunicação. Ao decorrer de todo o texto do capítulo, apresento aspectos da ideologia punitiva e da sociabilidade violenta, onde busco analisar suas confluências, e apresento como ambos os conceitos se retroalimentam. Em seguida, encerro o capítulo argumentando que esta simultaneidade que se retroalimenta consolida a violência rotinizada. Para tal, aciono os conceitos de cidadania mutilada, hegemonia, legitimidade, sujeição criminal, vitimização, consolidando, assim, o arcabouço teórico utilizado nesta dissertação.

[9] Paralaxe é um conceito utilizado comumente na astronomia e na matemática, e que consiste em um aparente deslocamento de um objeto observado, que é causado por uma mudança no posicionamento do observador, embora o objeto observado não venha a se deslocar. Esse conceito é recorrente nas obras de *Slavoj Žižek*, filósofo eslavo, e dialoga com o tema abordado ao longo do capítulo, uma vez que o ato violento segue sendo o mesmo, mas que, por meio das diferentes formas de observação, culmina em diferentes interpretações e reflexões.

2.1 VIOLÊNCIA, SOCIOGÊNESE DO ESTADO E ACULTURAÇÃO

Violência é um termo amplo que abrange diversas possibilidades, formas, intensidades, classificações e naturezas. Para a confecção deste trabalho, utilizo a definição de violência estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Krug et al, 2002):

> A violência é definida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al, 2002).

Dentro desta percepção, de acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde produzido pela Divisão de Prevenção da Violência da OMS (KRUG *et al*., 2002), a violência pode ser categorizada como interpessoal[10], coletiva[11] e autodirigida[12]. Cada um desses tipos de violência ainda possuem subcategorias que possuem a função de especificar mais os tipos de atos violentos. Para além dessa proposta de forma de classificação, os autores também propõem a classificação da natureza da violência em quatro possíveis formas. São elas: Violência Física[13], Violência Sexual[14], Violência Psicológica[15] e Violência de Privação ou Abandono[16]. O gráfico a seguir apresenta todas as diferentes tipologias possíveis propostas, totalizando 38 configurações distintas que podem ser utilizadas para a análise de atos violentos.

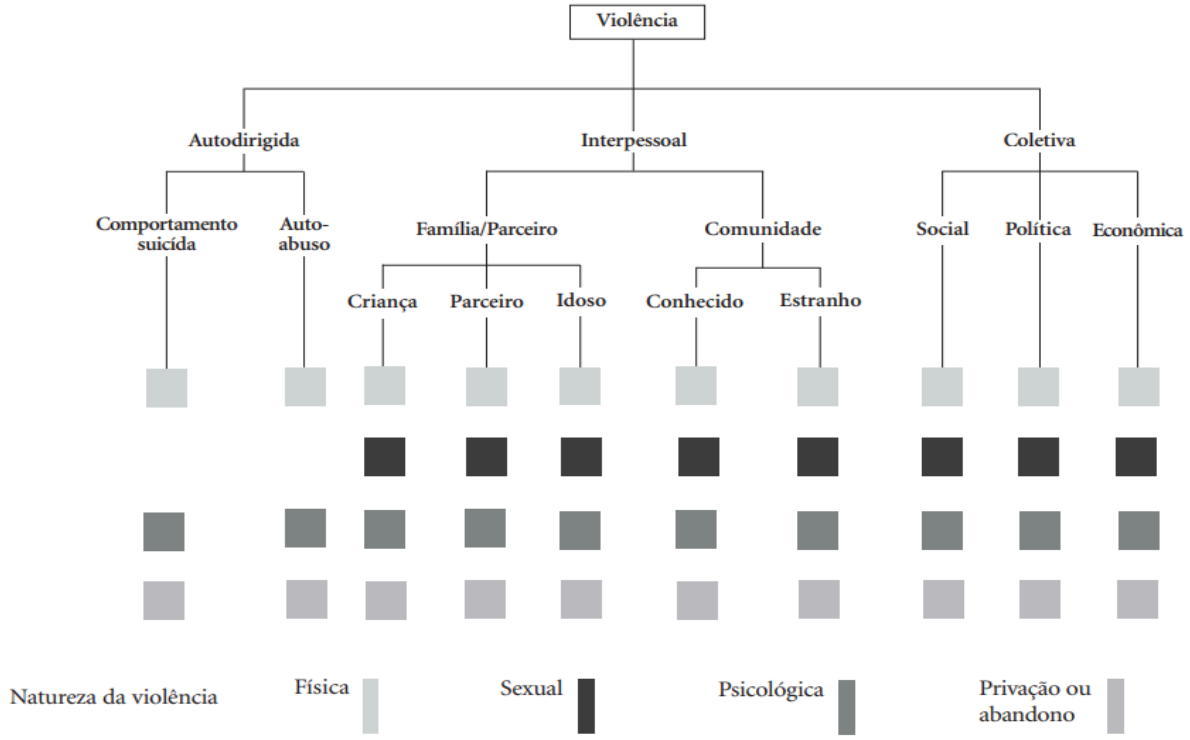
É imprescindível ressaltar que apenas parte da tipologia de atos violentos serão considerados para a produção deste trabalho. Embora creio que seja possível levantar exemplos de todos os tipos diferentes de atos violentos no recorte espacial

---

[10] Quando uma pessoa agride outra, pode ser um membro da comunidade, um familiar ou parceiro.
[11] Quando é causada a um grupo social, podendo ser política, econômica ou social.
[12] Quando o ato é causado contra si próprio, a partir do auto-abuso ou comportamentos suicidas.
[13] Corresponde às agressões que causam qualquer dano físico, por meio do uso de qualquer objeto, arma de fogo, arma branca ou até a força física.
[14] Compreendida como todo e qualquer ato de cunho sexual em que não há o consentimento de ao menos uma das partes, ocorrendo quando a vítima não se encontra capaz de consentir ou se opor ao ato sexual.
[15] Refere-se a situações em que há abuso de poder ou agressão por meio de palavras, ameaças, coação, humilhação, gestos sem a utilização ou auxílio da força física. Ocorre quando há algum dano psicológico à vítima.
[16] Ocorre quando o acesso às condições necessárias para a subsistência ou para uma vida digna são negadas ao(s) indivíduo(s). Nesse tipo de violência existe uma relação de poder entre o agressor e a vítima, onde os atos violentos podem ocorrer por meio da ausência de cuidado ou abandono (no caso de crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais).

desta dissertação, busco privilegiar aqueles de natureza física e psicológica, das categorias interpessoais de comunidade e das subcategorias da ação violenta coletiva.

Figura 3 - Tipologia da Violência



Fonte: Krug et al. (2002)

Para discorrer sobre como a violência pode ser utilizada como um recurso de dominação e manutenção da hegemonia de um Estado, antes é necessário apresentar alguns aspectos relevantes para seu entendimento.

A violência ou o ato violento podem ser analisados à partir de sua definição, ou à partir de dados com cunho qualitativo ou quantitativo, a depender do objetivo da análise. Nesta dissertação utilizo ambas óticas, porém neste capítulo privilegio analisar a violência como conceito.

Outro aspecto a se considerar é de que a violência não é algo que deva ser analisado ou tratado de forma isolada. Esta afirmação carrega um sentido duplo, onde tanto num sentido mais conceitual, quanto num sentido mais objetivo, o ato violento “não é o ‘momento’ de um processo, mas sim um ‘objeto construído’, parcial, autônomo e, portanto, auto-contido” (MACHADO DA SILVA, 2004. p. 54-55).

De um ponto de vista mais conceitual, para o entendimento do ato violento é necessário analisá-lo em conjunto aos constructos sociais e contextos individuais articulados com o mesmo e que levam a sua prática. De um ponto de vista mais objetivo, para o enfrentamento do ato violento, estes mesmos constructos sociais e contextos individuais precisam ser considerados para a elaboração de qualquer tipo de plano que seja de alguma forma eficiente. Ou seja, o que busco apresentar levantando este aspecto é de que a violência ou o ato violento precisa ser interpretado como uma consequência e não como uma causa, e que esta mudança de percepção tem impacto direto na eficiência das ações tomadas para o enfrentamento de tal, o que argumento ao longo destes escritos.

Freud defende a hipótese de que a violência é inerente ao ser humano. Sua perspectiva sobre violência pode ser observada em seu conceito de “Pulsão de Morte”, ou *Thanatos* (1920/2016). De acordo com Freud, os seres humanos possuem uma unidade inerente em direção à destruição e à agressão, juntamente com os instintos de vida. Argumentava que o *thanatos* opera em um nível inconsciente e pode se manifestar como comportamento violento ou agressão dirigida a si mesmo ou aos outros. Em seu livro “O Mal-estar na Civilização” (1930/2011), explora a tensão entre civilização humana e as tendências agressivas inatas nos indivíduos, argumentando que a civilização requer a supressão ou o redirecionamento de seus instintos agressivos para manter a ordem social. Em seu discurso, percebe-se como o uso da palavra violência se encontra mais próximo ao do senso comum do que de uma definição específica. O termo que ele utiliza de forma recorrente é o de agressividade, que para Lacan possui uma referência ao *ethos* social da constituição e expressão do ser (1948/1998)[17]. Um exemplo que podemos citar é o de animais selvagens como os cervos, que entram em conflito direto a fim de disputar a fêmea do bando. Certamente esse tipo de situação possui uma conotação agressiva, mas não necessariamente violenta.

[17] Como o foco do trabalho não visa aprofundar a discussão da diferença entre violência e agressividade, remeto leituras específicas sobre o tema, ver “Agressividade e Violência" (FERRARIL, 2006).

Figura 4 - Cervos disputando pela atenção da fêmea

Fonte: G1 (2013)

Então, a fronteira da agressividade para a violência remonta ao fato de que o ato violento presume o conceito de lei. Isso se tem porque para que exista violência, é necessário que ocorra uma violação, seja ela a de um pacto, um acordo, um princípio ou uma regra que está sendo traída ou ultrapassada dentro de um regramento simbólico. Logo, dentro da base teórica deste trabalho, não considero a violência como um traço inerente do ser humano.

A definição de violência da OMS não contempla um aspecto crucial para seu entendimento nas relações de poder: seu caráter simbólico. Bourdieu define o poder simbólico como algo que “não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma força ilocucionária, mas que se define numa relação determinada (...) entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” (2007, p. 14) e que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (2007, p. 15).

Logo, a violência simbólica se expressa por meio de uma relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa. Esse tipo de violência pode se manifestar sutilmente nas

relações sociais, resultando numa dominação que se consolida por meio de um conjunto de ideias e juízos tidos como naturais. É um tipo de violência que depende da cumplicidade de quem a sofre, de forma que o dominado é tido como o que conspira e confere uma traição a si mesmo.

A sociogênese do Estado possui em sua essência a centralização da autonomia político-administrativa do território, se manifestando através do controle total do território e do monopólio militar, administrativo, econômico e legal das terras. Para Norbert Elias, a consolidação do Estado é fruto da complexificação das relações sociais entre indivíduos, constituindo-se na “mudança da conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção específica” (ELIAS, 1993, p.193). Essa complexificação se determina através da amplificação da interdependência entre os indivíduos, uma vez que suas funções sociais se tornam mais específicas e parciais[18] nos processos. A complexificação da sociedade também impacta nas características referentes à paisagem das cidades, que expressam as mudanças de dinâmicas em seus sistemas rodoviários, nas dimensões dos elementos construídos, nas disposições dos diferentes usos, etc.

Norbert Elias argumenta que o monopólio da força é imprescindível para que ocorra a consolidação do Estado, uma vez que a centralização da força nesse contexto é tanto uma estrutura estruturante, formadora, mas também uma estrutura estruturada, que passa por manutenções para a perdurabilidade do corpo estatal. O autor defende que a vida fica mais constante em sociedades mais estruturadas, uma vez que a violência perde sua espontaneidade:

[18] Aspecto da solidariedade orgânica, ver “Da divisão social do trabalho" (DURKHEIM, 1999).

> À medida que mudava a estrutura das relações humanas, as organizações monopolistas de força física se desenvolviam e o indivíduo se resguardava do impacto das rixas e guerras constantes e passava a sofrer as compulsões mais permanentes de funções pacíficas baseadas na aquisição de dinheiro ou prestígio, a manifestação de sentimentos também foi gravitando, aos poucos, para uma linha intermediária. As oscilações no comportamento e nos sentimentos não desapareceram, mas se abrandaram. (...) Graças à formação de monopólios da força, a ameaça que um homem representa para outro fica sujeita a controle mais rigoroso e tornou-se mais calculável. A vida diária torna-se mais livre de reviravoltas súbitas da sorte. A violência física é confinada aos quartéis, de onde irrompe apenas em casos extremos (...). Como monopólio de certos grupos de especialistas, ela é habitualmente excluída da vida dos demais. Esses especialistas, que constituem toda a organização monopolista da força agora montam guarda apenas à margem da vida social, na medida que controlam a conduta do indivíduo. (1993, p.200)

Logo, pode se entender que o fim da "violência perpétua" (p.200) por meio do processo de pacificação militar interno dos Estados[19], somado das dinâmicas de interdependência dos indivíduos e da constituição de acordos coletivos estabelecidos[20], resultaram na autolimitação dos cidadãos, no tocante que o próprio indivíduo passa a se policiar para evitar possíveis violações das leis estabelecidas, uma vez que ao violá-las, é passível de punição. A entidade estatal encarrega-se então da manutenção da segurança, promovida a partir dessa relação de poder vertical estabelecida com os indivíduos.

Para a manutenção da segurança, o Estado centraliza o uso da força em dispositivos específicos criados pelo mesmo, que são instituições pertencentes ao corpo estatal. Como exemplo, pode-se citar a polícia, que se encontra presente até os dias atuais. Para além de servir e proteger[21], a polícia possui uma função em comum a todos os dispositivos de Estado: garantir as condições mínimas necessárias para a reprodução da produção das estruturas estatais, com o objetivo de evitar seu colapso e de sustentar a reprodução da submissão à ideologia pelo trabalhador.

Mas, para que o monopólio da força funcione, é necessário que exista legitimidade nas suas práticas, o que só pode ser garantido pela obediência daquele que é dominado (WEBER, 1997). Isso significa que a dominação implica na aceitação de cumprir a ordem porque é considerada legítima. Dentro desta *práxis*, o

[19] No caso, a exclusão da violência física entre pares.
[20] As leis.
[21] Lema criado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha no final da década de 1990. Adotado com fins de habilitar policiais militares no Brasil a adotarem princípios de direitos humanos nas operações policiais.

poder simbólico se faz presente novamente, no sentido de expressar como a construção de legitimidade é também a construção de narrativas que fortalecem um grupo potencialmente opressor, mas que recebe respaldo do grupo potencialmente oprimido[22], consolidando um controle moral e intelectual de uma classe sobre a outra (GRAMSCI, 2011).

Esse complexo e truncado esquema de retóricas e práticas foi exportado pelos Estados consolidados do velho continente para suas colônias, ao redor do mundo. O Brasil é uma destas que, durante a sociogênese de seu Estado, importou e replicou tais dinâmicas que se mostram presentes até os dias atuais[23]. É importante ressaltar o fato de que o Brasil, assim como os demais países americanos, teve suas novas "concepções de valor" (SANTOS, 2022, p.60) atribuídas pela narrativa européia. Milton Santos pontua que tais concepções são "uma das bases do subsistema ideológico que comanda outros subsistemas da vida social, formando uma constelação que tanto orienta e dirige a produção da economia como também a produção de vida" (2022, p.61).

Percebe-se como os países do norte global[24] atualizam das suas retóricas e práticas, criando novas narrativas ao passar dos tempos, porém mantendo o mesmo sentido e os mesmos interesses. São "um punhado de atores em função de seus objetivos particulares (...), aprofundando assim os processos de criação de desigualdade" (SANTOS, 2022, p.52), por meio de uma relação de interdependência, onde seguem centralizando os dividendos para proveito próprio, como afirma:

[22] Utilizo as expressões "potencialmente opressor" e "potencialmente oprimido" pois estou trabalhando conceitos nesta seção do trabalho, e não seus reflexos em alguma parte na materialidade da história.
[23] Mantendo, claro, suas especificidades.
[24] Termo utilizado em trabalhos decoloniais para definir países em geral ricos, com sistemas políticos estáveis, altas taxas de expectativa de vida e acesso a tecnologias avançadas e geograficamente localizados no hemisfério norte do planeta (ODEH, 2010).

> O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal "crise" fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real - econômica, social, política, moral - que se caracteriza o nosso tempo. (SANTOS, 2022, p.46)

O processo de colonização é também um processo de aculturação[25]. No Brasil, com a colonização portuguesa[26], assim como no México[27], com a colonização espanhola, percebe-se como a visão do colonizador perante o colonizado é pautado essencialmente de forma hierárquica, num processo de desclassificação de seus costumes e hábitos (SOUZA, 2003, p.3). Sobre o imaginário do colonizador, a autora Wanessa de Souza atesta: "Os rituais dos indígenas, suas danças, sua nudez, suas práticas sexuais, sua preguiça, seus deuses, suas práticas religiosas, foram vistos pelos europeus como ações demoníacas" (SOUZA, 2003, p.2-3). dentro de uma percepção centrada na religiosidade cristã e nos padrões de vida existentes na Europa. Desta forma, o que era diferente era lido como inferior, errado, sem civilidade (ELIAS, 1997) e passível de correção.

A ação do colonizador perante o "Novo mundo" foi formativa ao transmitir seus tratos culturais, ao mesmo tempo que desclassificava a local, exportando assim um conjunto de práticas, costumes, hábitos, crenças, línguas, formas de ocupação do território e formas de exploração[28]. Como parte destas práticas, pode-se citar a centralização dos poderes e o monopólio da força. É uma construção narrativa simbólica e secular que consolida a relação de dominado e dominador, utilizando até mesmo das crenças do dominado para consolidar esta dinâmica, como Cristóvão

[25] É o resultado da transmissão de elementos de diferentes culturas e grupos postos em contato direto e contínuo, propositalmente ou de forma imposta, podendo acarretar na desintegração de uma ou várias culturas. Tais mudanças de elementos adquiridos podem provocar desorganização social, assim como o desaparecimento total ou parcial de configurações anteriores.
[26] E, também com a presença de diversas outras nacionalidades europeias.
[27] Assim como nos demais países latino-americanos.
[28] Como o foco do trabalho não visa apresentar fatos históricos com certa profundidade, remeto leituras específicas sobre o tema, ver "A Colonização do Imaginário" (GRUZINSKI, 1991).

Colombo fez com a história do eclipse[29], além de apontar o indígena como “covarde e ingênuo” (SUPRIYADI, 2021).

Para Quijano, o processo de hierarquização construído e replicado pelos europeus converte-se num modelo de classificação social da população mundial. O autor afirma que:

> [...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, consequentemente (sic) também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 229).

Esse modelo classificatório se reflete no processo de embranquecimento social e espacial do Brasil. Como afirma Giralda Seyferth (1996), o discurso nacionalista no Brasil após 1850 afirmava o processo de miscigenação como um “mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população” (p.43).

Entre as décadas de 1840 e 1850, a ocupação do território brasileiro sofre alterações em suas configurações, uma vez que no país foi implementado políticas consistentes de imigração européia, como a Lei 601, usada para regulamentar a concessão de terras públicas e facilitar a expedição de títulos de propriedade para estrangeiros (SEYFERTH, 1996, p.44). A autora afirma que, paralelo à abolição do tráfico de escravos, tais políticas de imigração tinham como objetivo consolidar a presença européia no Brasil, onde o trabalho livre se tornava associado ao imigrante, excluindo assim, na prática, a mão de obra “nacional”[30]. Assim, pode-se

---

[29] Em sua quarta expedição, Cristóvão Colombo passou mais de um ano buscando uma passagem marítima para a Ásia. Nesta jornada, perdeu dois navios de sua frota, que ficaram encalhados no norte da Jamaica. Durante o tempo que permaneceu nas terras jamaicanas, trocou pertences por mantimentos até o ponto em que não existia mais o que trocar. Neste momento, Cristóvão Colombo utilizou seus conhecimentos em astronomia para ameaçar os jamaicanos, demandando que seguissem cedendo alimentos. Para tal, afirmou aos líderes das tribos que era um enviado de Deus e que suas insubordinações resultariam na lua cheia inflamada pela ira divina. No mesmo dia (29 de fevereiro de 1504), ocorreu um eclipse e, de acordo com os relatos, era possível escutar os prantos dos jamaicanos enquanto entregavam provisões e suplicavam por misericórdia. Colombo sabia o tempo de duração do eclipse e afirmou que Deus ouviria suas preces e, pouco antes do eclipse acabar, afirmou aos indígenas que Deus os havia perdoado.

[30] Trabalhadores livres e escravos.

entender o processo de embranquecimento brasileiro como, simultaneamente, um processo de miscigenação e exclusão.

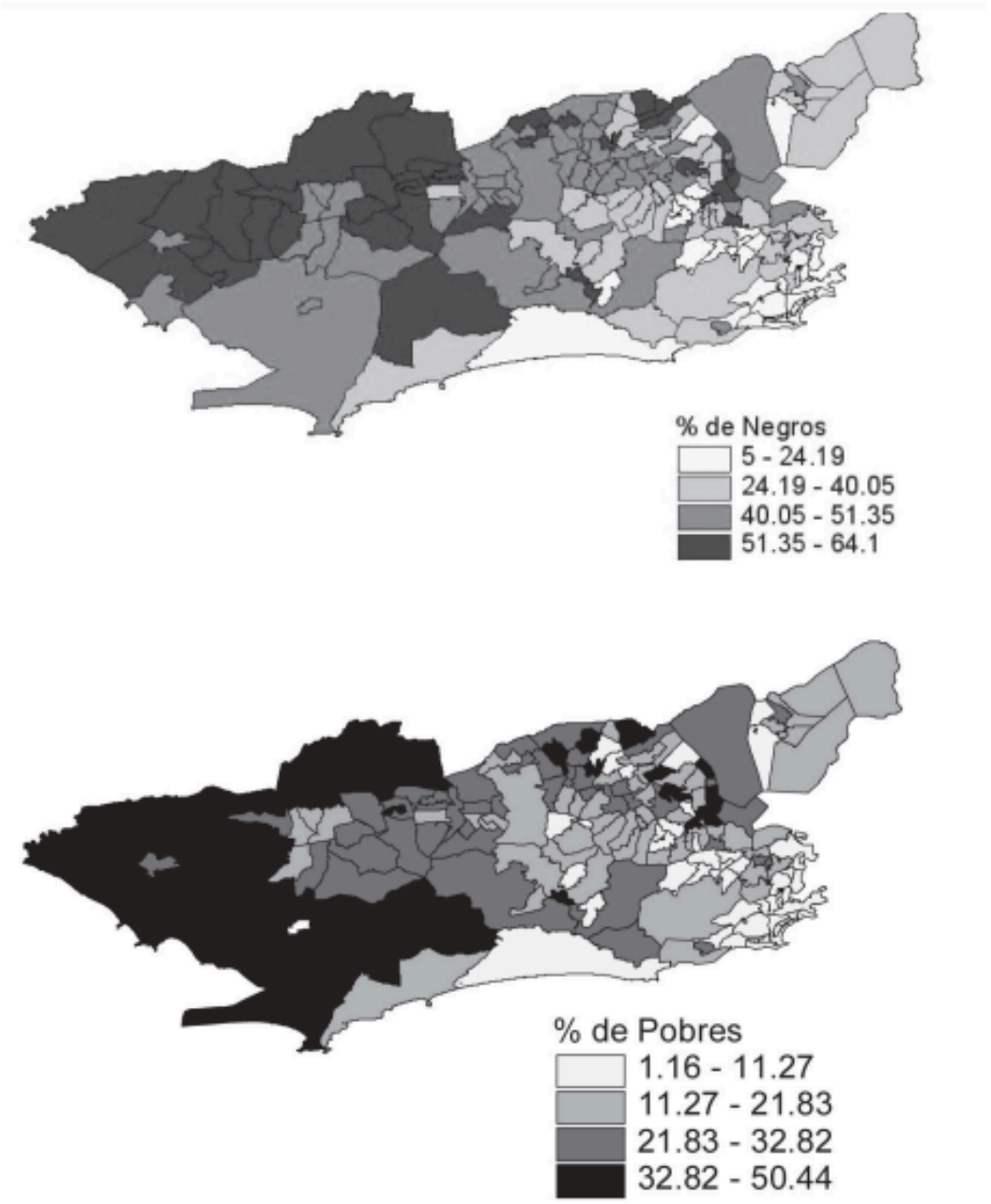
No Rio de Janeiro, a desigualdade entre brancos e negros (assim como não brancos) se materializa de diversas formas: nos diferentes territórios, nas diferentes qualidades de moradia, nas diferentes dinâmicas e funções laborais, nos diferentes tipos de sociabilidade, nas diferentes formas de tratamento pelo Estado e pela sociedade civíl, dentre tantas outras características e camadas consolidadas ao longo dos últimos cinco séculos. Nos dias atuais vemos como tais estruturas se mostram consolidadas, se materializando na distribuição espacial e nas narrativas.

Em relação à distribuição espacial, a disposição de moradores do Rio de Janeiro é um reflexo direto das desigualdades socioeconômicas da cidade onde, a Zona Sul da cidade é majoritariamente ocupada por pessoas brancas e com maiores poderes aquisitivos, enquanto a Zona Oeste, Zona Norte e Zona Central são majoritariamente ocupadas por pessoas não brancas e com menores poderes aquisitivos[31].

O *boom* demográfico[32] das décadas de 1950 e 1960 foi um fator relevante para a potencialização dos padrões de autossegregação no Rio de Janeiro. Vale ressaltar que esse padrão se faz presente em praticamente todas as sete capitais analisadas por Eduardo Neto e Juliana Riani (2007), onde os índices de dissimilaridade[33] nas capitais brasileiras são baixos em comparação com os de outros países, como os Estados Unidos da América. Os autores também salientam que embora “as diferenças entre áreas de ponderação não sejam tão grandes quanto as diferenças entre aglomerados espaciais” (NETO E RIANI, 2007, p.100) a população branca se encontra espacialmente separada em territórios praticamente próprios.

[31] Dados do IBGE, 2000.
[32] Esse crescimento foi fruto do aumento da população por meio da redução da taxa de mortalidade e da alta taxa de natalidade, mas também pelo processo de êxodo rural para as principais cidades, que não estavam preparadas para acolher tantos novos habitantes.
[33] “O Índice de Dissimilaridade varia entre 0 – caso em que os dois grupos estão uniformemente distribuídos numa área urbana – a 100 –, onde os grupos não compartilham nenhuma área urbana.” (NETO E RIANI, 2007, p.100).

Figura 5 - Proporção de pessoas negras e pobres por área de ponderação - Rio de Janeiro, 2000.



Fonte: IBGE (2000)

Esse fenômeno de autossegregação influenciou na consolidação dos chamados inchaços urbanos que, apesar das particularidades da conjuntura das décadas de 1950 e 1960, se perpetuam até os dias atuais. Esse inchaço suscita demandas de produção espacial que o Estado não contempla, o que fortalece o processo de ocupação irregular dos territórios, por meio de invasões de terrenos

majoritariamente públicos, criando, assim, assentamentos irregulares (CARDOSO, 2007) às margens dos espaços urbanizados[34].

Esse quadro se vincula à marginalidade social e à ocupação das periferias urbanas. A falta de intervenções do Estado para regularizar e assistir os moradores de assentamentos irregulares propicia a mobilização e a organização de grupos que subvertem as normas do poder estatal, na intenção de garantir para si a assistência que lhes foi - e é - negada. Tais grupos eventualmente encontram formas ilegais de se capitalizarem e isso reverbera, dentre outras manifestações, na construção do que hoje conhecemos por facções criminosas (tráfico) e paramilitares (milícias), o que nos leva a questionar a real existência de um monopólio da força, uma vez que, efetivamente, os poderes paralelos parecem galgar gradativamente mais suas presenças territoriais e suas influências políticas.

Na esfera política, vemos como existe um alinhamento nas variadas escalas com o uso da força para o controle da situação. Como exemplo, temos o decreto de intervenção federal na área de segurança pública no Rio de Janeiro feito pelo então presidente Michel Temer em 2018, com a justificativa de que era necessário porque “(...) as circunstâncias assim exigem” e assim, “(...) o governo dará respostas duras, firmes, e adotará todas as providências necessárias para enfrentar e derrotar o crime organizado e as quadrilhas. Não podemos aceitar passivamente a morte de inocentes (...)”. Com a finalidade de acabar com a violência, o Estado executa ações que utilizam da mesma para alcançar tal objetivo. O exercício do poder e da força se materializam em operações policiais que, mesmo após pesquisas apresentando suas ineficiências[35], perduram como modelo de repressão. Para além disso, os meios de comunicação possuem uma parcela da responsabilidade por ajudarem a consolidar um cenário que preza pela retórica de guerra interna, notificando majoritariamente assuntos violentos e negativos. O Movimento Paz na Mídia (MPM) fez uma análise em 223.963 matérias do Jornal Nacional, do Jornal do SBT, do Jornal da Band e do Jornal da Record entre os anos de 2013 e 2022, onde 70% dos assuntos tratados foram violentos e negativos, enquanto apenas 19% foram de

[34] Espaços urbanizados estes que com o tempo foram se verticalizando, causando a manutenção desse processo de autossegregação.

[35] Apenas 1,7% das operações policiais realizadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 2007 e 2020 pode ser considerada eficiente em relação a suas motivações e consequências (GENI, 2021)

assuntos positivos. Esse contexto de repressão violenta, somado à exposição negativa nas mídias sociais e com o alinhamento punitivo de certas esferas políticas configuram o que chamamos de ideologia punitiva.

O discurso de Temer é interessante por defender uma narrativa que enxerga a repressão promovida pelo Estado como algo essencial para a solução da questão da violência no Rio de Janeiro, mas que, paralelamente, mostra a ausência da autocrítica da instituição, no que tange a eficiência de serviços de infraestrutura para diversos territórios. Transporte público rápido, abastecimento de água de qualidade, acesso a energia elétrica, formas adequadas de saneamento básico e esgotamento sanitário, ensino de qualidade, hospitais e segurança são garantias básicas de responsabilidade do governo e que em certas localidades da cidade não são oferecidas em qualidades minimamente aceitáveis. No subúrbio da cidade, mais precisamente no bairro Praça Seca, localizado na zona oeste, é perceptível como as ações estatais impactam nas formas de sociabilidade dos moradores. A violência urbana existente no território em questão certamente é “responsável pelo rompimento da ‘normalidade’ das rotinas cotidianas” (MACHADO DA SILVA, 2008, p.36) mas, no momento em que o uso da força se torna um princípio regulatório das relações sociais, podendo ser utilizado como recurso para obtenção de interesses, configura-se então o que chamamos de sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004).

Considerando a definição de violência apresentada no início deste capítulo, é possível entender que as posturas estatais referentes ao contexto de desigualdade do Rio de Janeiro configuram um conjunto de práticas violentas (objetivas e subjetivas), que interpelam o cotidiano de todos aqueles que ocupam o território, porém de diferentes formas em diferentes espaços da cidade. São aprofundados, no decorrer desta dissertação, os debates relacionados à sujeição criminal, ao acúmulo social da violência, à violência rotinizada e as diferentes percepções, narrativas e impactos destas formas de violência no território da Praça Seca e em quem o ocupa.

2.2 AS DIFERENTES NARRATIVAS: POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO

A questão da violência urbana pode ser interpretada de diversas formas, uma vez que tal temática seja muito complexa e interdisciplinar, tendo pesquisadores das mais variadas formações debruçados no assunto. Porém, entende-se que existem percepções norteadoras que definem diferentes posições acerca do mesmo tema.

Alguns autores tratam a violência urbana como expressão das desigualdades sociais, deflagrando assim uma ausência do Estado e, consequentemente, um contexto de desordem social.

Yves Pedrazzini (2006) interpreta a cidade como um território fragmentado, cujos elementos estruturantes são a economia liberal globalizada e a cidade como modelo ambiental hegemônico. Também afirma que a cidade é a materialização do conflito de forças e interesses, uma vez que seus fragmentos são antagônicos. O autor afirma que o caos do espaço urbano[36] é fruto dos baixos salários e desempregos, o que gera o empobrecimento da classe trabalhadora como um todo, além do aumento do número de pessoas na miséria. Dos Santos (2009) afirma que assim são criados os chamados bolsões de pobreza.

Dentro desta linha de raciocínio, os elementos estruturais do modelo de arquitetura e urbanismo das cidades globais[37] são configurados por meio de componentes sociais, políticos, espaciais e ideológicos. Para Pedrazzini, o crescimento das desigualdades, somado à criminalidade da pobreza, da fragmentação do território e a sujeição da democracia à segurança viabilizam um projeto de sociedade que Dos Santos define como “selvagem e inquietante” (2009, p.242).

No olhar de Itamar dos Santos, a percepção de Pedrazzini acerca do urbanismo contemporâneo está muito relacionada a lógicas de segurança, onde as cidades seguem o modelo Haussmanniano[38], onde “as iniciativas públicas e privadas

[36] Crimes contra o patrimônio, furtos, roubos e assaltos (SANTOS, p. 240)
[37] Grandes aglomerações urbanas que funcionam como centros de influência internacional, onde há grande concentração e movimentação financeira, assim como grandes empresas e filiais de transnacionais, centros de pesquisas, etc (FRANCISCO, 2023).
[38] Demolição de bairros considerados superpopulosos e insalubres, alargamentos de avenidas e anexação de municípios suburbanos aos arredores da cidade principal.

que visam a oferecer segurança aos cidadãos erguem apenas uma civilização em clausura". A preocupação global com a segurança então é uma demonstração do "triunfo do medo e a banalização do urbanismo do medo" (DOS SANTOS, 2009, p.248). Com o processo de privatização da segurança, nota-se como a desigualdade socioeconômica acaba demonstrando sua influência no momento em que materializa-se nas diferentes possibilidades de acesso à seguridade. Desta forma, a segurança adquire um *status* de tipo de capital estrutural, assim como o capital financeiro e o capital simbólico[39].

Itamar Rocha dos Santos (2009) apresenta uma linha de pensamento parecida com Pedrazzini ao falar sobre as dinâmicas de prevenção na lógica do urbanismo de segurança, afirmando que o " 'Ponto Base' da segurança pública - a prevenção - está, aos poucos, sendo substituído e administrado por empresas privadas, que na falta de políticas públicas sérias voltadas para a segurança, ganham espaço" (p.246). Também afirma sobre como essa dinâmica onde a pressa, a atenção, a indiferença e o medo fragmentam e enfraquecem no que tange as interações pontuais entre indivíduos e em suas relações com a cidade.

Para o autor, o urbanismo de segurança não é um modelo que garante melhorias para a segurança nas cidades, mas a consolidação da dualidade das práticas de segurança: a manutenção do medo e da urgência, que promove assim, o aumento da segregação e a construção de novas desigualdades sociais no contexto urbano (DOS SANTOS, 2009).

O citado autor também aborda um tema relevante perante a questão da violência urbana: a mudança de comportamento dos indivíduos. Para Itamar, uma das faces da violência se apresenta por meio da ocupação de terrenos ainda em construção, na depreciação de equipamentos de uso coletivo, na agressão ao meio ambiente e no alcoolismo, "fruto das condições precárias de vida e da degradação do meio ambiente" (2009, p.241). Outra mudança de comportamento citada pelo autor é o processo de isolamento dos moradores das cidades violentas em suas próprias residências, cada vez mais adaptadas com recursos privados de segurança, como "cercas elétricas, portas e janelas com grades de proteção ou até mesmo com placas que identificam empresas de segurança privada que monitoram

[39] Ver "O Poder Simbólico", Pierre Bourdieu (2011).

algumas residências (...), evitando que estas casas sejam invadidas por pessoas que escolheram a vida do crime como forma de sobrevivência na dinâmica social" (2009, p.244-245). Complementa o raciocínio ao afirmar que esse processo de isolamento é complementado com atividades de lazer caseiras, onde "desfrutam os fins de semana entre DVDs, televisores de plasma, "telepizza", banheiros com hidromassagem, jogos eletrônicos, horas a fio ao celular etc"[40] (2009, p.245).

Itamar também faz menção à relevância da abordagem dos meios de comunicação em massa, os responsabilizando pela criação de padrões de comportamento pois, "ao adentrarem no contexto das instituições como família, Igreja e escola (...) influenciam a cultura das pessoas, mediante padrões de vida tidos como dominantes no mundo capitalista, assim como a análise da consequência da imposição desses padrões em tais instituições" (2009, p.239).

Outro autor que trabalha com a ideia de que a cidade é partida é o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman. Bauman (2005) trabalha com a ideia de que a busca pela segurança provoca o isolamento de certas parcelas da população das cidades. A "nova estética da segurança" se expressa por meio da construção de barreiras físicas[41], onde o grupo que possui capital financeiro suficiente se reúne nos guetos voluntários[42], distanciando-se daqueles que são considerados (pelos mesmos) como "socialmente inferiores". A narrativa utilizada para justificar essas posturas é a "promessa de uma vida plena, em alternativa à qualidade de vida precária e perigosa que a cidade pode oferecer" (2005, p. 19).

O autor prossegue em sua linha de raciocínio ao apresentar a relação dialética que o embarreiramento dos espaços gera, onde essas barreiras "dividem um espaço antes uniforme em 'dentro' e 'fora' "(2005, p. 19), onde quem está dentro daqueles espaços abarcados pela segurança "estão absolutamente decididos a conservar e defender com unhas e dentes esse padrão" (2005, p. 19). O autor denomina estes locais "seguros" (como condomínios fechados, por exemplo) de "guetos voluntários".

---

[40] Embora os televisores de plasma e tocadores de DVD (assim como "telepizza") atualmente sejam utensílios (e termo) obsoletos, houve uma manutenção sobre os utensílios e termos utilizados, mas as práticas seguem as mesmas.

[41] Terrenos murados, cercas elétricas, portões motorizados.

[42] Bauman utiliza o termo de gueto voluntário para expressar as dinâmicas de autossegregação.

Para Bauman, os guetos voluntários são um exercício de um modelo de arquitetura e urbanismo que privilegia a semelhança, uma vez que aqueles que se isolam nestas comunidades possuem perfis convergentes, uniformes. A grande questão para o autor é de que quanto mais isolada a relação entre perfis semelhantes de indivíduos é, menos são capazes de lidar com aquilo que é diferente. E quando o diferente é vendido numa narrativa como perigoso, ou até mesmo vil, mais se constrói o medo sobre eles (BAUMAN, 2005, p. 42).

Em comparação com a arquitetura pré-moderna, os fossos, as torres, e as muralhas eram estratagemas que possuíam a função de defender a cidade do inimigo externo, enquanto na contemporaneidade, seus correspondentes[43] servem para a divisão e a separação entre os habitantes, com a finalidade de proteção de alguns em relação a outros. Dessa forma, a segregação-exclusão se consolida como uma estrutura estruturada, mas também como uma estrutura estruturante, culminando, assim, nas guerras urbanas (BAUMAN, 2005, p. 21).

Em contraponto, existem autores que interpretam a violência urbana como um sistema de práticas e representações sociais que configuram um padrão de sociabilidade que envolve agentes e instituições dentro e fora do Estado, assim como dentro e fora da legalidade.

Luiz Antonio Machado da Silva formula o conceito de sociabilidade violenta em um artigo lançado em 2004[44], onde apresenta um novo olhar para a problemática da violência urbana. Para o autor, o ato criminoso comum violento não é apenas o "momento" de um ato, mas sim um "objeto construído" (p.54-55). Ou seja, na percepção de Machado da Silva, existe um complexo conjunto de contextos e acontecimentos prévios que interpelam o ato violento, tornando-o um objeto de análise que não é interpretável de forma isolada. Outro aspecto incorporado nesta perspectiva de violência urbana é a "regularidade dos cursos de ação cotidianos" (p.55), onde mesmo sem a obrigatoriedade de uma institucionalização formal, as práticas violentas se mostram presentes no dia a dia dos indivíduos.

Machado da Silva argumenta que a presença da violência urbana no

[43] Cercas, muros, guardas 24 horas por dia vigiando os acessos, aparelhos eletrônicos de vigilância, etc.
[44] SOCIABILIDADE VIOLENTA: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano (MACHADO DA SILVA, 2004)

cotidiano gera uma “construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam as ações”. Ou seja, os agentes envolvidos na produção da violência, formalmente institucionalizados ou não, expressam seus interesses nos contextos. Para além de seus interesses, se consolida também “modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo portanto, uma dimensão prático-normativa institucionalizada” (p.58). O autor acrescenta que “a representação da violência urbana constrói um componente de obrigação normativa subjetivamente aceito que, em certas situações e sob determinadas condições, substitui cursos de ação relativos a outras referências sem, entretanto, cancelá-las” (p.58).

Logo, para o autor, a violência urbana consolida um ordenamento social, que compreende diversas práticas, condutas e aspectos objetivos e simbólicos onde a violência se torna o “princípio organizador das relações sociais” (p.59), ou seja, uma forma de sociabilidade: a sociabilidade violenta.

A vertente de pensamento de Machado da Silva não interpreta a violência urbana como a ausência do Estado, embora entenda a ineficiência dos seus dispositivos como consequência de uma crise política (e de natureza econômico-financeira) que afeta a relação entre Estado e sociedade (p.70). Para o autor, a violência urbana se manifesta em todo o território citadino, embora de diferentes formas e intensidades nos diferentes locais, de forma que as áreas mais desfavorecidas (especialmente as favelas) são afetadas de forma mais direta e profunda. Nesse contexto de locais geralmente muito adensados e com traçados viários precários, o acesso daqueles que não estão familiarizados se torna mais difícil e, por consequência, favorece o controle por organizações não estatais.

Michel Misse (1999) apresenta o conceito de acumulação social da violência, que apresenta forte relação com a sociabilidade violenta proposta por Machado da Silva, uma vez que pode-se interpretar tal sociabilidade como uma consequência desse processo de acumulação[45]. Em sua análise da criminologia brasileira, Misse incorpora a temporalidade como um aspecto crucial para o entendimento e análise das consequências da violência urbana contemporânea. O autor afirma que a

[45] Misse afirma que esse processo de acumulação social é composto por um complexo de fatores, entre eles a circularidade causal cumulativa. Para aprofundamento deste conceito, ver “O valor na teoria social” (MYRDAL, 1962).

violência, em sua essência, não é um resultado isolado e imediato, mas um "processo social que exige acumulação histórica" (1999, p.18). E, por tal motivo, para o entendimento do ato violento, é necessário a compreensão histórica da formação do contexto ao qual o ato vem a ocorrer.

Como exemplo do impacto da acumulação social da violência, Misse cita a generalização de auto-concepções de vitimização[46], o que provoca um mal-estar geral na população pela construção da sensação de desordem e caos. O autor também afirma que existe uma contraparte destas auto-concepções, que se manifestam por meio de mecanismos acusatoriais[47], refletindo no aumento da desconfiança nas interações e relações (1999, p.42). Ou seja, os ordenamentos sociais que são gradativamente consolidados se manifestam nas mudanças de dinâmicas de sociabilidade.

No Rio de Janeiro, a presença estatal no enfrentamento da violência urbana se manifestou na busca da "pacificação" dos territórios ocupados pelo tráfico. De acordo com Rocha (2019), essa busca vem, dentre outros motivos, na tentativa de inserir o Rio no mercado das cidades sede de megaeventos[48] e da preocupação em "garantir segurança para os espectadores da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos" (p.89).

Essa preocupação é um reflexo da representação estigmatizada dos moradores de favelas, considerados rotineiramente como marginais e "insuficientemente civilizados" (ROCHA, 2019, p.89) e, portanto, passíveis desse processo de pacificação. A autora também afirma sobre como até os anos 70 as políticas se caracterizavam pela remoção forçada dos moradores para conjuntos habitacionais distantes do local de origem, ou por um assistencialismo exacerbado e que, próximo ao final da ditadura militar, as políticas de segurança ficam marcadas pelos confrontos entre policiais e quadrilhas de traficantes (p.84).

É importante apresentar (mesmo que de forma muito resumida) essa trajetória das posturas referentes às políticas de segurança pública nas últimas décadas para entender o caminho percorrido até chegar num ponto onde polícia e tráfico escolhem negociar suas presenças em diferentes partes do território, ao invés de se

[46] A consolidação do sentimento de ser uma vítima em potencial.
[47] Crescimento das demandas de incriminação e de autoridade, por exemplo.
[48] A Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016).

confrontarem. No contexto onde o agente do Estado, em detrimento das incumbências de sua função, toma decisões que o beneficiam (ao invés de prestar seus serviços), vemos uma fissura no tecido da legalidade. É no conjunto de dinâmicas presentes nestas fissuras que encontramos os espaços cinzentos, onde legalidade e ilegalidade são tomadas por relações informais consolidadas pelas transformações sociais e pelos conflitos políticos (YIFTACHEL, 2009), consolidando condutas que gradativamente se legitimam mais[49].

Michel Misse exemplifica sobre como a violência, ao ganhar legitimidade dentro da polícia e da sociedade civil faz com que a corrupção deixe de ser uma forma de desvio, tornando-se uma troca "legítima", "sob a égide do 'jeitinho' brasileiro" (2008, p.382). Situações onde os indivíduos preferem pagar propina ao invés de multas por infrações de trânsito, administrativas ou até mesmo penais se popularizaram a ponto de que tais trocas "passaram a ser impostas por agentes do Estado, como fiscais e policiais, aos infratores, ao modo da extorsão, mas com algum grau de adesão ao 'sentido positivo' desse tipo de troca por parte desses infratores" (2008, p.382), ou seja, essa troca acaba sendo benéfica para ambos: o agente do Estado se beneficia ao receber dinheiro (ou algum objeto de valor) e o indivíduo que cometeu o delito consegue evitar a punição formal pelo seu ato irregular. O autor também estabelece um "segundo mercado ilegal" (2008, p.382), onde o que é ofertado são "mercadorias políticas" para grupos armados, de forma que não ocorra invasões nem violência policial nas áreas de tráfico de drogas, armas e demais mercadorias ilegais. Pode-se dizer que, nessas áreas, a ausência de agentes de segurança pública paradoxalmente torna os locais mais "seguros".

A proliferação dos espaços cinzentos possui um papel importantíssimo para o entendimento da consolidação da sociabilidade violenta e da ideologia punitiva no território carioca, a ponto de influenciar na produção e transformação espacial da cidade nas últimas décadas. Esta questão será aprofundada ao decorrer desta dissertação.

Para além das diferentes percepções da academia perante a questão da violência urbana, os veículos midiáticos possuem protagonismo na construção do senso comum. Para o presente trabalho, utilizo a interpretação de Gramsci perante a

[49] Tanto em práticas, quanto em discursos.

definição de senso comum. Para o autor, senso comum é um conjunto de concepções fragmentadas, sem coesão e sem consolidação, enquanto os discursos coerentes e teoricamente elaborados são nomeados de filosofias. Estas filosofias em questão estão imbricadas em disputas de hegemonia[50] do senso comum (BORGES, 2022). Borges, ao analisar as percepções gramscianas no que se refere ao senso comum exemplifica:

> (...) é como se no senso comum houvesse tanto concepções pró-burguesas quanto pró-socialistas (ou seja, concepções contraditórias) e é função das filosofias políticas burguesas e socialistas disputar tais consciências em contradição para torná-las mais coerentes e consolidadas, passando de senso comum para esse nível de consciência e elaboração discursiva que gramsci nomeava de filosofia. (BORGES, 2022, p.48)

Os meios de comunicação são um amplo território em disputa de narrativas[51] (ou filosofias, no linguajar gramsciano). Dentro desse grande conjunto de diferentes veículos e formatos audiovisuais, as emissoras foram e seguem sendo os veículos mais influentes desde a década de 60[52]. Embora a TV aberta não possua mais os números de audiência que já teve nas décadas passadas, as emissoras conseguiram atualizar suas presenças nos territórios disputados, apresentando novos conteúdos, novos formatos e novas plataformas, por meio de serviços de streaming na internet.

Embora o formato de streaming alcance números elevados, a TV aberta segue alcançando locais onde a internet ainda não é plenamente acessível[53]. Por isso, o que passa cotidianamente na TV ainda possui certa parcela de influência na população, e desde sua origem (há mais de 60 anos atrás) segue sendo um veículo de propagação de informações em massa que ajudou a consolidar novos sensos

---

[50] Ou seja, direcionamentos, lideranças e influências sobre o senso comum.

[51] Aqui privilegio os meios audiovisuais por atingirem um público mais diverso, diferente dos meios impressos, pela facilidade do acesso à informação e por não possuir a barreira da leitura para seu entendimento (SOARES et al, 2018, p.7).

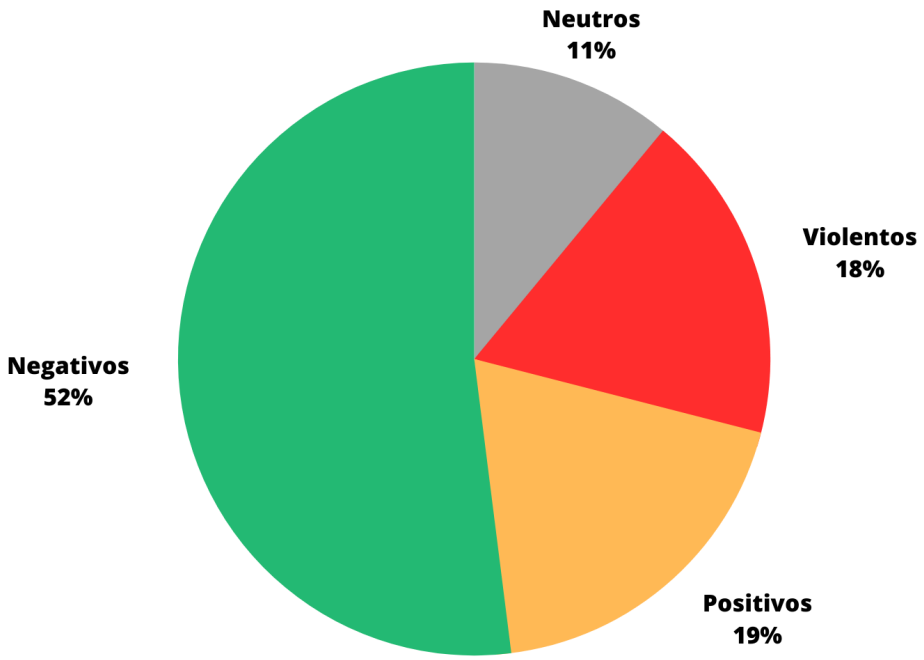
[52] Inclusive, a Globo se posicionou a favor do golpe de 1964. Em 1984, o presidente da Globo, Roberto Marinho, publicou um texto admitindo o apoio. A parceria contribuiu para a consolidação e o salto tecnológico da emissora. Em 2013, a emissora emitiu uma nota se retratando e afirmando que apoiar a ditadura foi um erro (INFOMONEY, 2018).

[53] A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2018 aponta que um em cada quatro brasileiros não possui acesso à internet. Em termos gerais, isso equivale a aproximadamente 46 milhões de cidadãos. O estudo também indica que 51% dos lares do Nordeste seguem sem internet e que mais de 70% das propriedades rurais não possuem acesso à redes de internet (CONVERGÊNCIA BRASIL, 2021).

comuns e, consequentemente, incorporar tais sensos nas filosofias existentes[54].

Como citado na parte anterior deste capítulo, existem análises que apresentam como a grande maioria dos assuntos tratados nos principais jornais do Brasil são categorizados como violentos e/ou negativos[55].

Figura 6 - Percentuais de conteúdo nos principais telejornais nacionais



Fonte: Paz na Mídia (2022)

O Movimento Paz na Mídia produz seus índices por meio da análise de matérias veiculadas nos quatro principais telejornais nacionais, definindo cada matéria como neutra[56], positiva[57], negativa[58] e violenta[59]. Já foram mais de 240.000 notícias analisadas entre 2013 e 2022, mas o trabalho segue até os dias atuais, onde mensalmente divulgam novos dados. O trabalho do MPM não para na análise

[54] Aprofundo os debates referentes ao senso comum na parte seguinte deste capítulo.
[55] Paz na Mídia, 2022.
[56] São relatos sem valoração objetiva, como previsão do tempo ou resultados esportivos (PAZ NA MÍDIA, 2022).
[57] São histórias que mostram fatos construtivos da atividade humana ou da natureza / universo, inspirando boas condutas, pensamentos e sentimentos, e ampliando nosso conhecimento (PAZ NA MÍDIA, 2022).
[58] Relatos que mostram problemas que podem inspirar más condutas, pensamentos ou sentimentos (PAZ NA MÍDIA, 2022).
[59] Destacados de dentro do conjunto de conteúdos negativos pelos seus potenciais de reproduzir condutas agressivas, os conteúdos violentos são relatos que mostram cenas de violência e que podem ser subcategorizados em violentos reflexivos ( ) e violentos tóxicos ( ) (PAZ NA MÍDIA, 2022).

das matérias, pois continua na luta pela divulgação do reconhecimento dos impactos causados pela presença da violência no audiovisual.

Em 2011 o Dr. Drauzio Varella publicou um artigo em seu site relacionando estudos que relacionam a violência na TV e o comportamento agressivo. Apresenta um estudo onde 707 famílias foram acompanhadas entre 1975 e 2000, onde eram periodicamente entrevistados para saber a quantidade de tempo passado assistindo televisão, entre outras questões[60]. Buscavam, com este estudo, analisar quais eram os possíveis impactos do consumo de violência na TV no comportamento das crianças.

As conclusões do estudo, no entanto, apresentaram que, probabilisticamente, adultos e jovens expostos à TV por mais de três horas por dia tendiam a praticar cinco vezes mais atos violentos contra terceiros do que os que assistiam menos de uma hora. Dráuzio afirma que esta pesquisa apenas “demonstra que ela (violência na TV) exerce efeito deletério sobre o comportamento de um universo de pessoas muito maior do que imaginávamos” (VARELA, 2011). Acrescenta que o consenso entre especialistas é de que existe uma “relação de causa e efeito entre a violência exibida pelos meios de comunicação de massa e a futura prática de atos violentos pelos espectadores” (VARELA, 2011), mas que mesmo assim o assunto segue sendo tratado de forma superficial pela mídia, como se não existisse uma relação estabelecida.

Embora o estudo gere questionamentos referentes às variáveis utilizadas[61], o estudo conseguiu demonstrar que a presença explícita da violência nos meios de comunicação impacta negativamente seus consumidores. E mesmo assim, não ocorrem mudanças consideráveis nesse quesito. Seria leviano enxergar a presença da violência na mídia como uma aleatoriedade. Seria até mesmo possível interpretar a presença da violência como parte do senso comum, mas o que garante sua incorporação nas tais filosofias que Gramsci conceitualiza em seus escritos é que tais concepções e discursos relacionados à presença da violência nos meios de

[60] Foram feitas perguntas referentes à renda familiar, possíveis desinteresses paternos, níveis de violência nos territórios que moravam, escolaridade dos pais, presença ou ausência de transtornos psiquiátricos etc.

[61] Cada uma das 707 famílias possuíam suas especificidades em seus consumos de mídia, então embora seja possível descobrir a quantidade de tempo passado assistindo televisão, a pesquisa não se propõe a saber o que de fato era visto.

comunicação se encontram aparelhados com um constructo social cuja terminologia é ideologia punitiva, uma vez que carrega em si um valor ideológico e político.

À seguir, aprofundarei a problemática da ideologia punitiva, assim como a da sociabilidade violenta, apresentando seus aspectos, suas correlações e suas distinções e, como juntas, consolidam a presença da violência rotinizada.

2.3 VIOLÊNCIA ROTINIZADA: A RELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA PUNITIVA E SOCIABILIDADE VIOLENTA NO COTIDIANO

Para Machado da Silva, a compreensão da violência urbana é feita por meio do entendimento das práticas rotineiras convencionais e, simultaneamente, do modo como se organizam. É a ambiguidade entre as vivências coletivas na forma de vida urbana e a possibilidade de apreender um padrão de sociabilidade construído pelos dominados que define esta problemática (MACHADO DA SILVA, 2004, p.59). O autor acrescenta que ocorre uma desconcentração da violência física[62] para além da própria ordem estatal, considerada como padrão de sociabilidade, ao invés de apenas uma “simples conduta desviante” (p.69).

Machado sempre retorna em seus escritos que sua análise parte da interpretação dos atos violentos enquanto pertencentes à uma ordem social, ao invés de um conjunto de comportamentos isolados. Este aspecto é crucial para o entendimento da raiz da sociabilidade violenta, que é a produção de uma tipologia de sociabilidade consolidada pelo dominado, como uma resposta à retórica da ameaça à segurança (p.72), onde ocorre uma transformação do uso da força, antes utilizado como um recurso eventual para a obtenção de interesses, mas que se consolida como princípio regulatório das relações sociais (p.74).

Para Milton Santos, estes dominados são o que ele chama de cidadãos mutilados, aqueles que “jamais puderam ser cidadãos” (SANTOS, 2022, p.62), onde o valor dos mesmos depende em larga escala do lugar onde ocupam (SANTOS, 2007, p.139). Para o autor, “morar na periferia é condenar-se duas vezes à

[62] Para o autor, o monopólio da força é perdido pelo Estado, embora ainda seja formalmente mantido.

pobreza[63]" (SANTOS, 2007, p.143), uma vez que o território é um dos dois componentes essenciais do modelo cívico, junto da cultura. Por um lado, Santos utiliza o salário mínimo como exemplo de componente cultural, onde a "quantidade mínima de dinheiro capaz de assegurar uma vida decente para cada qual e sua família, não pode ser estabelecida em função dos simples mandamentos da 'economia', mas da cultura" (2007, p.18). Por outro, o autor utiliza a questão da mobilidade urbana como exemplo de componente territorial, onde uma gestão adequada garante bens e serviços indispensáveis, a depender do local da cidade.

O modelo territorial brasileiro é moldado a partir de um ordenamento mercantil, o que afeta o número de cidadãos que possuem acesso aos bens sociais, e que torna os pobres (os que são menos ou nem ao menos são cidadãos) ainda mais pobres pelo fato de que caso pudessem vivenciar um contexto democraticamente normal, receberiam tais bens gratuitamente pelo poder público (p.144). O autor argumenta que morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza porque entende que num território onde os serviços essenciais são norteados pela lei do mercado, existe um conjunto de fatores alinhados para que os serviços não sejam garantidos e as desigualdades sociais aumentem e, consequentemente, aumente também o número de não cidadãos no território.

Promover e garantir a cidadania íntegra para todos os cidadãos suscita demandas de produção espacial que o Estado não consegue contemplar, o que fortalece o processo de ocupação irregular dos territórios[64], por meio de invasões de terrenos majoritariamente públicos, criando, assim, assentamentos irregulares (CARDOSO, 2007) às margens dos espaços urbanizados.

Esse quadro se vincula à marginalidade social e à ocupação das periferias urbanas. A falta de intervenções do estado para regularizar e assistir os moradores de assentamentos irregulares propicia a mobilização e a organização de grupos que, subverte as normas do poder estatal, na intenção de garantir para si a assistência que lhes foi - e é - negada. Tais grupos eventualmente encontram formas ilegais de

[63] Aquela (pobreza) que é gerada a partir do modelo econômico e aquela que é gerada pelo modo territorial.
[64] A ocupação irregular dos territórios já não é mais uma novidade, uma vez que o Estado não consegue contemplar plenamente as demandas, provocando bolsões de pobreza e inchaços urbanos.

se capitalizarem e isso reverbera, dentre outras manifestações, na construção do que hoje conhecemos por facções criminosas (tráfico) e paramilitares (milícias).

A dimensão racial é um aspecto importante de ser destacado para o entendimento da sociabilidade violenta, uma vez que raça é um aspecto a ser considerado na classificação e categorização de posturas violentas. Sansone afirma que "(…) a cor é vista como importante na orientação das relações de poder e sociais, em algumas áreas e momentos, enquanto é considerada irrelevante em outros" (1996, p. 183) e aponta contextos sociais como "áreas duras" ou "áreas moles"[65]. No Brasil, mesmo com uma pluralidade racial que contempla fenótipos particulares de todos os continentes, possuímos uma forma de categorização polarizada entre brancos e negros, possuindo categorias intermediárias, como mulatos, morenos e pardos.

É importante ressaltar que tais categorias intermediárias comumente passam por situações em que são lidas de formas variadas, uma vez que a percepção da raça pode ser subjetiva[66]. Essa subjetividade de classificação se materializa em um ordenamento social racializado, que é fruto da acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2004) nos quais passado e presente se articulam nas relações sociais. É nesta conjuntura que se apresenta a discrepância na relação espacial e de sociabilidade violenta entre negros (e não-brancos) e brancos.

Santos acrescenta que o aspecto histórico é necessário para entender a consolidação desse quadro de desigualdade. A contemporaneidade e a concomitância de diversos processos como a desruralização, as migrações desenraizadoras, a urbanização concentrada, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a queda da qualidade das escolas, a instalação de um regime repressivo e a

---

[65] As "áreas duras" são aqueles contextos nos quais a dimensão racial importa para as relações sociais - Mercado de trabalho, mercado matrimonial, contato com a polícia (SANTOS, 2018), enquanto as "áreas moles" são os contextos em que a dimensão racial não afeta negativamente as relações sociais, podendo até mesmo garantir algum tipo de prestígio - Para negros, lugares como terreiros de candomblé e capoeira, blocos afro,etc (SANTOS, 2018).

[66] Um homem de pele morena pode ser visto como um branco ou como um negro dependendo do contexto e da percepção individual daquele que observa. Isso ocorre porque além das nuances das categorias intermediárias, o sistema de classificação varia de acordo com o contexto (um mesmo indivíduo pode ser num contexto classificado como branco, e em outro como moreno; outro indivíduo pode ser classificado como moreno, e em outro contexto como negro). E para além do tom de pele (que na maioria das situações se apresenta previamente aos outros traços), a classificação também pode ser pautada por fenótipos e posicionamentos políticos.

supressão gradativa de direitos elementares foram essenciais para a consolidação de “uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social” (SANTOS, 2007, p.25), ou seja, formaram-se consumidores e não cidadãos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta como, no Brasil, a diferença entre negros e brancos se apresenta principalmente em relação aos domicílios localizados em assentamentos subnormais, mesmo com melhorias nas condições de habitação no país entre 1993 e 2007.

Neste sentido, em 2008, eram 66,1% de casas chefiadas por indivíduos negros, enquanto 33% por indivíduos brancos. Para além disso, enquanto apenas 3% dos domicílios chefiados por brancos se encontram em situação de adensamento excessivo[67], o percentual dos domicílios chefiados por negros na mesma condição chega a 7%.

Estas discrepâncias étnico-raciais também se manifestam nos percentuais de outros bens de primeira necessidade como domicílios construídos de material durável, no abastecimento de água de qualidade, na adequação das formas de saneamento básico e ao esgotamento sanitário (RIOS-NETO e RIANI, 2007), tendo confluência apenas na coleta de lixo e no acesso à energia elétrica.

É importante reiterar que as condutas policiais têm baixa efetividade e, muitas vezes, resultam em vítimas, o que fortalece ainda mais o descontentamento da população. Essas vítimas majoritariamente são pessoas negras ou não-brancas. Para robustecer o argumento, aponto dados do ano de 2018: a população não-negra sofreu 12.729 homicídios, enquanto a população negra sofreu 43,890[68]. É notável a concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil.

Temos então a sociabilidade violenta como um ordenamento social consolidado por aqueles que são os cidadãos mutilados, que possuem um recorte racial, econômico e territorial, onde a violência - um acúmulo social da violência por si só - não se expressa por um comportamento isolado, mas um “princípio de

[67] Número elevado de moradores na mesma residência (IPEA, 2008).
[68] Dados encontrados no Atlas da Violência, IPEA - 2-21.

regulação das relações sociais”[69] (MACHADO DA SILVA, 2004, p.74).

A falta de congruência das posturas estatais no processo de produção espacial ao longo dos séculos em lugares específicos da cidade (que são deixados à margem da sociedade) fortalece a construção da percepção de que o Estado é um inimigo. É uma construção histórica que faz questionar a legitimidade da dominação para os habitantes desses espaços.

A justificativa contemporânea para as posturas estatais gira em torno de argumentações morais, onde a sujeição criminal se mostra um aspecto crucial desta prerrogativa, assim como a generalização da vitimização[70]. Misse afirma que o indivíduo que já foi previamente incriminado se torna um “sujeito propenso ao crime” (p.380) e que, se tais características podem ser generalizadas para outros sujeitos como ele, forma-se assim um “tipo social” que carrega estigmas. Porém, a sujeição criminal excede essa relação por não se referir apenas à descrença da identidade social ou aos rótulos e incorporações de papéis que o indivíduo passa, mas pela “fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado“ (p.380).[71]

Dentro da percepção Gramsciana, é possível compreender que existe uma filosofia[72] que prega o aumento da legitimidade das posturas agressivas como se fosse um princípio regulador que garantiria a segurança, retirando sua essência violadora[73]. Esta filosofia, por sua vez, é moldada pelo senso comum cada vez mais favorável a esse tipo de prática, consolidado por posturas estatais[74], narrativas

---

[69] Machado tende a definir essa forma de sociabilidade como algo exclusivo dos produtores de violência, mas para este trabalho, o conceito de sociabilidade violenta é expandido, comportando, de forma geral, todos aqueles que acabam tendo a violência como um princípio regulatório das relações sociais. Entende-se que a violência como princípio não se resume à posturas violentas, mas a posturas pautadas pelo cotidiano violento, como interações que expressam medo, desconfiança, ansiedade, etc.

[70] Para não ficar repetitivo, não explico novamente a questão da vitimização, que já foi descrita na parte 2.2 deste capítulo.

[71] O autor ainda acrescenta que essa internalização do crime no indivíduo é algo como um “ ‘espírito’ que lhe tomou o corpo e a alma” (p.380) e que o processo de ressocialização de sujeitos criminais no Brasil é feito predominantemente por meio de conversão religiosa.

[72] Ou ideologia.

[73] Como dito no início do capítulo, existe uma diferença entre a prática violenta e a prática agressiva.

[74] A conjuntura político-criminal brasileira mais recente é de crise. Nela, destaca-se a alta taxa de homicídios no país, acompanhada de alta taxa de letalidade e mortalidade policial. Soma-se a isso uma crescente taxa de encarceramento (de 137 pessoas presas por 100 mil habitantes em 2000 para 352,6 em 2016), dinamizada desde a entrada em vigor da Nova Lei de Drogas 11.343/2016 (compondo atuais 28% da população carcerária), ainda que predomine a punição por crimes de propriedade (furto e roubo constituem 37% da população carcerária). Tal crescente intensifica a crise

midiáticas[75] e, principalmente, pelo medo[76]. Porém, a legitimação do aumento da agressividade potencialmente aumenta a liberdade individual e a impunidade em cima da ineficiência estatal, onde o "cidadão de bem" exerceria a lei dentro de sua concepção, o que questiona o funcionamento e até mesmo o propósito de um monopólio da força do Estado. Afinal, aquele que quiser exercer a lei pela sua perspectiva também estará fadado a lidar com a execução da lei na perspectiva do outro. É claro que o monopólio da força possui suas fragilidades e ineficiências, mas é possível que uma eventual formalização de seu fim propague um estado de caos generalizado.

Temos então a ideologia punitiva como um discurso que é replicado por parcela da sociedade civil, mas também dentro da esfera política, onde o propósito norteador é a busca de legitimação das práticas agressivas, utilizando como argumento a necessidade de garantir e preservar a segurança, mesmo que seja realizado apenas para parcela da população e também à custo da vida daqueles que são socialmente, economicamente, racialmente e espacialmente marginalizados.

Sociabilidade violenta e ideologia punitiva são dois conceitos intrínsecos que representam faces da violência urbana presente no cotidiano, onde suas práticas se retroalimentam, tendo o medo como o ponto de partida. Devido ao fato de que as práticas violentas são frequentes e recorrentes no território, ou seja, que os indivíduos constantemente passam por situações violentas em suas rotinas, utilizarei o termo violência rotinizada, que abarca aspectos "gerais e objetivos (como os índices de homicídios, sequestros, roubos ou desaparecimentos), quanto às dimensões mais subjetivas (como o medo e a insegurança)" (GOMES, 2018, p. 118).

---

de superlotação dos presídios, com uma média de quase dois presos por vaga (taxa de ocupação de 197,4%), além da incapacidade de gestão prisional pelo Estado e o empoderamento de facções e da disputa violenta por poder entre elas. Disputa que esporadicamente rompe a invisibilidade e a naturalização da barbárie no cotidiano da execução penal com chacinas e esquartejamentos, como os ocorridos em janeiro de 2017 nos estados do Amazonas (recordista de taxa de ocupação: 484%) e de Rondônia, conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional (BORGES, 2022, p.67).

[75] Nesse contexto, proliferam também os discursos punitivos, defensores do endurecimento das práticas repressivas e penais do Sistema de Justiça Criminal, como resposta ao estado de coisas da segurança pública e do sistema carcerário brasileiro. Sobressaem os discursos veiculados na mídia televisiva, tanto na cobertura criminal presente nos principais jornais diários quanto nos programas específicos a tais temáticas, os chamados "programas policialescos". Bem como, ainda os discursos de agentes do Estado, como políticos, juízes, delegados, promotores, policiais etc. e de movimentos sociais da sociedade civil que clamam por um endurecimento penal como a resposta por excelência ao cenário de crise (BORGES, 2022, p.68).

[76] Como descrito no índice de propensão ao apoio a posições autoritárias: (...) o grupo com mais medo tende a aderir com mais intensidade ao autoritarismo (...) mas medo provoca mais adesão a soluções autoritárias (FBSP, 2017, p. 20).

Por ser um conceito muito amplo, a violência rotinizada carrega consigo várias possibilidades de impactos em seus contextos. Por tal motivo, nos seguintes capítulos desta dissertação, busco analisar os impactos espaciais e coletivos da violência rotinizada. Referente aos impactos espaciais, tenho foco na violência rotinizada consolidada pelos grupos armados na produção de cotidianos, e quanto aos impactos coletivos, nas consequências das trajetórias daqueles que vivem sob a violência ofertada nos espaços cinzentos no contexto da Praça Seca, bairro presente na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

3 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E A CONSOLIDAÇÃO DO COTIDIANO DA PRAÇA SECA

Este capítulo consiste, primariamente, numa exposição de informações referentes à Praça Seca, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. A primeira parte do capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória histórica do bairro de forma breve, remontando sua história desde as épocas coloniais até os dias atuais, apresentando marcos, localidades e indivíduos relevantes para o processo de desenvolvimento do bairro. Para além disso, estes dados são incrementados com informações de territórios vizinhos desta região para melhor entendimento do contexto do bairro e dos acontecimentos. A parte seguinte do capítulo busca apresentar a consolidação do cenário atual do bairro ao longo deste século, expondo questões como suas configurações urbanas e mobilizações culturais, em contraponto com o passado do território descrito na parte anterior.

3.1 DO VALE DO MARANGÁ AO BAIRRO DA PRAÇA SECA

Os fatos históricos descritos nesta parte do capítulo provêm, quase que integralmente, do livro “O Vale do Marangá” (1986), escrito por Waldemar da Costa, jornalista que morou na Praça Seca a partir de 1949. Este livro, tratado nesta dissertação como uma fonte principal, é provavelmente a base de informações mais próxima e detalhada dos acontecimentos do bairro, uma vez que temos poucos registros escritos referentes ao território da Zona Oeste e, principalmente, referentes ao território de Jacarepaguá. Esta obra foi feita à partir da coleta de memórias orais de diversos moradores da região, de descendentes de alguns moradores renomados e também por consultas à alguns órgão públicos, como o Serviço de Nomenclatura do Departamento de Edificações, o Museu da Imagem e do Som e a Diretoria de Parques e Jardins.

Para entender a degradação do bairro da Praça Seca, antes é imprescindível entender como seu auge foi alcançado.

A história do bairro da Praça Seca tem início ainda em tempos de Brasil colônia. Em 1594, Salvador Correia de Sá[77] concede aos seus filhos Martim e Gonçalo duas sesmarias que dividiam o dividiam parte considerável do território da atual Zona Oeste do Rio de Janeiro. Enquanto Martim seguiu carreira política[78], Gonçalo Correia de Sá optou por fundar engenhos de açúcar ao longo de suas terras, compreendidas desde a Barra da Tijuca até Campinho. Essa diferença de posturas entre os irmãos foi um traço marcante para o processo de expansão da cidade, uma vez que as terras de Martim só começaram a ser amplamente ocupadas no século XX, mantendo aspectos rurais até então. Após a morte de Gonçalo de Sá, sua esposa e filha vendem as terras para o filho de Martim de Sá, Salvador Correia de Sá e Benevides que, após o falecimento de seu pai, se torna dono absoluto de toda a região.

É apenas na segunda metade do século XVII que o General Salvador Correia de Sá e Benevides funda a Fazenda do Engenho de Fora, localizada na Rua Cândido Benício[79]. Este engenho estendia-se do bairro do Campinho até o bairro do Tanque, com construções[80] na região do IPASE[81] que perduraram até o século XIX, sendo uma das primeiras ocupações no território da Praça Seca. Todas as terras foram passadas para o filho do General Salvador, Martim Correia de Sá e Benevides, após seu falecimento em 1688. Martim torna-se então o primeiro Visconde de Asseca. Mas é só no século XVIII, quando o quarto Visconde de Asseca (também com o nome de Martim Correia de Sá e Benevides) se torna o dono das terras da família que se inicia os movimentos de povoamento da região da atual Praça Seca. No final deste século, mesmo distante do núcleo central da

[77] Sobrinho do ex-governador Mem de Sá (assim como Estácio de Sá) e ex-governador do Rio de Janeiro por dois períodos: entre 1567 e 1572, e entre 1578 e 1598.
[78] Martim Correia de Sá foi governador do Rio de Janeiro em dois períodos, assim como seu pai: entre 1602 e 1608, e entre 1629 e 1632. A Sesmaria que recebeu de seu pai compreendia terras desde Camorim até o Recreio dos Bandeirantes.
[79] Atualmente a Rua Cândido Benício é uma parcela do que antes era a Estrada de Jacarepaguá, cujo trajeto foi dividido em diversas outras ruas, como por exemplo a rua Geremário Dantas.
[80] A sede do engenho e a capela de Nossa Senhora da Conceição, que no século XIX foram destruídas.
[81] O IPASE é um conjunto habitacional construído na década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, localizado no extremo da Praça Seca, na divisa com o bairro Mato Alto.

cidade, o bairro possuía cerca de 250 residências e 70 espaços de vendas de produtos variados.

Com a gradativa expansão viária da região no século XVIII, foi criado o Largo do Asseca, recebendo este nome em homenagem ao dono das terras. A origem do nome do bairro vem do metaplasmo popular[82] referente a este Largo, tornando-se assim, o bairro da Praça Seca. Porém esse nome só é oficializado a partir do século XX. Até esse período da história da região, a Praça Seca recebia o nome de Vale do Marangá, palavra que vem do tupi-guarani e que significa campo de batalha ou lugar de combate[83].

Após o falecimento do quarto Visconde de Asseca em 1777, as terras do Vale do Marangá (assim como a Fazenda da Taquara, o Engenho de Fora e diversos outros engenhos existentes em Jacarepaguá) passam a pertencer à família Teles Barreto de Menezes, ancestrais de Francisco Pinto da Fonseca Telles, o Barão da Taquara[84].

O Barão da Taquara assumiu a direção das terras em 1862, aos 23 anos. Tendo fortes laços com a família imperial[85], Francisco teve um papel de suma importância para o território de Jacarepaguá. Durante sua vida, doou partes de suas terras para empregados e amigos, manteve diversas escolas da região e custeou consertos de vias públicas como a própria Estrada de Jacarepaguá, sendo visto por muitos como o Patriarca da Região. Esse apreço popular ficou claramente marcado em seu enterro (que ocorreu em 1918) que, para além da presença de diversos

---

[82] Desvio da correta composição fonética da palavra, tolerada em razão da métrica e do ornamento.

[83] Existem duas hipóteses para a definição deste topônimo (origem de um nome geográfico): uma delas é referente às possíveis batalhas entre portugueses e indígenas ocorridas no território (de forma que os indígenas tiveram que fugir para o litoral e para o sertão carioca), e a outra faz referência à expedição de 1710 do francês Jean François Duclerc, que desembarcou em Guaratiba com a missão de alcançar a área central da cidade, ao passo que sua companhia passou por diversas perdas e combates na região em questão.

[84] A família Telles de Menezes possui certa relevância para a história do Rio de Janeiro. Eram de origem portuguesa, donos de terras e membros da elite carioca. Antônio Telles Barreto de Menezes, por exemplo, era um juiz que resolveu comprar diversos terrenos na Praça do Carmo (atual Praça XV) para a construção de um conjunto de casas. A solução arquitetônica encontrada pelo engenheiro português José Alpoim para não obstruir o acesso entre a praça e o mercado do peixe foi a criação de um arco, seguido de uma travessia. Este local recebe o nome de Arco do Teles por causa do dono do empreendimento.

[85] Dom Pedro II era padrinho de batismo do Barão da Taquara. Sua relação com a família imperial tem início ainda na infância, com suas constantes visitas à Quinta da Boa Vista, uma vez que seu pai era guarda-roupa do Imperador. A relação de amizade entre as famílias era tão boa que, em certos momentos, o Barão abriu as terras da Fazenda da Taquara para que Dom Pedro II e a Imperatriz Dona Teresa Cristina pudessem passar suas férias anuais.

membros do governo republicano, como ministros e representantes das câmaras federal e municipal, também contou com a presença de grande quantidade de residentes da região em questão. Com sua morte, deixou suas terras para os filhos do primeiro casamento, para sua então esposa (Dona Leopoldina Francisca de Andrade, a Baronesa da Taquara) e seus dois filhos. A Baronesa seguiu com o trabalho “filantrópico” de seu marido até seu falecimento, em 1960.

Poucas construções da época colonial se mantiveram no território de Jacarepaguá. Dentre as remanescentes, pode-se citar a casa-sede do Engenho D’Água e a casa-sede da Fazenda da Taquara. Ambos os imóveis são patrimônios históricos tombados que tiveram o Barão da Taquara como seu último dono relevante.

Figura 7 - Casa-Sede do Engenho D’Água[86]

Fonte: Eddie Cord (2014)

Em meados do século XIX[87], foi inaugurada a Estrada de Ferro Dom Pedro II[88] que ligava Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Foi um grande marco da

[86] cf. https://www.flickr.com/photos/127575598@N08/.
[87] Mais precisamente no dia 29 de março de 1858.
[88] Posteriormente foi rebatizada com o nome de Estrada de Ferro Central do Brasil).

mobilidade para a cidade, devido à sua impressionante velocidade para os padrões da época. A estação mais próxima da Praça Seca era a estação de Cascadura que, apenas 17 anos após sua construção, foram implementados bondes de tração animal pela região, atravessando o Vale do Marangá pela Estrada de Jacarepaguá. Em 1911, a Light comprou a companhia responsável pelos bondes e alguns dos trajetos passaram pelo processo de eletrificação. Os bondes seguiram sendo utilizados na região até 1964, quando foram desativados.

O primeiro processo de loteamento do bairro da Praça Seca aconteceu na década de 1890, pelo Barão da Taquara. Nesse processo, a parcela da Estrada de Jacarepaguá que corta o bairro foi rebatizada com o nome de Rua Cândido Benício[89], além da fundação de sete ruas que cortam o bairro de forma perpendicular: as ruas Comendador Pinto, Ana Teles e Pinto Teles (que ficam mais próximas da região do bairro Campinho), as ruas Barão e Baronesa (ficam na área central do bairro), e as ruas Albano e Florianópolis[90] (que ficam mais próximas da região do bairro Tanque). Devido a esta expansão viária, o Largo do Asseca é reformulado, dando espaço para a Praça 25 de Outubro[91], presente até os dias atuais, sendo considerada o ponto central do bairro.

O bairro passou por outro processo de loteamento entre 1906 e 1909, novamente por movimentação do Barão da Taquara. O plano de arruamento foi feito por Bernardino Marques da Cunha[92] e foi mais amplo que o primeiro, confeccionando dezenas de ruas, de forma que capilarizou as vias já existentes da Praça Seca e seguiu no processo de expansão para as regiões vizinhas. É importante ressaltar que todas as vias do bairro eram de barro na época de ambos os loteamentos, inclusive a Rua Cândido Benício[93]. A grande maioria das ruas só foram pavimentadas na década de 1950.

A descaracterização do perfil rural da Praça Seca começa no início do século XX. Um personagem relevante para esse processo foi Gastão Taveira[94], que em

[89] Amigo íntimo do Barão da Taquara e político que morava na região.
[90] A Rua Florianópolis na época recebeu o nome de Rua Emília, mas foi a única das sete que teve seu nome alterado até hoje.
[91] O nome da Praça é a data de aniversário do Barão da Taquara.
[92] Engenheiro, negociante de café e delegado da polícia de Jacarepaguá.
[93] Esta só foi pavimentada no final da década de 1920.
[94] Imigrante português que construiu suas riquezas por meio de exportações de café brasileiro para o mercado estadunidense. Era genro do Dr. Bernardino.

1910, após o loteamento e arruamento do território, iniciou a construção - ao longo da Rua Cândido Benício, a qual era dono de grande parte das terras - de uma série de imóveis para aluguel e venda. É neste contexto de desenvolvimento que surgem as primeiras escolas primárias no bairro: A Escola Marquês do Paraná, a Escola Bahia e a Escola Haiti[95]. O ensino secundário só aparece no território duas décadas depois, quando em 1933 ocorre a fundação do Instituto Tamandaré que, na década de 1940, recebeu a visita de Getúlio Vargas. O então presidente distribuiu brinquedos para as crianças e desfilou em carro aberto pela via principal do bairro.

Algumas outras escolas surgiram entre as décadas de 1930 e 1950, mas é na década de 1960, no Governo de Carlos Lacerda[96] que ocorre um conjunto de reformas e inaugurações de escolas públicas. A Escola Evaristo da Veiga, o Ginásio Sobral Pinto e a Escola Municipal José Joaquim de Queiroz Júnior são algumas destas.

A Praça 25 de Outubro até o início do século XX não possuía muitas qualidades, uma vez que não recebia cuidados, o que ficava claro nos dias subsequentes aos dias de chuva, pois a praça ficava com um aspecto de pântano, com seu espaço parcialmente inundado. É por meio de Gastão Taveira que, em 1901, ocorrem os processos de aterramento e aplanação na praça, assim como a criação de um campo de futebol. Em 1918, a Praça 25 de Outubro teve seu nome alterado para Praça Barão da Taquara, como uma nova homenagem para o Barão, que veio a falecer naquele ano.

A Praça Barão da Taquara passou por quatro grandes reformas ao longo dos anos. A primeira foi em 1928, onde parte da praça[97] foi ornamentada por jardins e bancos, e o campo de futebol deu espaço para o Coreto[98], construção emblemática do bairro, presente até os dias atuais. A segunda em 1936 ocorre uma nova reforma. Desta vez, o enfoque foi na outra parte da praça, que recebeu um lago com uma

[95] A Escola Bahia e a Escola Haiti seguem em funcionamento até os dias atuais, hoje como Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Carlos Drumond de Andrade e como Escola Municipal Armando Lombardi, respectivamente.
[96] Governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965.
[97] A outra parte da praça teve sua vegetação capinada, além da plantação de mangueiras.
[98] O Coreto não foi feito para o bairro, mas trazido da antiga Praça Onze de Junho.

escultura/chafariz de um casal de crianças[99], e um projeto de paisagismo orientado pela estética francesa. A terceira em 1977, onde ocorreu a expansão do lago e a introdução de bancos de madeira dispostos ao longo de toda a praça, garantindo mais uso e funcionalidade para a praça. Por último, a praça recebe em 2020 uma nova reforma, que revitaliza o espaço, com uma academia da terceira idade renovada, parque infantil e quiosques, além da instalação de um gradil em ambas as partes[100]. Importante ressaltar que, em 1979, a Praça Barão da Taquara passa novamente pela alteração de seu nome, recebendo então o nome do bairro: Praça Seca.

Figura 8 - Coreto da Praça Seca em 1930[101]

Fonte: Madureira: Ontem & Hoje (2018)

[99] Essa escultura era tida como um cartão de visita da Praça Seca e, na década de 1950, sumiu misteriosamente. Substituíram esta estátua por uma Grande Jarra e, eventualmente, por uma escultura de uma jovem romana, presente até os dias atuais.
[100] Falarei mais aprofundadamente sobre esta revitalização na parte seguinte do capítulo.
[101] cf. https://www.facebook.com/madureiraontemehoje/photos/a.1140288702751784/1703139283133387/?locale=pt_BR.

No século XX, a população da região da Praça Seca consolidou diversos espaços de convívio social e lazer no território. Como era o principal acesso de Jacarepaguá, o bairro possuía uma população flutuante[102] considerável, o que ajudou a consolidar o perfil social do bairro na época. Lugares como clubes de ativação social, escolas de samba, bares, restaurantes, sorveterias e cinemas eram presentes majoritariamente ao longo da Rua Cândido Benício, mas também em vias secundárias, sempre mantendo proximidade com a praça do bairro.

Os clubes de atividade social começaram a surgir na Praça Seca na década de 1930. Clubes como o Rex Basquete Clube, o Clube Ateniense, o Jacarepaguá Tênis Clube[103] e o Country Club de Jacarepaguá ofereciam espaços para práticas esportivas, mas também apresentavam eventos de dança semanais, dentre outras atividades, atraindo jovens de toda a região. Foi também nesta década que foram fundadas as primeiras escolas de samba do bairro. A Corações Unidos surgiu em 1932 e a Vai Se Quiser em 1937, e ambas foram responsáveis pela propagação do carnaval da região, se fundindo em 1956, dando espaço para o Grêmio Recreativo Esporte e Samba União de Jacarepaguá. Foi também na década de 1950 que a Escola de Samba Marangá foi fundada.

O futebol se popularizou no bairro assim que foi introduzido na cultura carioca. O campo de futebol feito por Gastão Vieira no início do século XX na praça foi o pontapé inicial para uma consistente trajetória futebolística no lazer da Praça Seca. Com o desmanche desse campo em 1928, ocorreu um movimento de criação de diversos times de várzea no território entre as décadas de 1930, 1940 e 1950, assim como novos campos, surgindo diversos jogadores de qualidade, tornando o bairro um verdadeiro celeiro para times de futebol profissional. Foram 13 times[104] criados ao longo destas três décadas.

O cinema chega ao Brasil no final do século XIX, com a primeira sala sendo inaugurada em 1897, na Rua do Ouvidor, localizada no bairro do Centro[105]. As

---

[102] População flutuante é o conjunto de indivíduos que ocupam um território de forma regular, embora não residam no mesmo.
[103] Este clube, por sua vez, foi fundado após uma crise interna dentro do Rex Basquete Clube.
[104] Os treze clubes são: Albano Futebol Clube, Vila Albano, Esporte Clube Parames, Esporte Clube Marangá, Sete de Setembro, Continental Futebol Clube, Nova América, Esporte Clube Rio-São Paulo, Brahma Esporte Clube, Esporte Clube Paratinins, Papai Esporte Clube, Pracinha Futebol Clube e ACEAL - Associação Carioca de Ex-Alunos Lassalistas.
[105] cf.https://www.rolecarioca.com.br/roteiro/52/cinemas-antigos-do-centro.html.

primeiras salas na Zona Oeste da cidade são inauguradas em 1908, no bairro de Bangu (GONZAGA, 1996)[106], mas o cinema chega à região de Jacarepaguá em 1911, com a inauguração do *Cinematographo*, na Rua Cândido Benício. Esse foi o início de uma consistente relação entre cinema e o bairro da Praça Seca. Outros Cinemas como o Cine Rex, Cinema Barão, Cinema Lux e Cineminha de Jacarepaguá surgiram nas décadas seguintes, mas foram o Cine Ipiranga e o Cinema Baronesa que tiveram mais relevância para o bairro[107].

Localizado na praça do bairro, O Cine Ipiranga foi inaugurado em 1929, em tempos de cinema mudo, e era dado como o cinema mais confortável do subúrbio. Na época de sua inauguração, sendo a Praça Seca ainda um bairro com um perfil essencialmente rural, muitos dos clientes percorriam grandes distâncias a cavalo para poder assistir filmes no local[108]. O estabelecimento ficou em funcionamento até o ano de 1976, quando já não conseguia mais competir com seu principal adversário - o Cinema Baronesa -, e foi demolido para dar espaço ao Supermercado Três Poderes[109].

Próximo ao Cine Ipiranga, também localizado na praça do bairro, o Cinema Baronesa, por sua vez, foi inaugurado em 1950, contando com a presença da própria Baronesa da Taquara em sua abertura. O estabelecimento detinha estruturas modernas, uma estética elegante e funcionários bem treinados e trajados, o que era um diferencial para a época. Embora o uso do local tenha sido direcionado na exibição de filmes, o cinema contava com um palco para exposições teatrais que não chegou a ser utilizado durante seu funcionamento. O empreendimento encerrou suas atividades em 1989, sendo o último cinema de rua em funcionamento na região (SOUSA, 2019).

Além das diversas salas de cinema presentes no bairro no século passado, a Praça Seca também serviu como cenário para diversas filmagens, externas e

---

[106] O fenômeno de expansão dos cinemas no subúrbio da cidade estava atrelado às linhas de trem e suas estações. Além de Bangu, é possível ver essa relação nos bairros do Méier e Madureira, por exemplo (SOUSA, 2019).

[107] É relevante pontuar que na Praça Seca também existiu um cinema ao ar livre na década de 1950, na Rua Cândido Benício, e um drive-in na década de 1970, próximo ao IPASE.

[108] O cinema inclusive possuía um espaço especial para que os cavalos ficassem amarrados enquanto seus donos assistiam os filmes.

[109] Inclusive, após a inauguração do Cinema Baronesa, o Cine Ipiranga recebeu o apelido de “Poeirinha”, devido à disparidade de estrutura entre ambos os estabelecimentos.

internas. Na década de 1950, a região foi o espaço de gravação para diversos filmes. Dentre eles, o mais relevante, “Matar ou Correr”[110], em 1954. Nas décadas seguintes, algumas das antigas mansões do bairro foram utilizadas como cenário para a gravação de diversas cenas de novelas e filmes como "Paraíba, Vida e Morte de um Bandido", em 1966, “Feijão Maravilha”, em 1979 e “Guerra dos Sexos”, em 1984.

Figura 9 - Cinema Baronesa[111]

Fonte: Cinemagia (2020)

Em meados do século XX, com a expansão da cidade, algumas obras estruturais precisaram ser feitas. Uma delas foi a instalação de manilhas que ligavam o Rio Guandu até a Represa dos Macacos[112]. A obra contou com escavações em diversas ruas da Praça Seca, na intenção de garantir o abastecimento de água na Zona Sul da cidade. Em 1963 ocorreu outra obra de instalação de manilhas na região, uma escavação de um túnel que atravessou o Morro Inácio Dias[113], novamente em direção a Zona Sul, mas com interligações para

[110] Uma sátira ao *western* “Matar ou Morrer” produzido pela Atlântida Cinematográfica.
[111] cf. https://cinemagia.wordpress.com/2020/09/05/cinemas-antigos-cine-baronesa-praca-seca-rj/.
[112] Localizado no Horto, construído e inaugurado em 1877, com projeto e execução do engenheiro Antônio Rebouças cf. https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-reservatorio-dos-macacos-e-acude/#!/map=38329&loc=-22.966517173471857,-43.24042788596384,17.
[113] Morro localizado no fim da Rua Barão.

outras localidades[114]. Foi no contexto desta segunda intervenção que surgiram os primeiros indícios de uma "Vila Operária"[115], construída pelos trabalhadores da obra na região. Estas moradias estavam localizadas na atual Favela São José Operário, que recebeu este nome em homenagem aos mesmos.

O perfil social e urbano do bairro da Praça Seca é uma construção secular, tendo registros que datam desde o século XVI até os dias atuais. Dentre os vários momentos desses perfis, fica explícito - ao analisar a trajetória histórica do bairro brevemente descrita nesta parte do capítulo - que o século XX (principalmente entre as décadas de 1900 e 1960) foi o auge da região. É nesse contexto que o bairro tem a sua transição de perfil rural para um perfil urbano, com o surgimento de planos de arruamento e loteamento, linhas de transporte, escolas, cinemas, espaços de atividades sociais, que são fatores pertinentes para a expansão demográfica do território.

Também fica expresso nestes escritos como a Praça Seca detinha considerável relevância, sendo local de moradia de diversos políticos, donos de terras, militares e ricos empreendedores ao longo dos tempos. Embora seja um bairro que até os dias atuais está fora do eixo central do município, sua disposição espacial (entre os Maciços da Pedra Branca e da Tijuca) ajudava nessa consolidação de perfil social e urbano, uma vez que era o único caminho possível para acessar diversas partes da Zona Oeste da cidade[116]. É importante reiterar a relevância dos moradores de classes altas para o desenvolvimento da região, uma vez que os arruamentos e loteamentos, além da manutenção de diversas escolas e variados outros espaços eram fomentados por meio de seus próprios recursos financeiros. Era uma busca de garantir qualidades compatíveis com as zonas nobres dos espaços mais centrais da cidade, e que já naquela época demonstrava a diferença de tratamento "pelos poderes públicos às diferentes regiões da cidade" (DOS SANTOS, 2011, p.13).

Existem diversos fatores que entendo como influências diretas ou indiretas

---

[114] Barra da Tijuca e Vicente de Carvalho.

[115] Essa é uma tendência que se consolidou nas décadas de 1940 e 1950, que é o processo de "fixação na região de segmentos do operariado carioca" (DOS SANTOS, 2011, p.18).

[116] Até a década de 1930, o único acesso da Zona Central/ Zona Sul à Jacarepaguá era pela Praça Seca, mas com a abertura da Estrada do Joá, cria-se uma nova possibilidade de trajeto.

para o processo de degradação[117] do bairro da Praça Seca. São eles: a alteração da capital do país, os movimentos de expansão da especulação imobiliária da Barra da Tijuca e Recreio, o *boom* demográfico do bairro (e da região como um todo), a faltas de posturas estatais, as consequências da implementação das UPPs e a implantação do BRT.

Em 1960, a capital do país deixa de ser o Rio de Janeiro e passa a ser Brasília, com justificativas geopolíticas[118]. Essa transição de poder influencia diversas dimensões da cidade, mas também desqualifica o município no que tange a esfera política. O esvaziamento do poder político gera, por consequência, uma movimentação de diversos personagens da política carioca para o distrito federal. Esse movimento alcança a Praça Seca e faz com que muitos dos "agentes benfeitores" do bairro se deslocassem para outros espaços.

Ainda na década de 1960, como forma de "compensar a perda do *status* econômico e social decorrente da transferência da capital federal para Brasília" (NUNES-FERREIRA, 2014, p.14), o Governo Federal realizou diversas obras para um desenvolvimento urbano "coerente com a tradução histórica e cultural da cidade" (NUNES-FERREIRA, 2014, p.14). É nesse contexto que em 1969 o Plano Piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá é entregue ao então Governador Negrão de Lima.

A terra recebida por Martim Correia de Sá de seu pai em 1594 finalmente começa a receber atenção do Estado. A titularidade da região ao longo dos séculos passou por diversas mãos, mas foi apenas no contexto onde o Rio de Janeiro se consolidava como uma megacidade que a distância do centro e o isolamento geográfico (devido aos maciços da Tijuca e da Pedra Branca) param de ser impeditivos para a ocupação do território. Nunes-Ferreira afirma que:

---

[117] A degradação da Praça Seca, neste sentido, refere-se à falta da garantia plena de direitos para seus moradores, expressas por violências estruturais (falta de saneamento, eletricidade, moradia adequada, etc) e violências armadas (conflitos armados entre facções e Estado).

[118] A capital não estaria tão geograficamente vulnerável em caso de conflitos internacionais, seria um incentivo para a ocupação do interior do país e sofreria menos pressão popular sobre o governo (BEZERRA, 2023).

> Em meados dos anos 1960, o aumento da população e o acelerado crescimento econômico do país, combinados com a existência da área preservada pelo isolamento geográfico, fundamentaram a opção governamental de criar ali um novo vetor de crescimento para a classe média e o interesse privado de grandes, embora poucos, empreendedores imobiliários. (NUNES-FERREIRA, 2014,p.42)

A Barra da Tijuca surge como uma solução para a expansão específica da população carioca, uma vez que, em 1974, cerca de 40% da população que residia no bairro estava presente numa faixa de rendimento acima de vinte salários mínimos, enquanto no restante da cidade, esta faixa ocupava em torno de 9% do total (CARDOSO, 1989). Um bairro que foi construído e pensado como uma alternativa para as classes de maior poder aquisitivo, uma vez que o aumento da população não era contemplado com aportes estatais. Logo, esse processo de especulação imobiliária e, consequentemente, consolidação do bairro da Barra da Tijuca é, simultaneamente, um processo de emigração das classes mais abastadas dos demais bairros da cidade para este novo espaço ocupado. Parte dos moradores da Praça Seca fizeram parte desse movimento, um dos fatores que influenciam na alteração do perfil do bairro.

Um bairro que foi mantido por séculos por movimentações financeiras privadas se encontra num contexto de total desamparo, uma vez que o Estado nunca foi seu maior investidor, e aqueles que investiam debandaram para outro local da cidade. Com isto, o processo de favelização se intensifica e, antes da virada do século XX para o século XXI, deflagra-se a falta da garantia dos direitos que o cidadão médio que ocupa o território deveria possuir, expresso no surgimento de novas formatações de malhas urbanas, novos locais de expansão no bairro, nas diferentes materialidades e estéticas das novas construções (e na adequação das antigas), na desvalorização e fechamento de estabelecimentos, na presença da violência em conflitos armados, dentre diversas outras questões.

Na parte seguinte deste capítulo busco apresentar e analisar de forma breve a consolidação do processo de degradação do bairro ao longo do século XXI, além das movimentações da sociedade civil na busca de combater a estigmatização que o bairro vem sofrendo ao longo das últimas décadas.

3.2 A PLURALIDADE ATUAL DA PRAÇA SECA

As últimas três décadas serviram para intensificar o processo de degradação do bairro. O processo de favelização se intensifica nesse período e consolida a presença de 17 favelas na região[119], locais onde ocorrem a maioria dos conflitos armados na Praça Seca (tema que será aprofundado na parte seguinte deste capítulo). Somado à mudança do perfil de morador médio, percebe-se também uma mudança nos estabelecimentos presentes no bairro.

Todos os cinemas de rua do bairro foram fechados ainda no século passado. Atualmente, os locais onde ficavam o Cine Ipiranga e o Cinema Baronesa (cinemas mais relevantes da região) se tornaram uma loja de departamento popular e uma unidade da Igreja Universal, respectivamente. Os clubes de futebol foram todos extintos, e suas sedes descontinuadas, salvo o Country Club de Jacarepaguá, o Clube Rio São Paulo e o Jacarepaguá Tênis Clube, que oferecem diversos outros serviços para além desta prática esportiva. É importante ressaltar que embora o bairro não seja mais conhecido por ser um celeiro de jogadores para times profissionais, a prática do futebol segue presente no bairro até os dias atuais, com seus mais de 23 campos e quadras (públicos e privados) espalhados no território. Os clubes de ativação social (como o Rex Basquete Clube e o Clube Ateniense) e as escolas de samba também encerraram suas atividades ao longo das décadas. No final da década de 2000 ocorreu a criação do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império da Praça Seca que, por motivos de conflitos internos e conflitos com facções criminosas, chega ao seu fim em 2015.

Embora os antigos espaços culturais do território tenham sido em sua grande maioria encerrados ainda no século XX, nota-se novas movimentações para fomento de atividades culturais no bairro. O Cine Praça Seca[120], a Roda Cultural da Praça Seca[121], o Museu de Memórias da Praça Seca (MUMEPS)[122], a Casa Percília

[119]Algumas destas favelas se encontram parcialmente presentes em bairros vizinhos.
[120] Cineclube e Movimento político-cultural do bairro que oferece sessões de filmes a céu aberto e palestras na praça do bairro desde 2019. cf. https://www.instagram.com/cinepracaseca/.
[121] Organização comunitária que promove oficinas de Rap, Break Dance e Graffiti para crianças desde 2018. cf. https://www.instagram.com/rcdaps/.
[122] Ponto de Memória reconhecido pelo IBRAM, com foco em materializar a memória da região por meio da perspectiva dos moradores do bairro desde 2021. cf. https://www.instagram.com/mumeps_/.

Teles[123], o Centro Cultural Dyla Sylvia de Sá[124] e o Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá (IHBAJA)[125] são exemplos recentes e ativos presentes no cotidiano do bairro e da região, numa busca de reacender os aspectos culturais de lazer e da memória da Praça Seca.

A relação dos moradores do bairro com esportes não enfraqueceu com o tempo, mas certamente mudou seu formato. Embora a Praça Seca não seja mais um celeiro de jogadores de futebol, no início da década de 2000 começou a ganhar uma nova identidade esportiva com o surgimento da Organização Não-Governamental Associação MIRATUS de práticas esportivas de badminton.

A MIRATUS é uma ong presente dentro da favela da Chacrinha e é um marco para a prática do badminton no país. Fundado oficialmente em 1998 por Sebastião de Oliveira, o espaço oferece aulas gratuitas de badminton para crianças e adolescentes moradores das redondezas, para os variados graus de habilidade, oferecendo os equipamentos (raquetes, petecas e em casos específicos, vestimentas) e o espaço (quadras) para tal. Contando com o apoio de diversos voluntários, a organização também oferece aulas de reforço para os alunos matriculados. A relevância da MIRATUS para a prática do esporte no país se apresenta nos jogadores que já foram representar o Brasil em diversas competições internacionais[126].

---

[123] Organização comunitária que promove encontros culturais no bairro desde 2018. cf. https://www.instagram.com/casaperciliateles/.

[124] Espaço que promove aulas de lutas, danças, além de apresentações e demais atividades desde 2020. cf. https://www.instagram.com/centroculturaldyladesa/.

[125] Grupo de professores e pesquisadores que estudam a Baixada de Jacarepaguá com objetivo de preservar o patrimônio material e imaterial do território, atuando em conjunto com movimentos sociais e órgãos públicos e privados desde 2012. cf. https://ihbaja.blogspot.com/2012/06/sobre.html.

[126] David Silva (medalhista de prata e bronze nos Jogos Pan-Americanos de 2023, ouro e prata nos Jogos Sul-Americanos de 2022 e prata e bronze no Desafio 2023), Ygor Coelho (duas vezes representante brasileiro nas Olimpíadas, medalhista de ouro em 2018 e bronze em 2022 e 2023 nos Campeonatos Pan-Americanos e ouro nos Jogos Pan-Americanos de 2019) e Donnians Oliveira (terceiro lugar do ranking brasileiro e centésimo segundo no ranking mundial e medalhista de ouro e prata nos Jogos Sul-Americanos de 2022) são alguns dos diversos jogadores provenientes da Praça Seca que consolidaram trajetórias históricas no badminton mundial.

Figura 10 - MIRATUS Centro de Treinamento de Badminton[127]

Fonte: Google (2021)

Ainda na temática de esportes no bairro, em 2010 foi inaugurada a Vila Olímpica Manoel José Gomes Tubino[128], próximo a estação IPASE de BRT, fronteira da Praça Seca com Mato Alto. Num terreno de aproximadamente 55.000 m² e com 33 atividades desportivas oferecidas[129], a Vila Olímpica passou por momentos de pouquíssimo uso de suas dependências nestes 13 anos de existência. Mas, desde o início de 2022, o espaço vem sendo amplamente utilizado, com cerca de 3000

---

[127] cf. https://www.google.com/search?q=miratus+badminton&source=lmns&bih=607&biw=1366&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj48sans8aDAxXWiJUCHasiAJwQ_AUoAHoECAEQAA#lpg=cid:CgIgAQ%3D%3D,ik:CAoSLEFGMVFpcE96ZXhocDVjVFJrcktXVURTMlZRaG1KMktxSXB0Mkdkc2d0ODd2.

[128] É um complexo multifuncional esportivo da Prefeitura da cidade, integrada à rede de vilas, parques e complexos esportivos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro (SMEL), sendo gerida pelo Instituto Carioca de Atividades (ICA), cf. https://institutocarioca.org.br/project/vila-olimpica-professor-manoel-jose-gomes-tubino-vila-olimpica-do-mato-alto/.

[129] Atletismo, alongamento, ballet, ginástica funcional, capoeira, futebol, futsal, jiu-jítsu e natação são exemplos de atividades oferecidas. Importante mencionar que a Vila Olímpica também oferece atividades para pessoas com deficiência (possuindo estrutura que atende todas as normas de acessibilidade previstas em lei) e para idosos.

alunos matriculados nas diferentes modalidades.

Figura 11 - Quadra de atletismo da Vila Olímpica[130]

Fonte: Prefeitura Rio (2023)

Para além das atividades esportivas, a Vila Olímpica do bairro também serve para sediar eventos da prefeitura, como o Favela com Dignidade, programa que busca levar serviços (tais como vacinação, matrículas assistidas, apresentação de projetos, conscientização sobre reciclagem, dentre outros) da Prefeitura às favelas cariocas, em parceria com diversas órgãos municipais (como as secretarias de transportes, saúde, educação, cultura, juventude, por exemplo).

Em 2012, com a meta de integrar os territórios mais distantes da cidade com o trem e o metrô, foi inaugurado o BRT (*Bus Rapid Transit*[131]) Rio. A implementação

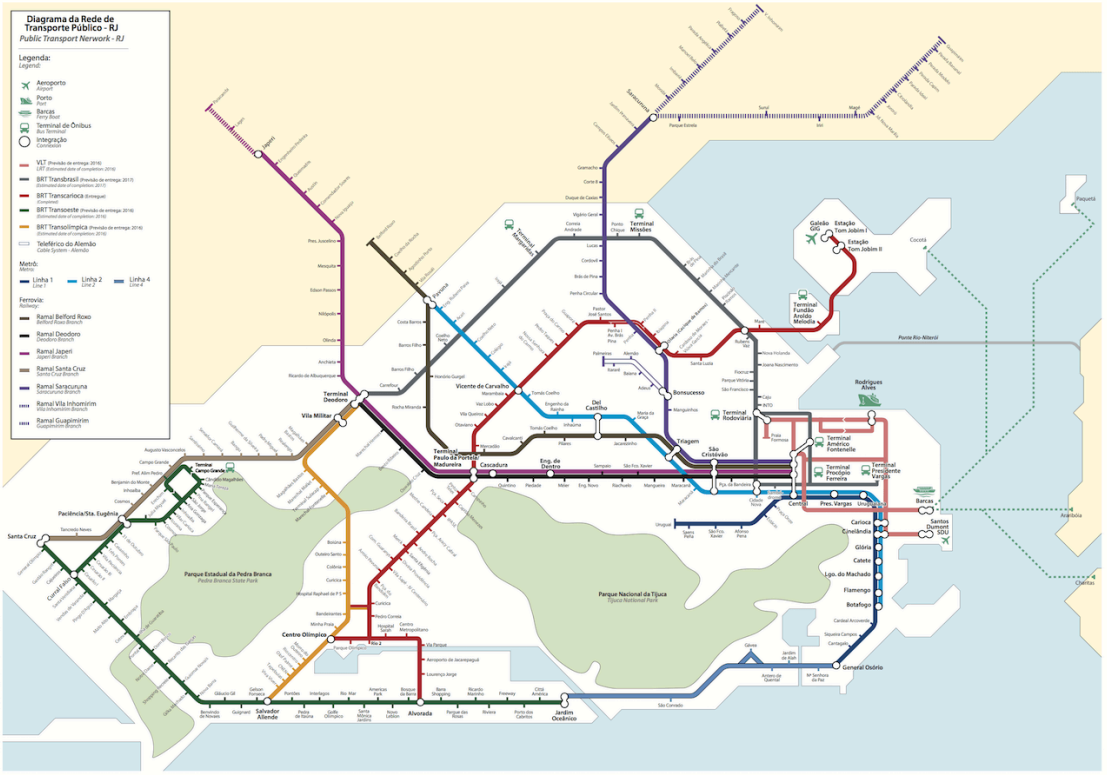
---

130 cf.https://prefeitura.rio/esporte/atletas-do-time-rio-visitam-a-vila-olimpica-do-mato-alto-e-compartilham-experiencia-com-os-alunos/.

131 *Bus Rapid Transit* ou Ônibus de Trânsito Rápido é um sistema de transporte introduzido em 1973, no Canadá, e presente em diversos locais do mundo, como Colômbia e Indonésia. Para que possa ser considerado um BRT, é essencial que o sistema possua cinco recursos básicos específicos: Faixa dedicada, alinhamento de vias, cobrança externa da tarifa, plataformas de embarque e proibição de interseções em suas faixas.

do BRT foi dada gradualmente, e consta atualmente com 4 corredores integrados[132], ligando moradores de 27 bairros (e bairros vizinhos) da Zona Oeste e Zona Norte às linhas de trem e metrô, com suas mais de 160 estações, atendendo cerca de 360.000 passageiros diariamente (Diário do Transporte, 2023). A Praça Seca é um dos bairros que recebeu o BRT, com quatro estações[133] dispostas ao longo de sua via principal, Rua Cândido Benício.

Figura 12 - Mapa da Rede de Transportes do Município do Rio de Janeiro[134]



Fonte: Prefeitura Rio (2017)

Para a realização da operação do BRT, diversas linhas de ônibus foram encerradas ao redor da cidade, de modo que as demandas fossem contempladas pelo novo sistema. E além dessa mudança, várias obras foram feitas ao longo das vias que viriam a receber o BRT para a implementação das estações e das faixas exclusivas.

Estas modificações na malha urbana geraram impactos não apenas nas vias, mas nas suas respectivas calçadas e lotes. Diversas propriedades foram

[132] BRT Transbrasil, BRT Transcarioca, BRT Transoeste e BRT Transolímpica.
[133] São elas: Pinto Teles, Capitão Menezes, Praça Seca e IPASE
[134] cf. https://www.rio.rj.gov.br/web/pmus/mapa-da-rede-de-transportes.

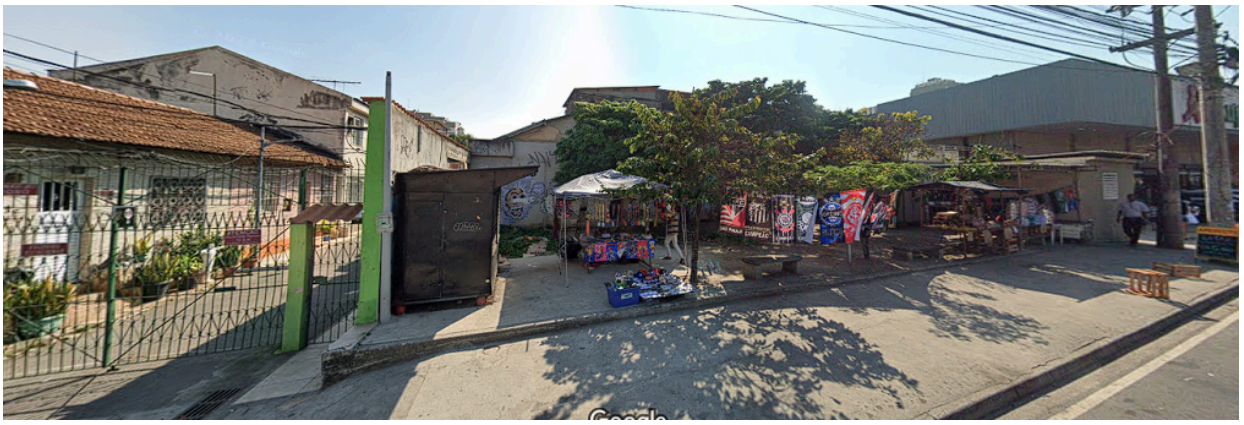
desapropriadas e, de acordo com nota da Secretaria de Moradia e Habitação (SMH), os processos de reassentamento foram conduzidos de forma democrática e respeitosa aos direitos de cada família envolvida (UOL, 2013). Porém, moradores de diversos locais da cidade, em denúncias, discordaram desta fala. O que era oferecido ao morador era a possibilidade de escolher entre receber uma indenização - de aproximadamente 40% do valor do imóvel (EXTRA, 2011) - ou um imóvel do Programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, em locais como a Vila Recreio 2, 90% de alguns terrenos desapropriados não foram utilizados, e os representantes dos processos de remoção muitas vezes não conheciam e não sabiam qual seria o uso daqueles terrenos a desocupar, o que gerou investigações pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) (Empresa Brasil Comunicação, 2013).

Essas desapropriações sem objetivo também ocorreram na Praça Seca, onde terrenos ficaram vazios por anos e foram gradativamente ocupados por moradores da região. Num dos casos em específico, uma casa pertencente a uma vila, próxima ao centro do bairro, foi removida e nada foi posto em seu local. Ao seu lado existe outra casa desta mesma vila que não foi removida e que segue ocupando o mesmo espaço da calçada. O local onde ocorreu a remoção ficou vazio por anos e hoje é utilizado como um espaço de comércio informal.

Figura 13 - A vila e o espaço desapropriado

Fonte: Google (2023)

Figura 14 - Comércio informal no espaço desapropriado



Fonte: Google (2023)

A última reforma da praça da Praça Seca foi iniciada em 2019 e trouxe mudanças consideráveis no espaço. Com cerca de três milhões de reais investidos pela prefeitura, a obra buscou implementar câmeras de segurança ao redor do espaço, quiosques, pista de caminhada e um posto da Guarda Municipal, assim como reformas do parque infantil, da rampa de skate, da quadra de vôlei, da quadra de futebol, do coreto e da academia da terceira idade. Para além destas reformas e implementações, foi instalado um gradil ao redor de ambas as partes da praça, na intenção de garantir mais segurança para aqueles que forem ocupá-la (Prefeitura do Rio, 2019). Atualmente, diversas atividades são praticadas na praça, como exposições de filmes pelo cineclube, eventos das igrejas do bairro e ações da Prefeitura.

Figura 15 - A praça

Fonte: Google (2023)

Nas últimas décadas, a malha urbana do bairro passou por outras alterações além das desapropriações de imóveis na via principal, assim como por meio da consolidação de novos formatos de ocupação. Para uma análise mais funcional, apresento as malhas das ocupações mais antigas, referentes ao “asfalto” e depois, as malhas das ocupações mais recentes, referentes ao “morro”.

As vias do bairro não sofreram grandes alterações em suas formatações após os planos de arruamento e loteamento produzidos no início do século passado, passando apenas por adequações no dimensionamento - faixas, recuos, calçadas, distâncias entre postes - às lógicas de regulamentação urbanística. Com o aumento demográfico da região, houve em paralelo uma expansão da malha rodoviária, mantendo coerência no que tange os tamanhos de quadras, lotes e calçadas, onde as quadras mais próximas da via principal são maiores (compreendendo os maiores imóveis) e as mais distantes sendo menores. Isso se tem porque os imóveis dispostos nas proximidades da via principal são em grande maioria de uso comercial ou misto, enquanto os mais distantes são majoritariamente de uso residencial.

As vias do bairro são em grande parte asfaltadas, embora o material utilizado em locais de aclives seja o paralelepípedo, e suas calçadas são de concreto. Os

imóveis são majoritariamente de alvenaria, embora alguns poucos locais (como o depósito Comércio de Ferro Nossa Senhora da Piedade ou os ginásios da Escola Especial Municipal Professora Maria Therezinha de Carvalho Machado e do Country Club Jacarepaguá) possuem materialidades mistas, por utilizarem estruturas metálicas em suas laterais e coberturas.

As casas e prédios são em alvenaria e o acabamento (pinturas, pastilhas ou revestimento em cerâmica) tende a apresentar uma certa “coerência estética”, uma vez que muitas das construções do bairro sejam contemporâneas entre si, além dos poucos lançamentos recentes[135]. As casas mais antigas[136] (em ruas como a Capitão Menezes e a Japurá, mais próximas ao Maciço da Tijuca) ocupam lotes únicos, enquanto na região mais próxima da praça, parte dos lotes foram desmantelados em vilas, situação costumeira na Praça Seca.

Figura 16 - Residência na Rua Japurá

Fonte: Google (2023)

[135] Devido ao fato de que a grande parte do território ocupável no asfalto já foi ocupado e novas construções não são muito consideradas por causa da percepção do bairro como um local violento.
[136] Além destas casas, também é possível apontar o prédio do antigo Cinema Baronesa, a Beneficência Portuguesa e um casarão na rua Florianópolis.

Embora a Praça Seca não tenha passado por um processo de verticalização como Copacabana, Ipanema e Tijuca, existe a presença de alguns prédios pontuais[137] localizados principalmente próximos às ruas Florianópolis, Albano, Baronesa e da própria Cândido Benício. Porém, nota-se que, além destes prédios, o bairro possui alguns conjuntos habitacionais e condomínios populares, como o Condomínio Residencial da Aeronáutica (complexo residencial de 19 prédios), Conjunto Residencial 28 de Agosto (13 prédios), Conjunto Habitacional Monteiro Lobato (17 prédios), Condomínio Brício de Abreu (8 prédios) e o IPASE (17 prédios), totalizando 64 prédios apenas nestes 5 conjuntos[138].

Figura 17 - Visão geral dos conjuntos habitacionais

Fonte: Google (2023)

O processo de agravamento da violência no bairro fica marcado na paisagem de suas casas e prédios, onde a busca pela segurança se apresenta nas tentativas de proteção ao patrimônio privado e público, como exposto no capítulo anterior. A

[137] Prédios majoritariamente de classe média baixa, onde a grande maioria não apresenta mais de dois blocos, nem áreas comuns de convivência/recreação (piscinas, academias, parques infantis)
[138] Todos estes conjuntos se encontram próximos à favela da Barão, salvo o IPASE que fica na Rua via principal, próximo à favela do Bateau Mouche.

presença de cercas elétricas, placas de empresas de segurança privada, câmeras de vigilância, portas e janelas com grades de proteção, guaritas com seguranças 24 horas, cacos de vidro em cima dos muros e gradis pontiagudos se tornaram parte do cotidiano do bairro. A própria instalação do gradil nos arredores da praça, local mais simbólico e central do bairro, é um exemplo de como a busca da segurança transformou o bairro.

Figura 18 - Detalhes da segurança privada

Fonte: Acervo próprio

As malhas urbanas mais recentes no bairro carregam em suas essências a potencialidade das modificações, pautadas pela ascensão social, pelo avanço do poder de renda e pela família daqueles que as habitam, além do fenômeno histórico de integração da favela à cidade "formal" (CAVALCANTI, 2008)[139].

[139] Para a análise destas malhas, privilegio a favela da Chacrinha acima das demais, uma vez que a violência nos territórios do bairro dificultam o progresso da pesquisa de campo e possuo mais acesso neste local em específico (devido ao meu histórico de moradia). Não existe necessariamente uma uniformidade nas malhas das favelas da Praça Seca pois abrangem uma certa pluralidade de

As materialidades presentes nas moradias da favela são variadas, transitando de barracos à alvenaria, a depender do poder de renda daqueles que as habitam. Os *upgrades* nas habitações são frequentemente presentes nos locais fronteiriços à cidade “formal”, embora possam ser encontrados dispostos ao longo de todo o território. Os barracos, por sua vez, tendem a estar nos locais mais profundos e inacessíveis do território, embora essa distribuição não seja uma regra. É recorrente que esses *upgrades* estejam atrelados ao aumento das famílias, uma vez que estes melhoramentos também abarcam uma certa verticalização dos imóveis, promovendo novos cômodos para seus novos moradores. É pertinente ressaltar que as casas das favelas no bairro não possuem um código de cores, situação recorrente em outros territórios da cidade (por causa da presença de facções criminosas específicas).

Os imóveis próximos às vias principais das próprias favelas tendem a possuir usos mistos, enquanto em suas vias e vielas comportem majoritariamente residências. Os comércios, localizados comumente nos primeiros andares dos donos das propriedades, tendem a ser geridos pelos mesmos, enquanto suas moradias ficam nos fundos ou nos andares de cima. Assim como as casas, os pequenos negócios também passam por *upgrades* (como reflexo da formalização dos espaços), mas é notável a ausência de práticas de expansão dos empreendimentos para outras unidades - além de demais lógicas capitalistas -. O que se vê são barbearias e cabeleireiros, mercadinhos, botequins, depósitos, papelarias, sorveterias e até mesmo *pet shops* e farmácias que gradativamente vão se formulando e se consolidando na paisagem das favelas.

---

diferentes especificidades, mas busco expressar algumas tendências/padrões presentes nestas localidades.

Figura 19- Comércio e moradia na Chacrinha

Fonte: Google (2023)

Grande parte das vias são pavimentadas ou de paralelepípedos, enquanto nos espaços mais informais e menos acessíveis (como nas partes mais altas dos morros, por exemplo) se mantém sendo ruas de terra. As calçadas tendem a ser irregulares, pequenas e carentes de manutenção (quando existentes), além de não apresentarem uniformidades. Em alguns casos, é possível observar calçadas mais refinadas nas entradas de algumas casas ou comércios, reflexo direto do poder aquisitivo de quem ocupa aquele espaço. É possível reparar um traço presente nas favelas do bairro: as diferenças entre o cuidado com os espaços privados e coletivos, uma vez que a ausência estatal na produção espacial se manifesta nos poucos cuidados com os espaços coletivos, diferente dos espaços privados que gradativamente vão se aprimorando pelos próprios moradores.

Existem também os espaços fronteiriços, que são os locais onde a cidade formal e a cidade informal se encontram e se entremeiam, onde as questões subjetivas podem ser vistas como mais definidoras do que as questões objetivas.

Não se trata de analisar as dimensões das vias ou as materialidades das construções presentes nestes locais, mas compreender que a confusão sobre a sensação de pertencimento, a presença de apetrechos de segurança privada em apenas parcela dos imóveis e as cobranças de “taxas de segurança” dos grupos armados da região gera uma dúvida sobre como esses espaços são interpretados e, consequentemente, ocupados.

Embora o Rio de Janeiro tenha sido a cidade brasileira que mais recebeu investimentos para programas de urbanização de favelas - cerca de R$3 bilhões, total de 70% dos recursos ao estado e quase 10% do recurso do país inteiro apenas pelo PAC (MEDIUM, 2019) -, nenhuma parcela deste fundo foi canalizado na Praça Seca. O bairro não recebeu atenção do Estado no que se refere a programas e projetos para as favelas do território. Programas como o Favela Bairro/Morar Carioca/PROAP (Programa de Urbanização de Assentamentos Populares)[140], Programa de Aceleramento e Crescimento de Favelas (PAC-Favelas)[141] e Programa Cada Família um Lote[142] não abarcaram o bairro em seus tempos de existência. Ações de remoção, reassentamento e urbanização não ocorreram no bairro, tampouco demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social[143] (ZEIS) e movimentações para regularização fundiária.

Essa ausência estatal reflete no caos organizado das favelas, que crescem de forma orgânica e informal, com seus imóveis irregulares no sentido construtivo e legal. É por meio dessa violência estrutural que vemos um contexto propício para a expansão da violência armada. Apresento, na parte seguinte desta dissertação, o

---

[140]Originado por meio de um convênio entre o município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1995, o Programa Favela-Bairro visava a urbanização e regulação fundiária em favelas, além do desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda (COMPANS, 2003). Como o foco do trabalho não visa aprofundar a discussão das políticas fundiárias no município do Rio de Janeiro, remeto leituras específicas sobre o tema, ver “Criação do Programa Favela-Bairro", disponível em: < https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1149 >. Acesso em: 02/01/2024.

[141]Criado em 2007 pelo Governo Federal, o PAC foi um conjunto de obras de urbanização nas favelas de todo o país. No município do Rio de Janeiro, 30 favelas/complexos receberam os investimentos que ficaram marcados por “obras faraônicas, em detrimento de infraestrutura básica”, como o teleférico no Complexo do Alemão, a elevação da linha férrea em Manguinhos e a passarela assinada por Oscar Niemeyer na Rocinha (MEDIUM, 2019).

[142] Programa de política habitacional no governo Brizola (1983-1986), com objetivo de distribuir um milhão de títulos de propriedade, onde 400 mil destes títulos teriam a finalidade de regularizar lotes em favelas (etapa inicial para o processo de urbanização e conversão em bairros populares). O programa foi um fracasso ao realizar a regularização dos lotes, entregando apenas 46.421 títulos em todo estado, sendo 13.604 deles em favelas (COMPANS, 2003).

[143] Instrumento para configuração de uso do solo e também gestão territorial (XIMENES, et al., 2023).

processo de consolidação da violência armada e dos ilegalismos presentes na Praça Seca, assim como os agentes, organizações e acontecimentos relevantes para o bairro.

4 A PRESENÇA DOS ILEGALISMOS NO BAIRRO DA PRAÇA SECA E ARREDORES

Este capítulo tem a apresentação da violência rotinizada na Praça Seca como objetivo principal. A primeira parte deste capítulo tem como foco a exposição da trajetória da violência no bairro, expondo a consolidação dos conflitos armados (e seus agentes envolvidos) no cotidiano do território, além da criação dos espaços cinzentos e a expansão das desigualdades estruturais no próprio bairro. A parte final deste capítulo busca apresentar diferentes relações com a violência rotinizada a partir de relatos de entrevistas com moradores de diversas localidades da região.

4.1 A VIOLÊNCIA QUE TRANSFORMA[144]

Para a grande mídia, o bairro da Praça Seca não possuía relevância até 2013, o que não é sinônimo de paz no território. O processo de construção da identidade midiática da Praça Seca é paralelo à intensificação dos conflitos armados na região, mas é possível que também explicite a relação entre valorização e espaço. Até 2013 era recorrente que ao citar uma localidade do bairro, a mesma se encontrava no guarda-chuva do conjunto de bairros de Jacarepaguá.

Por exemplo, em 2006, em reportagem onde Eduardo Paes elogia a "polícia mineira"[145] (O GLOBO), o vemos afirmando que o Morro São José Operário era em Jacarepaguá. Por desconhecimento do atual Prefeito da cidade ou não, é perceptível como a Praça Seca a partir de 2013 começa a ser tratada como

[144] Para a confecção desta parte do capítulo, foi feita uma análise em mais de 70 reportagens diferentes (entre 2006 e 2024), coletadas em sua grande maioria pela professora Monique Carvalho, do grupo de pesquisa CIDADES, assim como diálogos informais com moradores da localidade em questão. Além disso, utilizo a obra "República das Milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro" (MANSO, 2020) e o artigo "As múltiplas faces da milícia Liga da Justiça: Reorientação moral e deslocamento político na Zona Oeste do Rio de Janeiro" (DA MOTTA, 2024) para complementar a narrativa que construí. É claro que, por se tratar de uma construção narrativa de um tema sensível (e pela dificuldade de acessar e comprovar informações específicas), a história que conto é uma possibilidade de interpretação e entendimento do que vem acontecendo no bairro da Praça Seca no século XXI.

[145] Uma organização paramilitar que antecedeu a milícia, que utilizava o mesmo argumento de proteção do território da ameaça do tráfico de drogas.

protagonista em sua própria história, quando a primeira grande onda de conflitos se inicia no bairro[146]. Em reportagem do G1 (2013) são relatados pela primeira vez as dinâmicas de domínio de território na Praça Seca, explicitando os conflitos entre Deco, Doem, Luizinho e a polícia.

Luiz André Ferreira da Silva, conhecido como Deco, foi o primeiro miliciano de renome na Praça Seca. Com denúncias que datam desde 2004 (G1, 2014), Era líder de uma quadrilha que atuava não só na Praça Seca, mas também nos bairros do Campinho, Tanque e Quintino. As ações do “Pessoal do Deco” (nome do grupo) giravam em torno da prática de crimes de extorsão relacionados à serviços de “segurança e proteção”, do domínio no fornecimento de gás de cozinha, internet e TV a cabo, além da exploração de jogos de azar e transporte de kombis e vans, embora que em seus discursos alegavam combater a criminalidade, organizar festas e oferecer melhorias.

O Pessoal do Deco possuía uma estrutura com moldes empresariais, estipulando cargos, atribuições e gerências. Nas conjunturas dos bairros, definiam quem seriam os gerentes dos territórios, os presidentes das associações de moradores, os agentes de campo, de segurança, os matadores, os olheiros, dentre outras funções.

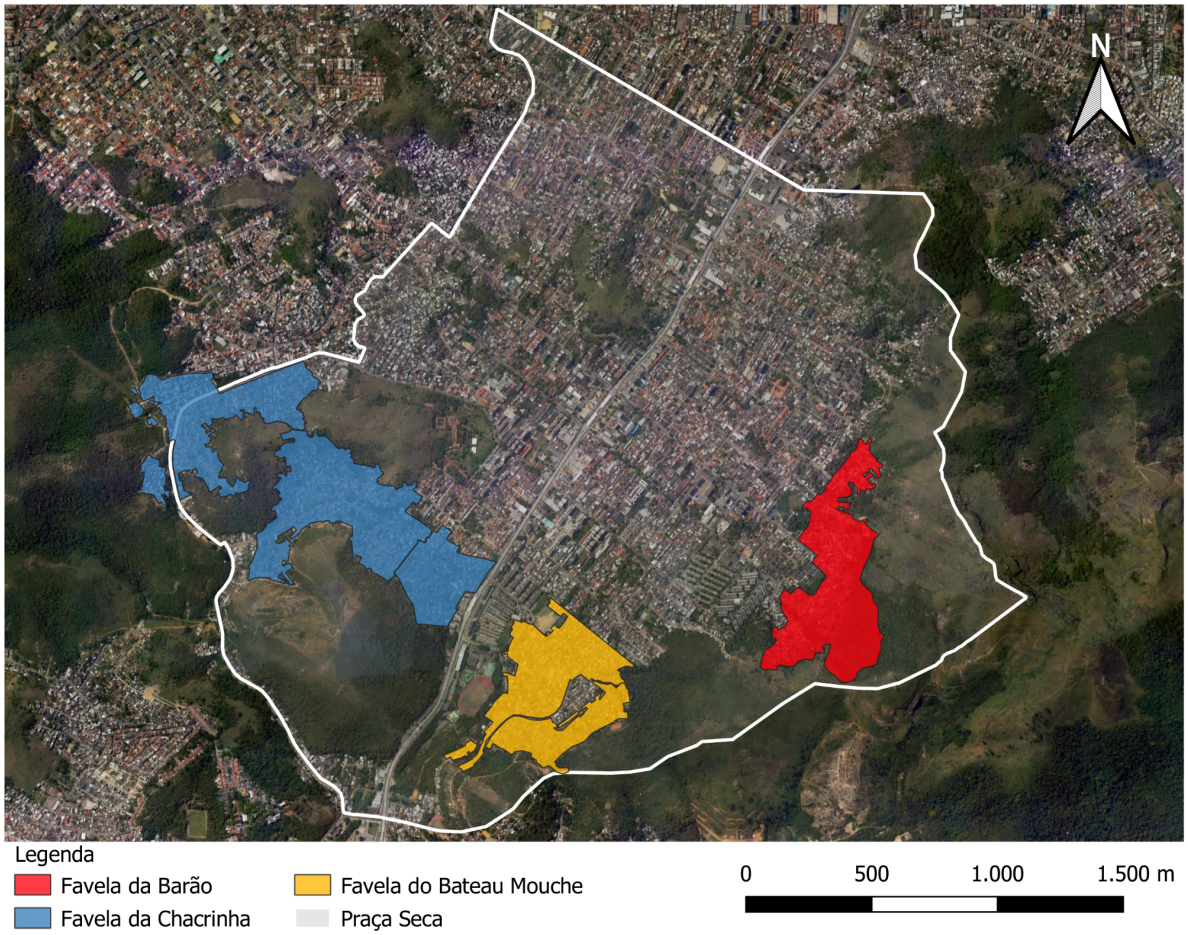
Deco teve uma relevância tão forte nos locais que dominou que em 2008 conseguiu ser eleito para o cargo de vereador no município do Rio de Janeiro. Chegou a ser preso em 2011, ainda durante a vigência de seu cargo e, em outubro de 2012, ao ser libertado, reassumiu seu cargo por apenas quatro horas, pois teve seu mandato suspenso a pedido do Ministério Público[147].

O domínio dos territórios da Praça Seca são tradicionalmente milicianos. Tanto na Chacrinha, como no Bateau Mouche e na Barão (que são as principais favelas do bairro), a milícia se organizava de forma que poucos conflitos entre grupos aconteciam. Existiam grupos praticantes de ilegalidades, assim como existia

[146] Embora o bairro não tenha passado por nenhum ano sem conflitos, é perceptível que, após a análise das reportagens, houve três principais momentos temporais onde os conflitos se acirraram e que são os pontos focais desta análise. São eles: 2013 e 2014 (primeira onda); 2017 e 2018 (segunda onda) e; 2022 e 2023 (terceira onda).
[147] Renunciou ao cargo em novembro do mesmo ano, se tornou um foragido e foi preso em 2014.

violência armada, mas a disputa entre os territórios não foi algo definidor dessa época, o que começa a mudar em 2013.

Figura 20 - Disposição das principais favelas da Praça Seca



Fonte: Confecção própria

O ex-sargento da Polícia Militar (PM) Luiz Monteiro da Silva, conhecido como Doem, era o miliciano que gerenciava o morro da Barão e em 2009 foi preso, o que não retirou seu posto oficial. Da prisão, dava ordens para Luizinho, que tornou-se o chefe imediato do território. Em abril de 2013 (O DIA), mesmo sem a autorização de Doem, Luizinho fez um acordo com a facção Amigos dos Amigos (ADA), algo como um "arrendamento", onde ambas as organizações criminosas ocuparam simultaneamente o morro, com a milícia dando segmento à exploração dos transportes de kombis, vendas de botijões de gás e fornecimento de TV a cabo e com o tráfico implementando pontos de vendas de drogas. Porém, após os traficantes se estabelecerem no território, os milicianos envolvidos no acordo fizeram

denúncias dos pontos à PM, que forçou os bandidos ligados à ADA recuarem e saírem do morro. Quando a informação das denúncias chegou aos traficantes, os envolvidos nas denúncias foram mortos um a um.

Esse acontecimento deu início à uma sequência consistente de conflitos entre milicianos e traficantes na Praça Seca durante 2013 e 2014, e contando também com a presença da polícia, com suas tentativas de contenção da situação.

Após a debandada dos traficantes, Deco e Doem cortaram seus vínculos e dividiram os territórios do bairro, assim como o faturamento da venda de segurança, dos botijões de gás, da TV a cabo e do transporte irregular[148]. Nessa época, a milícia na Praça Seca era tão consolidada que o Policial Militar Ronald César Força cedeu sua casa na chacrinha para servir de base informal do Pessoal do Deco, servindo como espaço para reuniões, armazenamento de armas, etc (O DIA, 2013). Essa casa passou por uma pintura, ficando com as cores azul e branca (em tons próximos das cores das unidades da Polícia Militar), com a sigla UPP estampada na parede principal que dá para a rua. Para além do valor material que a casa possuía por promover diversas funcionalidades para o grupo, também possuía um valor simbólico, de forma a mostrar o quanto a milícia e a polícia se aproximam em modelos de policiamento e de pacificação territorial e, como grande parcela dos milicianos dessa época eram vinculados às polícias (como o próprio dono da residência), percebe-se como o discurso carregava uma prerrogativa comum a ser alcançada: utilizar a violência armada como recurso para acabar com a violência armada nos locais.

O início de 2014 foi marcado pela intensificação dos conflitos na região, devido às mudanças de configuração nas regiões adjacentes ao bairro. A inauguração da UPP Lins de Vasconcelos gerou uma movimentação de traficantes para as principais favelas da Praça Seca, acarretando principalmente no aumento de tiroteios na região por causa das subsequentes disputas de controle dos morros. Nessa conjuntura, uma companhia destacada do 18°Batalhão de Polícia Militar (BPM) foi criada, com 60 policiais militares enviados ao bairro para atuar no combate das novas ameaças do território (G1, 2014).

---

[148] Doem seguiu no comando da Barão, enquanto Deco seguiu no comando da Chacrinha e do Bateau Mouche

O aumento da frequência dos tiroteios - diretamente atrelado à presença da companhia destacada - impactou o cotidiano dos moradores do bairro devido principalmente à imprevisibilidade dos acontecimentos. Em reportagem do Extra (2014), relatos de moradores expressam que os tiroteios ocorriam em diferentes horários dos dias, provocando vítimas de bala perdida, interdições em vias principais, além da constante sensação de vulnerabilidade, uma vez que os conflitos não ocorreram exclusivamente nas favelas, mas também no asfalto.

Os traficantes da ADA pararam com as tentativas de disputar pelo domínio do bairro e eventualmente os conflitos reduziram na Praça Seca. Os anos de 2015 e 2016 não foram anos isentos de conflitos armados. Não foram marcados por disputas de domínio, mas por acontecimentos pontuais. O que acontece nesse período é a mudança dos atores principais da história do bairro. Deco foi condenado a 10 anos de prisão[149], Luizinho foi morto após a tentativa de arrendamento da Barão e Doem supostamente se afastou da vida criminosa após sua saída da prisão[150], dando espaço para Lica[151], Dande[152] e Da Rússia[153].

No começo dessa segunda onda de conflitos, Lica e Dande ainda eram parceiros milicianos. Além da insatisfação da forma como os lucros da quadrilha eram divididos, um suposto assassinato de um miliciano por Lica (MEIA HORA, 2018) e seu interesse em assumir o domínio da chacrinha e expandir o domínio para o Bateau-Mouche não agradava parte do grupo, uma vez que era um local recorrente de conflitos com os traficantes do Comando Vermelho que ocupavam o morro da Barão. Obstinado em dominar o território, se aliou com Da Rússia e levou parte do Pessoal do Deco junto. Nesta conjuntura, formaliza-se uma rivalidade com Dande, dando início a uma sequência duradoura de conflitos armados.

---

[149] Após deixar a prisão, em 2020, passou a fazer campanha para que Daniel Carvalho, seu filho, fosse eleito e seguisse a trajetória política da família (ESTADÃO, 2020).

[150] Foi denunciado pelo ministério público em 2014 por lavagem de dinheiro e era investigado por participar de um esquema irregular de desmembramento de solo. Foi baleado em 2023 numa rua da Praça Seca, mas nenhuma resposta conclusiva foi encontrada (O DIA, 2023).

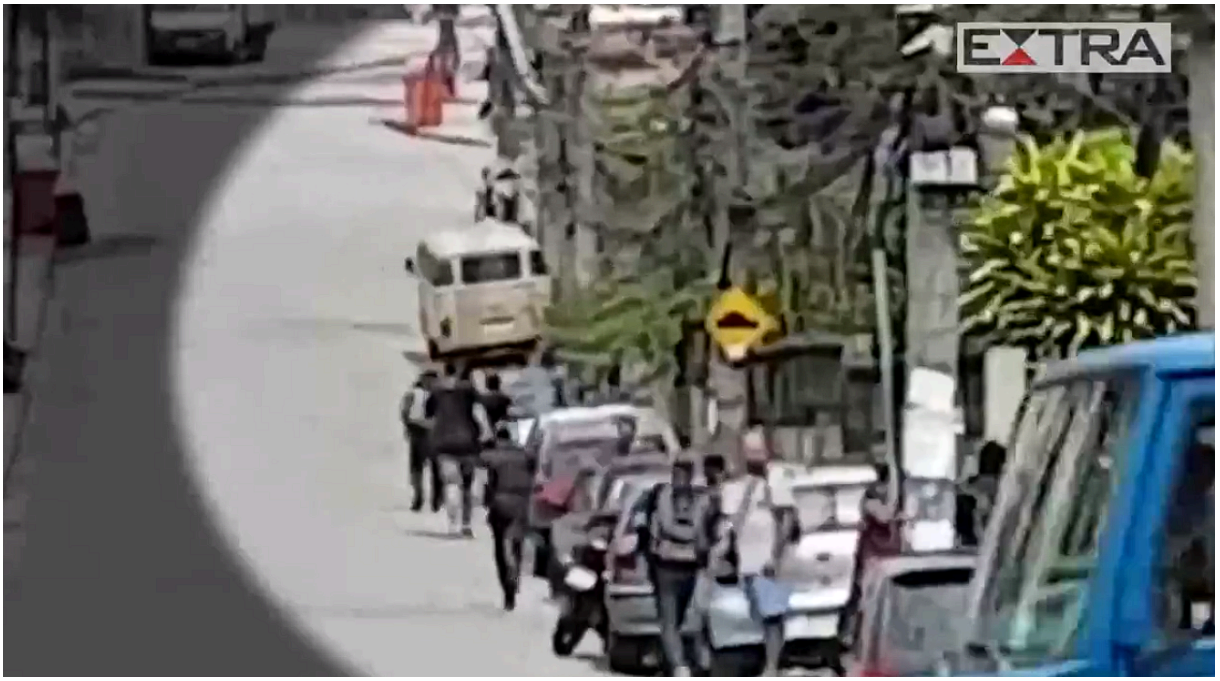
[151] Era vice-líder desde os primórdios do Pessoal do Deco. Após o afastamento do chefe, tomou a liderança do território dominado que, nessa época, era a favela da Chacrinha. Chegou a ser preso em 2012 junto de seu antigo líder, mas foi liberado quatro meses depois (G1, 2018).

[152] Também fazia parte do Pessoal do Deco, ocupando um lugar alto na hierarquia de poder da organização.

[153] Traficante do Comando Vermelho que chefiava a favela da Barão. Foragido desde 2016, suspeito de ser um dos responsáveis por um estupro coletivo que ocorreu com uma menor de idade em Santa Cruz.

O impacto desses conflitos armados fica expresso no aumento de denúncias feitas em 2017[154], mas também nas icônicas imagens que reverberam na identidade midiática do bairro: os ex-milicianos que se uniram ao tráfico se movimentando em plena luz do dia para seu novo local de ofício (EXTRA, 2018), com pistolas e fuzis expostos - expressando a autoridade e a imponência em seus atos - e em cenas gravadas pelo helicóptero da TV Globo de bandidos fortemente armados cruzando a Rua Cândido Benício em busca de carros para fuga do local (MEIA HORA, 2018).

Figura 21 - Bandidos subindo o morro do Bateau



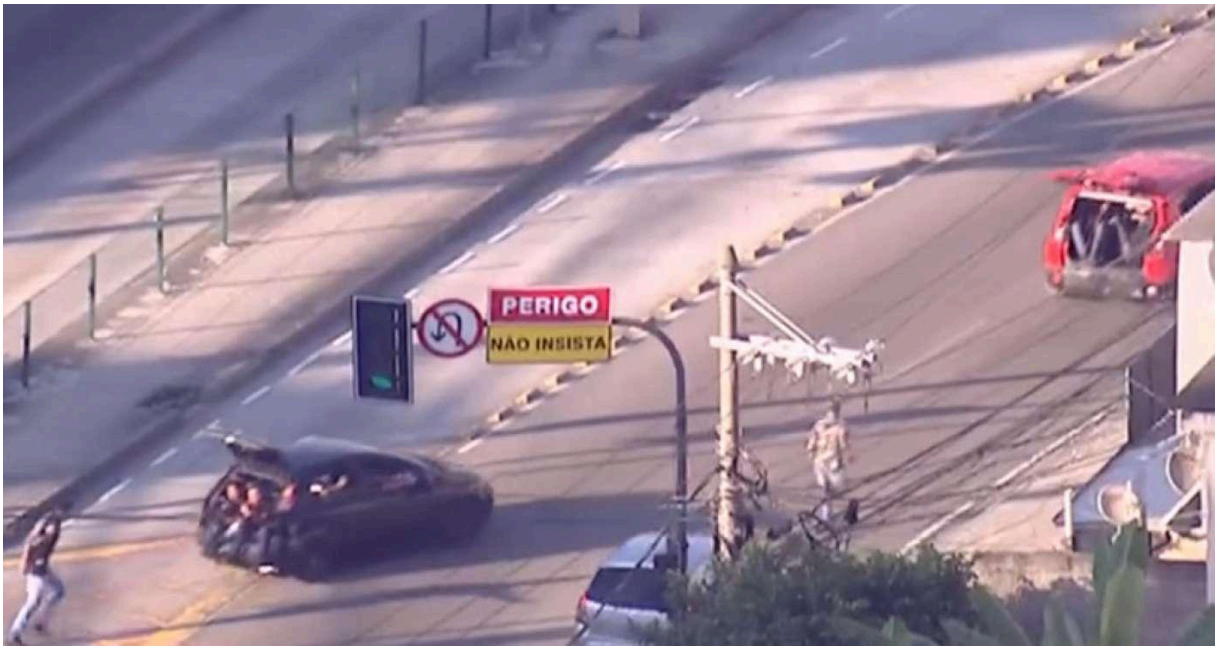
Fonte: Extra (2018)

Estes conflitos entre grupos armados tendem a ser onerosos para os envolvidos e, consequentemente, para aqueles que são explorados no território dominado. Em reportagem do Meia Hora (2018), apresentam que para o patrocínio dos tiroteios, houve um aumento nos preços dos botijões de gás, água, TV a cabo, internet, assim como nas taxas aos comerciantes[155]. E foi nessa conjuntura que surgiram relatos de moradores discorrendo sobre colocar o colchão no chão e empurrar o armário para evitar balas perdidas entrando na casa pela janela, por

[154] Em 2016, foram sete denúncias registradas. Em 2017, o número de denúncias sobe para 66, quase 10 vezes mais do que no ano anterior (G1, 2017).
[155] Chegando aos R$ 7 mil por mês.

exemplo. Ou ainda, sobre impeditivos em suas rotinas como parar de frequentar a igreja nos fins de semana por medo de tiroteios eventuais.

Figura 22 - A grande escapada



Fonte: Meia Hora (2018)

Estes conflitos entre grupos armados tendem a ser onerosos para os envolvidos e, consequentemente, para aqueles que são explorados no território dominado. Em reportagem do Meia Hora (2018), apresentam que para o patrocínio dos tiroteios, houve um aumento nos preços dos botijões de gás, água, TV a cabo, internet, assim como nas taxas aos comerciantes[156]. E foi nessa conjuntura que surgiram relatos de moradores afirmando sobre colocar o colchão no chão e empurrar o armário para evitar balas perdidas entrando na casa pela janela, por exemplo. Ou ainda, sobre impeditivos em suas rotinas como parar de frequentar a igreja nos fins de semana por medo de tiroteios eventuais.

Dande foi preso no final de 2017, o que não foi um sinônimo de conclusão para a situação. Nos meses seguintes, os demais milicianos e traficantes seguiram em conflito e, em fevereiro de 2018, o cenário recebeu um novo integrante que intensificou as dinâmicas: as patrulhas do Exército, provenientes da intervenção federal no Rio de Janeiro.

[156] Chegando aos R$ 7 mil por mês.

De acordo com reportagem da Veja (2018), a intervenção federal utilizou a Praça Seca como uma espécie de laboratório para testes. Com o propósito oficial de melhorar a gestão, os equipamentos e a estrutura da polícia por meio de avaliações de estratégias de patrulhamento, ações sociais e operações durante certo período[157]. O patrulhamento diário começou em fevereiro, uma ação social de prestação de serviços aos moradores foi feita logo após, mas foi em meados de maio que a primeira operação ocorreu, resultando em oito mortos, entre eles, Da Rússia. A operação também acarretou em 22 suspeitos presos, cinco fuzis, duas granadas, drogas e apetrechos utilizados pelos bandidos e em onze barricadas removidas (G1, 2018). No dia seguinte, Lica foi preso em Sulacap, bairro vizinho.

Figura 23 - Cadáveres carregados por motoboys 24 horas após operação[158]

Fonte: Veja (2018)

[157] A Praça Seca não foi o primeiro bairro a servir de laboratório de intervenção. Vila Kennedy teve seus traficantes expulsos pelos militares, mas após encerrarem suas atividades, voltaram a ocupar o território. Utilizaram o aumento da "percepção de segurança" dos moradores para, após 24 dias, justificarem sua saída (VEJA, 2018).

[158] Estes corpos foram levados para um ponto da Praça comumente conhecido como "funerária", em frente ao antigo Cine Ipiranga.

Ainda de acordo com a reportagem da Veja, a segunda operação que o Exército fez - em conjunto da Polícia Militar - envolveu mais de 1300 homens e teve dois presos, duas pistolas e quantidades de drogas e munição apreendidas não informadas. O discurso utilizado pelo coronel Carlos Cinelli[159] girou em torno da busca em estabilizar a área e, sequencialmente, do suporte militar ao batalhão local. Porém, logo após a segunda operação, num contexto supostamente estabilizado, ocorreram nove tiroteios em quinze dias.

A situação não foi estabilizada, os conflitos seguiram ocorrendo e o que é dito na reportagem diz respeito à discrição que os traficantes passaram a incorporar: não andando mais com fuzis, mas com pistolas; não entregando drogas sem embalagem ao comprador, mas dentro de pequenas caixas. Os dados levantados pelo Fogo Cruzado mostram que até o fim de maio de 2018, 133 tiroteios ocorreram no bairro, mas até o fim do ano foram um total de 270 tiroteios, o maior número já registrado pelo Instituto. A disputa de domínios encontra uma conclusão após seus principais promotores já não estarem mais em suas frentes: no contexto de terra arrasada, a milícia de Ecko passa a dominar as grandes favelas do bairro.

Figura 24 - Quantidade de Tiroteios no bairro da Praça Seca entre 2017 e 2023

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Número de tiroteios	93	270	159	42	176	72	151

Fonte: Fogo Cruzado (2024)[160]

Paralelamente ao caos desorganizado que ocorria na Praça Seca, a consolidação do Bonde do Ecko[161] e seu processo de expansão pela Zona Oeste vinha ocorrendo desde a morte de Carlinhos Três Pontes, seu irmão, em 2017[162]. Os

[159] Porta-voz do braço operacional do Comando Militar do Leste.
[160] O gráfico em questão foi elaborado por mim, após analisar a base de dados de tiroteios em todo o município do Rio de Janeiro disponibilizado pelo Fogo Cruzado.
[161] Grupo anteriormente conhecido como Liga da Justiça (DA MOTTA, 2024).
[162] Como o foco do trabalho não visa aprofundar a exposição da trajetória histórica da Liga da Justiça e, consequentemente, do Bonde do Ecko, remeto leituras específicas sobre o tema, ver “As múltiplas faces da milícia Liga da Justiça: Reorientação moral e deslocamento político na Zona Oeste do Rio de Janeiro (DA MOTTA, 2024).

Irmãos Braga (Carlinhos[163], Ecko[164] e Zinho[165]) foram os principais responsáveis por mudanças de extrema relevância dentro do padrão e da lógica miliciana: a mudança de perfil dos membros das milícias (assim como sua arguição moral), o estreitamento de relações com as facções do tráfico e a integração de diferentes grupos milicianos.

A milícia possuía um perfil organizacional e moral estabelecido: Surgem e se definem “a partir da oposição ao universo das quadrilhas do tráfico de drogas e por meio de projeto moral claramente instituído” (DA MOTTA, 2024). Isso se expressa no principal pilar definidor do que era o grupo miliciano: a questão securitária (DA MOTTA, 2024). A prerrogativa vai gradativamente mudando, acompanhada das mudanças nas práticas, onde a segurança se torna apenas uma das diversas fontes de renda, demonstrando a complexidade do modelo de gestão espacial implementado por tais grupos[166]. Além das taxas de segurança e das também já citadas vendas de gás, TV a cabo, internet e do controle do transporte alternativo (vans, kombis, carros e motos particulares), o domínio miliciano se estende até o mercado imobiliário, na produção e comercialização de imóveis irregulares e sem fiscalização (SANTOS JR. *et al*, 2021) e na extração ilegal de areia (DA MOTTA, 2024), dentre outras atividades.

O aspecto moral se mostra cinzento ao passo que a relação com as facções criminosas do tráfico para de ser um pilar de oposição e se torna uma potencial relação comercial. A estrutura de ofício na milícia se altera: membros da milícia param de ser majoritariamente policiais, abrindo espaço para ex-traficantes que, como os irmãos Braga, conseguem alcançar a liderança de grandes grupos. Essa mudança de perfil tem influência direta na mudança moral e, consequentemente, nas posturas. Como afirma Da Motta (2024, p.11): “Com Carlinhos Três Pontes, o controle moral dos territórios deixa de ser uma prioridade. A milícia não queria mais

---

[163] Primeiro membro da família Braga a comandar a Liga da Justiça. Conhecido por ter unificado milícias e tráfico. Era um ex-traficante que virou miliciano.

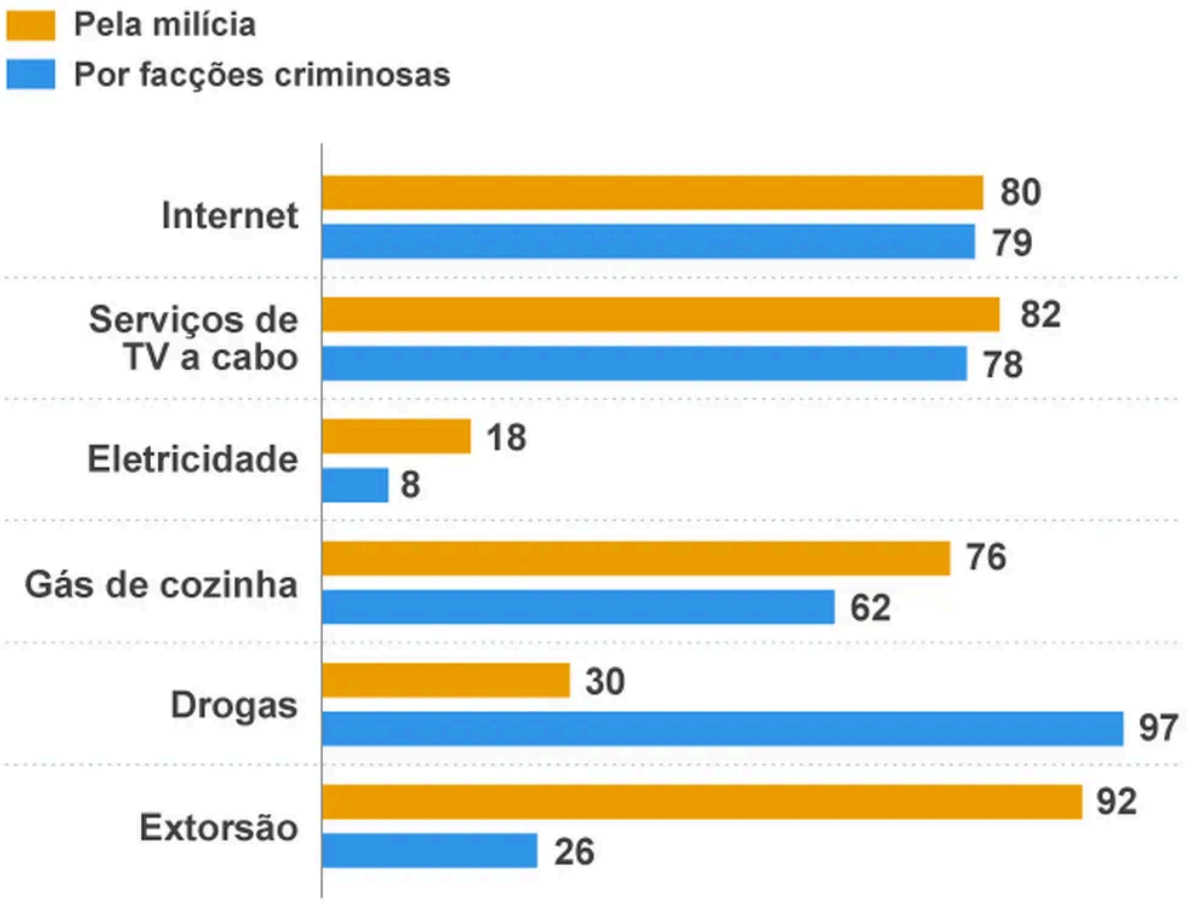
[164] Assumiu a liderança da Liga da Justiça à força após a morte do irmão, Carlinhos Três Pontes, em abril de 2017, transformando-a em bonde do Ecko. Era usuário de cocaína, lucrava com o tráfico de drogas, tinha perfil violento, local de tortura e coaptava ex-traficantes para a quadrilha. Foi morto durante ação da Polícia Civil em 2021.

[165] Entrou no comando da milícia após a morte de seus dois irmãos, mas em dezembro de 2023, se entregou à polícia pouco após a morte de seu sobrinho, o Faustão.

[166] Importante ressaltar que embora a relação com a segurança tenha mudado, a característica principal da milícia (o entrelaçamento entre as organizações paramilitares e o Estado) seguem presentes até os dias atuais.

livrar a área do tráfico, mas fazer acordo e lucrar junto com o tráfico.” De certa forma, pelo estreitamento de relações e corpos institucionais, é possível compreender que a venda de drogas para os milicianos - assim como sua relação com as facções do tráfico - em algum momento foi tratado como apenas mais um serviço, mais uma fonte de captação e exploração do território. Em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (O GLOBO, 2022), por exemplo, é apresentado que aproximadamente um terço das favelas dominadas pela milícia possui venda de drogas. Existe uma considerável diferença das favelas dominadas pelo tráfico (97%), mas segue sendo um percentual relevante.

Figura 25 - Porcentagem de favelas dominadas economicamente (em %)



Fonte: O Globo (2022)

Reconhecendo o valor geopolítico que a Praça Seca possui pelos agentes que a ocuparam e por sua localização estratégica, não demorou muito para que o

“grande acordo” miliciano alcançasse a região[167]. Quando Ecko já chefiava a antiga Liga da Justiça (e já consolidando seu *rebranding* para Bonde do Ecko), ainda em 2018, teve participação decisiva para o domínio miliciano. Segundo Gabriel Ferrando, titular da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), esse apoio recíproco entre grupos se materializava nas ausências de disputas por territórios, e que existiam acordos sobre exploração dos espaços. Diferente do tráfico que possuía - e ainda possui - conflitos entre facções, a milícia se tornou “quase uma força única” (G1, 2019).

Mesmo com a morte de Ecko em 2021, a ascensão de Zinho ao comando da organização - e sua aliança com o CV - e os conflitos com Tandera[168], os anos seguintes ao “grande acordo” não foram de paz na Praça Seca - expresso na quantidade de tiroteios que ocorreram neste período na região -, tampouco refletiram a divisão e a guerra interna dentro do grupo miliciano, mas foram marcados pela ausência de disputas por domínio do território. Apenas em meados de 2022 que os conflitos desse tipo voltaram a acontecer, onde as facções do tráfico voltam a intervir na dinâmica vigente do bairro.

A relação entre Zinho e Tandera fragilizou a configuração direta de domínio miliciano no bairro que, entre junho de 2022 e setembro de 2023, viveu intensos momentos de disputa. Em junho de 2022 o CV volta a disputar o território e novamente se estabelecem em pontos do Bateau Mouche (O DIA, 2022). A chegada da facção impacta o cotidiano dos moradores, com a implementação de toque de recolher e de barricadas, além do fechamento de diversos estabelecimentos comerciais. Na semana anterior, os bandidos também invadiram o bairro de Gardênia Azul.

Esses foram alguns dos primeiros movimentos da nova onda de disputas iniciadas pelo CV na Zona Oeste que, em janeiro de 2023, já havia dominado ao

[167] É válido ressaltar que esse grande acordo também alcança municípios da baixada fluminense, como Nova Iguaçu, Seropédica, etc.

[168] Tandera foi, durante anos, um dos principais nomes da "franquia" da milícia da Zona Oeste em Seropédica e em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Se tornou rival dos irmãos Braga desde 2020, ainda durante a chefia de Ecko, com perfil macabro tal qual seu antagonista. Romperam a parceria devido à falta de apoio de Ecko em guerras na Zona Oeste e discordâncias em relação a alianças com traficantes. Desapareceu na metade de 2023, tendo suas áreas de comando divididas entre Varão (Responsável pelas “unidades” em Nova Iguaçu) e Tubarão (responsável pelas”unidades” de Seropédica).

menos 12 comunidades no complexo de bairros de Jacarepaguá (G1, 2023) e propagado suas regras de convívio, a pedido - um “presente de aniversário” - de Doca, um dos chefes mais antigos do CV, responsável pelo Complexo da Penha (G1, 2023). Os números de violência na região aumentaram nas categorias de casos de letalidade violenta, pessoas desaparecidas, quantidade de crimes, etc. Para tentar conter os avanços, o 18° BPM e o 31° BPM receberam o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), o Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão (RECOM) e o Grupamento Aeromóvel (GAM) para reforçar o policiamento.

Figura 26 - Movimentação em tiroteio na Praça Seca

Fonte: Globocop (2023)

O CV teve domínio em todas as grandes favelas da Praça Seca por alguns meses, mesmo com a Milícia se aliando ao TCP na tentativa de reverter a situação (G1, 2023). Inclusive, a fragilidade dos milicianos no primeiro semestre de 2023 foi marcada pelo assassinato de dois chefes da região: Pokémon (em janeiro), antigo chefe da milícia de Rio das Pedras e; Horácio Souza Carvalho (em maio), antigo chefe da milícia da Praça Seca (EXTRA, 2023).

Zinho assumiu a liderança de um grupo que foi gradualmente dividido por consequência da morte de Ecko e das escolhas da nova gestão. Em reportagem do

UOL (2023), Herculano Filho relata que Tandera, responsável pela expansão do grupo na Baixada Fluminense (e supostamente, aquele que seria sucessor de Ecko), se desvinculou ainda em 2021, levando consigo, sua equipe. Rodrigo Santos, o Latrell[169], foi preso em São Paulo, em 2022. Em março do mesmo ano, foi transferido para uma penitenciária no Rio de Janeiro, onde pediu para ser levado para uma ala sem nenhum detento ligado ao Bonde do Zinho[170]. Alan Ribeiro Soares, o Nanan, era um dos aliados que após se desvincular do grupo em 2023, se tornou o principal rival da organização e, no início de novembro de 2023, foi morto pelo grupo adversário (O DIA, 2023).

A decisão de se aliar com o Comando Vermelho[171] para permitir a venda de drogas em seus territórios de atuação (e o fornecimento de armamento pesado para confronto com rivais) foi uma escolha muito mal vista dentro de considerável parte da organização, culminando num rastro de mortes ao longo de 2023 em diversas localidades da Zona Oeste[172], além das já citadas divisões do grupo. André Neves, delegado da DRACO, afirmou que o CV sempre teve distanciamento com os grupos paramilitares, mas que o cenário mudou e o que se vê atualmente é o avanço do tráfico em regiões que antes eram dominadas por milicianos, e um pacto entre as duas organizações (UOL, 2023).

Os últimos meses de 2023 foram marcados simbolicamente por um dia que Zinho ordenou aos seus comparsas que incendiassem ônibus por diversas localidades da Zona Oeste do Rio de Janeiro[173], em resposta à morte de seu sobrinho Matheus Rezende, o Faustão, em outubro (G1, 2023). Com o total de 35 automóveis incendiados, diversas vias fechadas, mais de 200 militares de 15 diferentes quartéis do Corpo de Bombeiros acionados para conter os incêndios, ao menos 45 escolas municipais afetadas, o município do Rio entrou em estado de atenção (G1, 2023). Em entrevista coletiva, Cláudio Castro classifica as atitudes deste dia como atos terroristas e reafirmou seu compromisso com a segurança

[169] Homem de confiança de Zinho.
[170] Nome que demarca a nova gestão do grupo.
[171] Investigações apontam que Wilton Rabello Quintanilha, o Abelha, foi quem selou o acordo por parte do CV.
[172] Santa Cruz, Rio das Pedras, Campo Grande, Praça Seca e tantos outros locais.
[173] Bairros como Santa Cruz, Paciência, Campo Grande, Cosmos, Sepetiba, Guaratiba, Recreio, Barra da Tijuca, Tanque, Inhoaíba, Campinho, dentre outros.

pública da cidade: “Esses três criminosos: Zinho, Tandera e Abelha: não descansaremos enquanto não prendermos eles” (G1, 2023).

Figura 27 - Ônibus queimados em resposta a morte de Sobrinho de Zinho

Fonte: TV Globo (2023)

Após todos esses meses de conflitos intensos, divisões e baixas, na véspera do natal, Zinho resolve se entregar para a polícia. Certamente, o fim do arco da família Braga no comando da maior milícia do Rio de Janeiro muda o cenário e provoca uma nova conjuntura que, por ser tão recente, ainda não é possível de ser aprofundadamente analisada. Fato é que as milícias e o tráfico seguem sendo grupos distintos mas, como cada vez mais ocupam simultaneamente os territórios, definir quem domina quais territórios se torna uma tarefa muito árdua e abstrata. Talvez a relação entre grupos se torne mais horizontal, ou talvez uma nova tipologia de grupo armado se forme com o tempo, mas ainda é cedo para afirmar qualquer coisa sobre o assunto.

O que pode ser analisado é o impacto no cotidiano que os diferentes grupos exercem nos territórios que ocupam. A última atualização do Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro[174] - objeto mais concreto disponível para análise

[174] Produto científico mais atualizado atualmente sobre as disposições das organizações criminosas no território carioca, publicado em abril deste ano, através da parceria entre o Instituto Fogo Cruzado e o GENI-UFF,

- revela uma modificação estatisticamente relevante: “todos os grupos armados apresentaram redução, a exceção do CV que apresentou aumento de 8,4%” (FOGO CRUZADO, 2024) no ano de 2023. A milícia, o Terceiro Comando Puro e o Amigos dos Amigos reduziram suas áreas de domínio respectivamente em 19,3%, 13% e 16,7%. Agora, o Comando Vermelho domina 51.9% dos territórios controlados por organizações criminosas na cidade (FOGO CRUZADO, 2024). A Zona Oeste segue tendo a milícia como maioria nos territórios, mas a expansão do tráfico reflete no aumento de disputas de regiões entre esses grupos armados, influenciando na rotina de violência de mais habitantes da cidade.

Considerando esse imbricado cenário de diferentes agentes, organizações e conflitos violentos, a parte seguinte deste capítulo se debruça na percepção e análise de entrevistas feitas com aqueles que tiveram suas trajetórias atravessadas pelo bairro da Praça Seca, numa busca de compreender como o cotidiano dos mesmos é atingido.

4.2 A VIOLÊNCIA ROTINIZADA COMO PRODUTORA DE COTIDIANOS

Esta parte do capítulo propõe apresentar e analisar diferentes trajetórias de moradores do bairro da Praça Seca, no que tange o impacto da violência nos seus cotidianos, nas suas relações com o território e nos seus anseios. Para tal, foram realizadas entrevistas com dois moradores do bairro (e também com um ex-morador) que, pela sensibilidade que o tema carrega, não são identificados[175]. O primeiro relato é o de Conceição[176], uma mulher parda de 55 anos, empregada doméstica, mãe de cinco filhos e avó de dez, estudante noturna do ensino fundamental e moradora do Bateau Mouche.

Moradora há 29 anos na Praça Seca, Gabriela relatou que se mudou para o bairro quando a primeira filha nasceu, para uma casa que fica a aproximadamente dez minutos de caminhada da estação Ipase de BRT. Sua residência não possui revestimento externo e não é regularizada, assim como diversas outras na mesma

[175] Como já foi exposto na introdução, as entrevistas foram semiestruturadas com o intuito de tornar a conversa mais fluida e mais específica para cada entrevistado.
[176] Nome fictício elaborado para a entrevistada.

rua. A via é pavimentada com paralelepípedos, possui iluminação nos postes e calçada concretada. Por não possuir uma residência regularizada, os respectivos serviços públicos e impostos de propriedade não são pagos.

As estruturas de eletricidade e de hidrossanitária das casas dessa rua não são impactadas igualmente. A falta de água e de eletricidade acontece em residências pontuais, uma vez que não estão todas conectadas aos sistemas públicos. Por tal motivo, os moradores frequentemente precisam se organizar para distribuir baldes e galões d'água entre si, assim como se prontificar para compartilhar suas tomadas e dispositivos eletrônicos, a fim de mitigar os impactos dos problemas. Outro ponto que Conceição relatou é que existem problemas recorrentes com esgoto, dentro e fora de períodos de chuva, e que as forças estatais tendem a aparecer para a resolução destes contratempos.

O cotidiano de Conceição gira em torno de quatro localidades principais: seu local de moradia, seu local de trabalho, seu local de estudo e seu local de fé. Diariamente sai em torno de sete horas da manhã para percorrer 20 quilômetros até seu local de trabalho, na Tijuca, levando em torno de uma hora e meia para chegar. Por lá fica até o fim da tarde, quando retorna para a escola que frequenta na Praça Seca. Ao fim das aulas, parte para casa, onde encerra o ciclo que poucas horas depois volta ao seu início.

Conceição interpreta o bairro que mora como um lugar perigoso e, por tal motivo, evita sair de casa quando não é necessário. Os lugares que se sente mais segura são sua própria residência (que divide com seu ex marido, seu filho mais novo e um neto) e a igreja que frequenta aos finais de semana. Suas opções de lazer comumente giram em torno de visitas que faz nas casas de seus familiares em Rio das Pedras, Costa Barros, Nova Iguaçu e na própria Praça Seca, na casa de uma das filhas que mora no morro da Chacrinha. Ao ser perguntada se existiam locais que tentava evitar no bairro, prontamente apontou o morro da Barão e seus entornos como um lugar que prefere não se aproximar por entender que é um local muito perigoso, preferindo não elaborar sobre.

Os impactos da violência mais recorrentes se manifestam na transição entre os espaços que a entrevistada comumente ocupa. Para ela, os constantes tiroteios dificultam que sua rotina possa ser exercida da forma que deveria, atrapalhando em

suas idas e vindas. Existem situações que necessita esperar o fim de um tiroteio para que possa sair de dentro de sua residência para o trabalho, ou também para a igreja ou a casa de um familiar. Em dias de conflitos mais acirrados e duradouros, fica no local de trabalho por mais tempo para esperar que a situação se estabilize. Em certas situações, falta suas aulas após o expediente na tentativa de garantir sua segurança, quando as mesmas não são prontamente canceladas. A violência retira seu acesso à educação e à cidade.

Nesses 29 anos de residência no Bateau Mouche, Conceição vivenciou os diversos comandos diferentes que passaram pelo território[177]. O impacto das diferentes organizações criminosas que ocupam o morro possui uma dimensão estética atrelada tanto aos agentes e atores envolvidos, quanto no próprio espaço comum. As vestimentas, as posturas e até mesmo o cuidado com o local são diferentes: enquanto “os meninos” (tráfico) andam “*de qualquer jeito, (...), descalços, sujos, fedidos*” (Conceição) e não se movimentam para higienizar o local, os milicianos “*sempre andam limpinhos*” (Conceição) e possuem a tarefa de limpar os espaços comuns. Ao ser questionada sobre qual dos dois tipos de domínio no território é menos nocivo, a entrevistada afirmou que para ela, era a milícia, como relatado abaixo:

> *É menos pior porque a milícia não aceita tráfico, e os meninos aceita, entendeu? Tem muitos meninos de idade de 12, 15, 16 anos, tudo armado, tudo entrou pro tráfico novinho, entendeu? Eu olho assim e dá até pena, cada rapaz bonito. Muitas mães ali vai chorar ainda.*

O maior medo de Conceição é a possibilidade de envolvimento com o tráfico por parte de seu filho. O tráfico é visto como uma consistente degradação ao cotidiano dos moradores, como estatisticamente apresentado no final da parte anterior deste capítulo.

O impacto da presença dos bandidos no bairro tem influência não só através da produção de violência armada, mas nos acessos à serviços. Por exemplo, o serviço de água dos moradores do Bateau Mouche precisa ser pago à depender do grupo armado que domina o território. Conceição relatou que quando o morro está sob domínio do tráfico, a água é gratuita, mas que quando a milícia está no

[177] No momento da entrevista, o morro do Bateau Mouche vem sendo dominado pelo Comando Vermelho pelos últimos meses.

comando, é necessário pagar uma taxa. Além disso, serviços de gás, internet e televisão digital precisam ser adquiridos em locais específicos[178]. É interessante frisar que na entrevista, Conceição afirmou que os locais prestadores destes serviços se mantêm os mesmos mesmo com as mudanças de comando no morro. De certa forma, pelo fato de que as estruturas de extorsão se mantêm, surge uma dúvida sobre o papel desses prestadores: eles essencialmente são beneficiados ou atravessados pelos grupos armados[179]? Eles também fazem parte da parcela agenciadora ou estão limitados a estarem na parcela agenciada? O quanto possuem seus interesses próprios?

Marcos[180] é um indivíduo de fé, e foi por meio dela que sua história se manteve atrelada à Praça Seca até os dias atuais. Nascido em 1960, se mudou na adolescência da Freguesia para o bairro com sua família, em 1974, quando começou a participar da Primeira Igreja Batista Barão da Taquara. Na época, se mudaram para a rua Barão, próximo ao Colégio Padre Butinhá, nos arredores da praça. Por lá ficou até o momento que precisou se mudar por causa de seu serviço à Força Aérea Brasileira. Seja em diferentes estados, cidades ou bairros, Marcos seguia mantendo sua incidência dentro da instituição religiosa, ao qual eventualmente se tornou diácono.

Em 2009, ao se tornar reservista da aeronáutica, voltou para a Praça Seca com sua esposa e seus dois filhos jovens para a Rua Guilherme Veloso, via acessível pela Rua Albano e com conexões diretas com a favela da Chacrinha[181]. Seu apartamento era regularizado, espaçoso, bem distribuído em seus 110m² e comprado por duzentos mil reais em 2009. Foi nesta residência que viu seus filhos crescerem e seguirem suas próprias trajetórias e independências. Sua filha atualmente mora na Europa e seu filho já é casado e possui um filho pequeno. Marcos, que agora é avô, precisou da ajuda de seus dois filhos para se mudar do bairro em abril de 2023. Juntos, compraram um apartamento para seus pais de 70m²

[178] Conceição relatou que as operadoras de serviços que atuam dentro da legalidade (como a empresa Sky de TV e Internet) são proibidas de ofertarem seus serviços para os moradores da região.
[179] Entendo que esta análise poderia ser uma pesquisa inteira por si só, e como não faz parte do objeto da pesquisa, deixo essa reflexão em aberto para eventuais desdobramentos em trabalhos futuros.
[180] Nome fictício elaborado para o entrevistado.
[181] Na entrevista, relatou que moravam a 100 metros de distância da Chacrinha.

na Taquara, onde a favela mais próxima está a dois quilômetros de distância[182]. Seu apartamento da Praça Seca ficou cerca de dez meses vazio até conseguir uma conhecida da igreja que quis alugar a um valor bem abaixo do mercado.

O relato referente a trajetória de Marcos com o bairro demonstra sua mudança de percepção da Praça Seca, por entender que na década de 1970, o bairro era muito "*requisitado*" (Marcos), e que hoje está estigmatizado pela violência. Revela que sente o impacto dessa percepção na valorização dos imóveis, ao afirmar que "*hoje, se conseguir 150 mil, 120 mil eu tenho que levantar a mão pro céu e falar: senhor, obrigado senhor, por eu ter conseguido vender meu imóvel!*" (Marcos). Violência que não apenas desvaloriza, mas dificulta o acesso a certos espaços, como a própria favela da Chacrinha, que o entrevistado relatou que transitava normalmente para ir para o trabalho ou demais localidades em 2009. Hoje, nesse acesso que Marcos afirmou que utilizava normalmente existe uma barricada consistente em barreiras de concreto armado e ferro, que obriga uma rotina de estacionar o carro, retirar parte da barricada, atravessar com o carro e estacioná-lo novamente, para poder recolocar a parte da barricada em seu lugar.

A Rua Guilherme Veloso não era uma via protagonista de grandes confrontos, mas foi uma coadjuvante que vivenciava as movimentações prévias e posteriores dos conflitos que ocorreram na Chacrinha quando houve a intervenção federal em 2018. "*Era uma rua onde passavam tanques de guerra. (...) era uma verdadeira guerra*" (Marcos). Relatou que os acontecimentos eram diários e em diversos horários. "*Às vezes você tava voltando do trabalho e a esposa fala: não vem agora não, fica por aí, deixa amansar porque o tiroteio tá comendo.*" (Marcos). Da varanda do seu apartamento, já viu o movimento de bandidos algumas vezes, como afirma:

> *(...) Eles já passaram por lá armado. Os comandos, os milicianos, passavam desfilando com seus armamentos, seus soldadinhos lá, tudo molecote na grande maioria, que não aguentava nem o peso da arma, mas já viu né, criança segurando arma é um dedo nervoso.*

A violência no bairro era uma constante preocupação, o que afetava diretamente sua relação com o território e com seus entes queridos. Os constantes tiroteios, barricadas, notícias e abordagens geravam um medo do que poderia acontecer em suas movimentações pelo bairro (e também fora dele), mas também

[182] Morro do Jordão.

na movimentação de seu filho e neto, que eventualmente reduziram suas visitas pelo medo do que poderia acontecer ao acaso. Relatou que transitar dentro das comunidades era algo rotineiro na adolescência e ao longo de sua vida adulta, mas que foi com o "*avançar da problemática*" (Marcos) dos conflitos armados nos últimos anos que reduziu sua capilaridade no bairro, onde agora evita entrar em locais que acessava com a "*maior naturalidade*" (Marcos). O entrevistado ainda relatou perceber o impacto da violência na comunidade religiosa que pertence. Os cultos noturnos de domingo eram cheios (com cerca de mil pessoas presencialmente) passaram a ter cerca de 100 a 150 pessoas.

Por alguns períodos no fim da década passada e no início desta década, o condomínio onde Marcos morava e detinha o título de síndico precisou pagar pela taxa de segurança para a milícia. Talvez precisar não seja a palavra ideal para descrever a partir do momento em que o entrevistado afirmou em relato que os valores não eram definidos pelos grupos armados, mas eram frutos de apenas um montante arrecadado pelos moradores, de forma extra à taxa condominial, e do valor que fosse. Era um diálogo aberto e quem não se sentisse na vontade de pagar, poderia se retirar do montante. Mesmo com valores sinuosos, o condomínio não enfrentou nenhuma represália de nenhum grupo armado.

Marcos pontuou diversas questões de desconforto por causa da violência rotinizada, mas relatou que uma situação específica foi a "*gota d'água*":

> *Teve um episódio que aconteceu comigo né, e minha esposa, a gente já estava acostumado (...) às orientações para entrar e sair da nossa rua: Acende o farol, não sei o quê, pisca-alerta, abaixa o vidro, etc. (...) Mas uma certa vez eu tava saindo (...) 10:30, 11 horas (da manhã), a gente estava indo no mercado. (...) Quando desci em direção à Cândido Benício, (...) a minha esposa que estava do meu lado começou a entrar de baixo assim (simula o movimento) do porta-luva do carro. 'Para, para, ele vai atirar, ele vai atirar!' (...) eu pensei que eu tinha atropelado um cachorro porque eu não vi nada, né. (...) Quando eu parei o carro ai eu vi do lado direito um garoto, molecote de quinze, dezesseis anos, apontando um fuzil pra mim, pra porta da minha esposa, e do outro lado tinha um outro rapaz, um pouco mais velho, também apontando pistola pra mim. Aí me deram um esporro mesmo. Garoto de 14 a 20 anos dando esporro em um velho de 64 anos não dá pra aturar, né. (...) Me esculachando, entendeu? Aí eu falei : 'pô, isso é a gota d'água. Tá na hora da gente sair'*

Pouco após essa situação, seus filhos conseguiram adquirir o apartamento na Taquara. E mesmo imerso em situações como essa, demonstrou muita sobriedade

ao reconhecer a tensão que é ser um pertencente do tráfico pois "*a vida (deles) é muito ruim também, eles estão sempre sobressaltados*" (Marcos).

Evaristo[183] é um caso raro em nossa sociedade: uma pessoa que veio de baixo da linha da pobreza e que ascendeu socialmente ao promover estudo e esporte para a comunidade na Chacrinha. Sua história com o bairro tem início em 1996, mas para entender suas motivações, é preciso retroceder aproximadamente vinte anos antes de sua chegada na Praça Seca.

Filho de empregada doméstica, tentou se mudar com a mãe aos seis anos para uma casa de empregados numa chácara de um político[184] no Espírito Santo. Foi apenas uma tentativa, pois de acordo com o chefe de sua mãe, a casa (já ocupada por seis empregados) não tinha espaço para ele. Na intenção de "*ajudar*" (Evaristo), esse político o internou na Fundação Nacional do Bem-estar do Menor[185] (FUNABEM). Foi internado na unidade de Caxambu do Horizonte, no Espírito Santo, e só após o falecimento do político (e o subsequente desmembramento de suas posses) pôde visitar sua mãe, aos treze anos, quando ela se mudou para um apartamento alugado em Duque de Caxias (Rio de Janeiro) para trabalhar em Jardim Gramado, comumente conhecido como Cidade do Lixo.

Achava que visitar sua mãe aos finais de semana seria uma oportunidade de lazer e recreação com ela e com amigos do bairro, mas era sinônimo de acompanhá-la aos lixões para ajudar na renda de casa. O entrevistado relatou que nessa época, não tinha a percepção de que estava abaixo da linha da pobreza, e achava que trabalhar num lixão aos treze anos para ajudar na renda de casa era uma atividade normal, rotineira. Relatou que foi aos dezesseis anos que sua forma de percepção de mundo mudou ao conhecer um indivíduo que trabalhava na unidade da FEBEM onde morava. Esse indivíduo mostrou a importância do estudo para o Evaristo, que se empenhou em fazer os cursos disponíveis da FEBEM e, pelo seu bom desempenho, ganhou uma bolsa de um curso profissionalizante no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Seus resultados foram excepcionais

[183] Nome fictício elaborado para o entrevistado.
[184] O entrevistado não especificou o cargo deste político.
[185] Criada em 1964, a FUNABEM era um internato que ficou estigmatizado por ser um lar para jovens comumente classificados como "infratores" e "abandonados". Foi capilarizado nos estados por meio de unidades de FEBEMs, Fundação Estadual do Bem-estar do Menor. Extinta em 1990. cf. https://www.scielo.br/j/pcp/a/YFqf4Y7mbXwVS66msL7jfxr/?lang=pt

e, por tal motivo, foi contratado para trabalhar na unidade que morava e também abriu mais oportunidades de bolsa no SENAI para internos da FEBEM.

Foi por meio da educação que aos 18 anos, quando saiu do internato, poderia escolher um local no asfalto para morar, mas foi o seu desejo de retribuir para a sociedade a oportunidade que recebeu que o fez optar por se manter num território de baixa renda. A razão para ter ido especificamente para a Chacrinha foi sua esposa, que já morava lá. Decidido a construir um espaço para a comunidade, relatou que parou a construção de sua própria casa para gradativamente adquirir um conjunto de terrenos que ninguém queria dentro da favela. Foi adquirindo terrenos e construindo o que inicialmente seria uma piscina. Após a extinção da FUNABEM, foi redistribuído para o Colégio Pedro II, onde conheceu um professor que anteriormente fez um curso de badminton na Itália e começou a demonstrar como era o esporte. Foi nesse momento que resolveu mudar a vocação do espaço que vinha construindo.

Sem a intenção de grandes conquistas ou de formar campeões, seu objetivo principal era incidir com o esporte na difícil transição entre criança e adulto na periferia, devido às vulnerabilidades desse contexto. No processo de descobrir a existência de uma federação do esporte no país, fez uma série de cursos que o ajudaram a desenvolver sua própria metodologia de ensino. Hoje, após 27 anos, a Miratus possui 30 títulos pan-americanos (entre as categorias de base e adultos) e 62 títulos sul americanos (entre as categorias de base e adultos). Por meio do esporte, Evaristo e diversos de seus alunos tiveram a possibilidade de visitar mais de 25 países diferentes. Seu objetivo principal se mostra presente na prioridade que ele dá para a Ong. Já foi convocado para ser técnico da seleção adulta de badminton para as olimpíadas, mas recusou por entender a importância e a necessidade de sua presença e do seu trabalho na comunidade da Chacrinha.

Evaristo é uma liderança na comunidade, e por tal motivo, consegue dialogar com os grupos armados. Em seu relato, pontuou sobre como a captação dos jovens para o tráfico é muito encantadora e gradativa, com uma estratégia quase imperceptível para os jovens, mas que mesmo assim, o tráfico e a milícia entendem e respeitam a Ong:

> *O crime chegou aqui. Existe uma relação de respeito, (...) não passam aqui, não incomodam em hipótese nenhuma. Não tenho nenhum tipo de problema em relação com esse grupo, nem com outro grupo que estava anteriormente, nunca tive. Até porque nós somos uma liderança aqui também, e essa liderança é respeitada por tudo que nós fizemos nessa comunidade, então eles sabem quem é quem, (...) eles são organizados.*

O entrevistado ainda acrescenta em seu relato que existe uma visão autocrítica dos próprios membros das organizações criminosas sobre a relevância e o papel formador da instituição. "*O crime organizado não atrapalha em você ajudar as crianças. Eles até me falam: pô, se eu tivesse esse projeto aí de repente eu não estaria fazendo o que eu faço hoje*" (Evaristo). A sua percepção sobre os grupos armados, diferente dos demais entrevistados, é mais profunda no que tange as origens e sujeições que esses indivíduos acumulam em suas trajetórias. Critica a sociedade pela sua postura genérica e rasa, onde afirma:

> *Eles vêem a sociedade como o leão vê a zebra, como presa. Ele não vai ter pena de você, pena da sua vida, ele vai querer pegar o que você tem. Porque ele foi preparado pra isso. Ele foi envolvido num processo de crescimento dentro da criminalidade. E porque? O crime é organizado. Então, ele entra de uma forma natural aos oito, nove anos de idade, e a sociedade só enxerga eles aos quinze, dezesseis, quando ele tá tomando a sua moto, entrando na sua casa, estuprando sua filha, assaltando. (...) Tenho nenhuma admiração pela sociedade.*

Para o entrevistado, o crime organizado é o "*produto, mas o alvo deveria ser a matéria prima*", que são as crianças. Ele disputa a matéria prima com os criminosos com seu trabalho com o esporte que certamente garantiu diversas oportunidades para um grupo considerável de jovens do bairro (e de bairros próximos) nessas últimas décadas. Para além das viagens e títulos, mas também na perspectiva de alcançar novos lugares e de sair daquilo que é esperado pela estatística.

O efeito de paralaxe da violência rotinizada na Praça Seca fica explícito ao ver estes três diferentes relatos de indivíduos imbricados no mesmo território, mas que tiveram diferentes vivências, trajetórias e percepções a partir da mesma problemática. Como apresentado nestes capítulos, o cotidiano dos entrevistados é fatalmente impactado pela violência, seja ela produzida pela falta de estruturas urbanas, seja ela produzida pelos grupos armados que dominam a região. Na atual conjuntura, é difícil aguardar por melhorias desse contexto, tendo em vista a pouca movimentação estatal e o avanço do tráfico no bairro. Mas fato é que a vida segue

acontecendo, e embora o processo não seja linear, o progresso é constante. Encerro estes escritos com uma fala popular de Carlos Marighella: a única luta que se perde, é aquela que se abandona.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação que suscitou o desenvolvimento desta dissertação se materializou em contribuições para a academia e em possibilidades de desdobramentos em novas pesquisas, mesmo com as limitações que se apresentaram ao longo do trajeto.

Embora imerso por duas décadas de vivências no subúrbio do Rio de Janeiro como morador, somado de anos pesquisando questões relacionadas com o direito à cidade, e com mais de um ano de pesquisas focadas especificamente na Praça Seca, encerro esta dissertação entendendo o quão rico e complexo esse tema de fato é. A análise das desigualdades sociais relacionadas a um território é um tema muito amplo e latente e que, por ser contemporâneo, sempre surgem novas informações e acontecimentos que tornam esse trabalho uma pesquisa potencialmente sem fim. Por tais motivos, defino minha inquietação como parcialmente respondida por entender que existem tantas outras abordagens e articulações de conceitos aplicáveis nesse objeto empírico que me impedem de enxergar essa dissertação como algo diferente de um trabalho introdutório, mas que mesmo assim, possui seus devidos resultados e contribuições.

Dentre as diversas contribuições, três delas se mostram principais. A primeira é a atualização dos acontecimentos históricos do bairro. O livro ”O Vale do Marangá” escrito pelo jornalista Waldemar da Costa e publicado em 1986 foi um trabalho de extrema relevância para o entendimento do processo de expansão urbana da Zona Oeste do Rio de Janeiro com enfoque na Praça Seca (e em Jacarepaguá como um todo, ao considerar os primeiros anos de ocupação do território) ao apresentar a relação desse espaço com as diferentes localidades e personalidades da história carioca. Mas, até então, seu conteúdo ainda não havia sido atualizado. Ora, quase quatro décadas se passaram desde o lançamento dessa obra, ou seja, um conjunto de desdobramentos, acontecimentos e descrições nas mudanças das malhas urbanas, das diferentes ocupações, no valor simbólico do bairro (além de diversas outras variáveis) necessitavam de serem atualizadas até os dias atuais, como também serão necessárias novamente daqui a alguns anos. Dessa forma, essa dissertação buscou preencher essa lacuna.

A segunda contribuição principal é referente à trajetória histórica específica da violência no bairro. Ao apresentar, por meio de informações coletadas de duas décadas de reportagens e algumas entrevistas e conversas informais, foi possível construir uma narrativa que mostra a consolidação da Praça Seca como um espaço que gradativamente se desprende do “guarda-chuva” de Jacarepaguá, como um território hostil no discurso midiático (fruto dos conflitos armados entre milícias e facções criminosas) e como um ambiente de violência rotinizada no cotidiano dos moradores. O levantamento dos diversos fatos históricos marcantes na cronologia do bairro, assim como a apresentação de diversos dos atores presentes nesse processo como Deco, Doem, Lica, Dande, Da Rússia, Carlinhos três pontes, Ecko, Zinho, Tandera, assim como a intervenção federal, disputas e conflitos é uma forma de evidenciar a relevância da Praça Seca para além da escala de bairro, embora pouco trabalhada em estudos acadêmicos. Essa análise foi importante para entender o quanto a violência é um traço presente na realidade do dia a dia de quem vive e convive no bairro, mas que existem diversas movimentações sociais e culturais que buscam promover melhores condições para aqueles que habitam o território.

A terceira contribuição principal se refere à análise da temática da desigualdade através de uma construção narrativa orientada pelos conceitos. Tendo a sociogênese do Estado como ponto de partida foi um retorno considerável, mas necessário para compreender como a violência está permeada de diversas formas no convívio em sociedade. Entender que as desigualdades sociais, raciais, econômicas e espaciais são uma produção violenta e gradativamente consolidada, onde processos de aculturação, colonização do imaginário, cidadania mutilada, sujeição criminal e vitimização (entre tantos outros) eventualmente se tornam discursos legítimos e hegemônicos. Por tal motivo, precisavam ser explicitados nestes escritos.

Assim como a grande maioria dos trabalhos acadêmicos, esta pesquisa passou por limitações que valem ser pontuadas. Pelo fato do objeto empírico ser um território notadamente sensível, com acontecimentos violentos recorrentes e dificuldade de acesso aos espaços e moradores, fica marcado a falta de imagens autorais do bairro, os poucos relatos formais (entrevistas) e informais (conversas pontuais com moradores), na impossibilidade de produzir um trabalho de campo

com inspirações etnográficas e na dependência de reportagens publicadas sobre a Praça Seca. Afinal de contas, o medo de exposição do morador médio é uma realidade que não pode ser ignorada ao buscar compreender as fronteiras do tema. Para além disso, por ser um trabalho de mestrado, o prazo é muito curto para que a captação de tantas informações e a redação consigam garantir o esgotamento do tema. Entretanto, é importante pontuar que mesmo perante as adversidades, o objetivo de demonstrar diferentes trajetórias de moradores dentro do contexto de violência rotinizado foi concluído.

Pensando nas dinâmicas das desigualdades na cidade do Rio de Janeiro, com enfoque na violência que a permeia, é possível considerar diversas possibilidades de novas pesquisas. Considerando a Praça Seca como um espaço de qualidade no subúrbio da cidade por diversas décadas do século passado, que passa por um processo de degradação generalizada paralela à ascensão do bairro da Barra da Tijuca, é viável propor uma pesquisa que pressupõe uma possível relação não silenciosa entre esses acontecimentos. Qual o papel do agenciamento da especulação imobiliária nas configurações do território ocupado (e ocupável) da Zona Oeste?

Partindo do mesmo contexto de violência na Zona Oeste, também é possível conceber uma pesquisa que gire em torno da possibilidade de novas tipologias de organizações criminosas. Ora, na última década ocorreram diversas mudanças nas relações de poder e nos perfis de membros e de práticas tanto do tráfico, quanto da milícia. É possível que as terminologias utilizadas atualmente percam seu sentido com o passar dos anos. Será que não estamos diante de um caso de eventuais formações de novos tipos de organização criminosa, com seus próprios códigos morais, condutas e relações políticas-institucionais?

Ao longo da produção desta dissertação, também concebi um tema de pesquisa que é mais voltado para uma análise mais conceitual e mais desprendido de objetos empíricos: o processo de culturalização da violência, pensando na rotinização da mesma como um processo que gradativamente se torna parte da cultura (paralelamente como a legitimação do “jeitinho brasileiro”, como afirma Michel Misse) em certos territórios. Somado da contribuição de Gramsci com o conceito de revolução passiva e da percepção de Foucault de poder enquanto um

fator disciplinar e normalizador, será que é possível pensar que o jeito como a violência presente em territórios menos favorecidos é enxergada e tratada no senso comum não é uma forma de produção cultural?

BIBLIOGRAFIA

Livros e artigos

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Paz & Terra, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Portugal: Edições 70, 2011.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Maneiras de pensar o urbanismo: questões teórico metodológicas**. In: Encontro da ANPUR. Anais... Águas de São Pedro: ANPUR, v.2, 1989.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas**. São Paulo: Cadernos Metrópole, n. 17, 2007.

CARVALHO, Monique; ROCHA, Lia de Mattos; DA MOTTA, Jonathan. **Milícias, facções e precariedade: Um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro diante do controle de grupos armados**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023. E-book.

CAVALCANTI, Mariana. **Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(res) em uma favela consolidada**.Revista Brasileira De Ciências Sociais, v.24, n.69, 2009

COMPANS, Rose. **A regularização fundiária de favelas no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, n. 9, 2003.

COSTA, Waldemar. **Vale do Marangá: a Construção do Coreto da Praça Seca 1928**. Rio de janeiro, [s.n.], 1986.

DA MOTTA, Jonathan. **As múltiplas faces da milícia Liga da Justiça: Reorientação moral e deslocamento político na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista Dilemas, v.17, n.1, 2024.

DA SILVA, Lara Ferreira; DE OLIVEIRA, Luizir. **O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu**. Teresina: Revista FSA, v. 14, n. 3, art. 9, 2017.

DOS SANTOS, Itamar. **Aspectos da violência urbana**. Vitória da Conquista: Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, n. 5, 2009.

DOS SANTOS, Leonardo S. **A Cidade está Chegando: Expansão Urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940)**. Alagoas, Revista Crítica Histórica, v. 2, n.3, 2011.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e da ordem social pacificada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 2, 1993.

FERRARIL, Ilka. **Agressividade e Violência**. Rio de Janeiro: Revista Psicologia Clínica, v.18, 2006.

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio do Prazer**. Porto Alegre. Rio Grande do Sul: L&PM, 2016.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão de apoio a posições autoritárias**. São Paulo, 2017.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. **Militâncias culturais em contextos de violência rotinizada na zona oeste do Rio de Janeiro, Brasil, e em Guerrero, México**. São Paulo: Plural - Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 2, 2018.

GONZAGA, Alice. **Palácios e Poeiras: 100 anos de cinema no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GRAMSCI, Antonio. (Coutinho, Carlos Nelson, ORG.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUZINSKI, Serge. **Colonização do Imaginário**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003

IPEA. Atlas da Violência. Brasília - Rio de Janeiro - São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2019.

IPEA. Atlas da Violência. Brasília - Rio de Janeiro - São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2021.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília - Rio de Janeiro - São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008

KRUG, E. G, et al. **World report on violence and health**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LACAN, J. **A agressividade em psicanálise** in. *Escritos*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Brasília: Sociedade e Estado, v.19, 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Fazendo a Cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Civitas. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. N. 3, 2008.

MISSE, Michel. **MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese, 1999

MYRDAL, G. **O valor na teoria social**. São Paulo: Pioneira, 1961.

NUNES-FERREIRA, Carlos. **Barra da Tijuca: o Presente do Futuro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

ODEH, Lemuel. **A COMPARATIVE ANALYSIS OF GLOBAL NORTH AND GLOBAL SOUTH ECONOMIES**. Estados Unidos da América: Journal of Sustainable Development in Africa, 2010.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005

RIOS-NETO, Eduardo; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. **Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana**. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) Diversidade, Espaço e Relações Étnicos-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. Edusp. São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **Pensando no espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**. Record. Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS JR, Orlando, et al. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados**, 2021. Disponível em: < https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf >. Acesso em: 02/01/2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano**. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de & LIMA JR, Pedro Novais de. (Org.). Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares. Rio de Janeiro: Letra Capital, v.1, 2018.

SEYFERTH, Giralda. **Raça, ciência e sociedade**. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

SOUSA, Raquel Gomes de. **Salas de Cinema no Rio de Janeiro: 1896-1995**. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Geografia), PPGG/UFRJ, 2019.

SUPRIYADI, Alessandra. **A VISÃO DO MAR: O IMAGINÁRIO EUROPEU SOBRE O NOVO MUNDO**. Acre: Revista de História e Humanidades Jamaxi, v.5 n.1, 2021.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. In: COHN, Gabriel (Org.). Weber, Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1997.

XIMENES, Luciana A, et al. (Org). **URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2023.

YIFTACHEL, Oren. **Critical theory and 'gray space' Mobilization of the colonized**. CITY, VOL. 13, NO. 2–3, 2009.

Sites

Arquivo Nacional. **Estrada de Ferro D. Pedro II**. Disponível em: < http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/317-estrada-de-ferro-d-pedro-ii >. Acesso em: 24/11/2023.

Associação Miratus de Badminton. **Miratus**, 2023. Disponível em: < https://www.miratus.org/ >. Acesso em: 12/09/2023.

ATIVIDADES OFERECIDAS. **Orfanato Rita de Cássia**, 2020. Disponível em: < https://orfanatosantaritadecassia.com.br/2020/08/25/formas-de-atendimentos-e-atividades-oferecidas/ >. Acesso em: 12/09/2023.

BARROS, Sérgio. **Fazenda mais antiga da Cidade do Rio! É do ano de 1.600 - Engenho D'água!** Youtube, 01/11/2021. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=WgMD5HiSDEk >. Acesso em: 24/11/2023.

BEZERRA, Juliana. **A Construção de Brasília**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em < https://www.todamateria.com.br/a-construcao-de-brasilia/ >. Acesso em: 26 dez. 2023

BORGES, Dayane. **Aculturação, o que é? Definição, principais tipos, características e exemplos**, 2023. Disponível em: < https://conhecimentocientifico.r7.com/aculturacao-o-que-e/ >. Acesso em : 12/09/2023.

CERQUEIRA E FRANCISCO, Wagner. **Cidades globais**, 2023. Disponível em: < https://brasilescola.uol.com.br/geografia/cidades-globais.htm >. Acesso em 14/08/2023.

Convergência Brasil. **Por que 46 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à internet?**, 2021. Disponível em: < https://convergenciabrasil.com.br/blog/brasileiros-sem-acesso-a-internet > . Acesso em: 26/07/2023

Cronologia do Urbanismo. **Criação do Programa Favela-Bairro**. Disponível em: < https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1149 >. Acesso em: 02/01/2024.

Diário do Transporte. **Número de passageiros transportados pelo BRT do Rio de Janeiro (RJ) cresce de 150 mil para 360 mil desde a implantação do serviço**, 2023. Disponível em: < servico/#:~:text=Em%20um%20ano%2C%20a%20chegada,di%C3%A1ria%20era%20de%20150%20mil >. Acesso em: 02/01/2024.

Dicionário de Favelas Marielle Franco. **Lista de Favelas do Rio de Janeiro**, 2023. Disponível em: < https://wikifavelas.com.br/index.php/Lista_de_Favelas_do_Rio_de_Janeiro >. Acesso em: 12/09/2023.

EBC. **Famílias tiveram casas desapropriadas sem necessidade para obras da Copa no Rio, denuncia comitê**, 2013. Disponível em: < https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/familias-tiveram-casas-desapropriadas-sem-necessidade-para-obras-da-copa-no >. Acesso em: 22/11/2023.

Estadão. **Milicianos lançam familiares na política para manter influência em áreas do Rio de Janeiro**, 2024. Disponível em: < https://www.estadao.com.br/politica/milicia-miliciano-rj-rio-de-janeiro-eleicoes-influencia-estado/ >. Acesso em: 09/04/2024.

Extra. **Maioria das indenizações de desapropriações para contrução da Transcarioca é paga em juízo**, 2011. Disponível em: < https://extra.globo.com/esporte/rio-2016/maioria-das-indenizacoes-de-desapropriacoes-para-contrucao-da-transcarioca-paga-em-juizo-1903203.html >. Acesso em: 03/08/2023.

Extra. **Praça Seca enfrenta rotina de medo**, 2014. Disponível em: < https://extra.globo.com/noticias/rio/praca-seca-enfrenta-rotina-de-medo-11614569.html >. Acesso em: 02/01/2024.

Extra. **Vídeo mostra dezenas de homens armados entrando em comunidade na Praça Seca**, 2018. Disponível em: <

https://extra.globo.com/casos-de-policia/video-mostra-dezenas-de-homens-armados-entrando-em-comunidade-na-praca-seca-22358480.html >. Acesso em: 02/01/2024.

Extra. **Mortes em Búzios: chefe da milícia da Praça Seca é uma das vítimas do ataque em bar**, 2023. Disponível em: < https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2023/05/mortos-em-buzios-chefe-da-milicia-da-praca-seca-e-uma-das-vitimas-do-ataque-em-bar.ghtml >. Acesso em: 03/03/2024.

Fogo Cruzado. **Comando Vermelho cresce em 2023**, 2024. Disponível em: < https://fogocruzado.org.br/mapa-historico-dos-grupos-armados-rio-de-janeiro-2023 >. Acesso em: 26/06/2024.

G1. **Guerra entre milicianos e traficantes leva medo a moradores da Praça Seca**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/guerra-entre-milicianos-e-traficantes-leva-medo-a-moradores-da-praca-seca-2584502.ghtml >. Acesso em: 02/04/2024.

G1. **Moradores da Praça Seca, Rio, enfrentam mais um dia de tiroteio**, 2014. Disponível em: < https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/moradores-da-praca-seca-rio-enfrentam-mais-um-dia-de-tiroteio.html >. Acesso em: 17/03/2024.

G1. **Ex-vereador Deco é condenado por atuação em milícia no Rio**, 2014. Disponível em: < https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/ex-vereador-deco-e-condenado-por-atuacao-em-milicia-no-rio.html >. Acesso em: 02/01/2024.

G1. **Disputa entre milicianos leva tensão a moradores da favela Bateau Mouche, Rio**, 2017. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/disputa-entre-milicianos-leva-tensao-a-moradores-da-favela-bateau-mouche-rio.ghtml >. Acesso em: 02/01/2024.

G1. **Apontado como responsável por confrontos na Praça Seca foi libertado pelo STF após 4 meses preso**, 2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/apontado-como-responsavel-por-confron

tos-na-praca-seca-foi-libertado-pelo-stf-apos-4-meses-preso.ghtml >. Acesso em: 23/02/2024.

G1. **Chefe do tráfico em comunidade na Praça Seca é morto em operação das Forças Armadas e polícias do RJ**, 2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/chefe-do-trafico-de-comunidade-da-praca-seca-e-morto-em-operacao-das-forcas-armadas-e-da-policia-do-rj.ghtml >. Acesso em: 25/09/2023.

G1. **Milícias se unem e viram 'força quase única' na Praça Seca, Zona Oeste do Rio, substituindo o tráfico**, 2019. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/01/milicias-se-unem-e-viram-forca-quase-unica-na-praca-seca-zona-oeste-do-rio-substituindo-o-trafico.ghtml >. Acesso em: 02/01/2024.

G1. **Guerra do tráfico com a milícia por territórios da Zona Oeste atinge mais de 100 mil habitantes da região**, 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/26/guerra-do-trafico-com-a-milicia-por-territorios-da-zona-oeste-atinge-mais-de-100-mil-habitantes-da-regiao.ghtml >. Acesso em: 12/04/2024.

G1. **Morte de sobrinho do miliciano Zinho leva terror à Zona Oeste, com 35 ônibus e 1 trem queimados**, 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/23/onibus-do-brt-e-incendiado-apos-sobrinho-de-zinho-ser-baleado-em-troca-de-tiros-com-a-policia.ghtml >. Acesso em: 02/01/2024.

G1. C**astro promete caçar chefões de milícia e tráfico: 'Zinho, Tandera e Abelha: não descansaremos até prendermos'**, 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/ao-vivo/entrevista-coletiva-governo-do-rj-e-policias-morte-faustao-onibus-queimados.ghtml >. Acesso em: 06/01/2024.

G1. **Zinho, miliciano mais procurado do Rio de Janeiro, se entrega à Polícia na véspera do Natal**, 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/12/25/zinho-miliciano-mais-procurado-do-rio-de-janeiro-se-entrega-a-policia-na-vespera-do-natal.ghtml >. Acesso em: 08/01/2024.

Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI), UFF. **Medindo a eficiência das operações policiais: Avaliação e monitoramento**, 2021. Disponível em: < https://geni.uff.br/2021/04/19/medindo-a-eficiencia-das-operacoes-policiais-avaliacao-e-monitoramento/ >. Acesso em: 14/07/2023.

HISOUR ARTE CULTURA E EXPOSIÇÃO. **Arquitetura haussmanniana**, 2023. Disponível em: < https://www.hisour.com/pt/haussmannian-architecture-31737/ >. Acesso em: 12/09/2023.

InfoMoney. **Relembre o editorial de Roberto Marinho apoiando a ditadura e a retratação da Globo em 2013**, 2018. Disponível em: < https://www.infomoney.com.br/politica/relembre-o-editorial-de-roberto-marinho-apoiando-a-ditadura-e-a-retratacao-da-globo-em-2013/ > . Acesso em: 26/07/2023

IPatrimônio. **Reservatório dos Macacos e Açude**. Disponível em: < https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-reservatorio-dos-macacos-e-acude/#!/map=38329&loc=-22.966517173471857,-43.24042788596384,17 >. Acesso em: 12/12/2023.

LLORENTE, Analía. **O eclipse que salvou a vida de Cristóvão Colombo em viagem à América**, 2020. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/geral-54501402 >. Acesso em: 12/09/2023.

Medium. **A 'continuidade descontínua' dos programas de urbanização em favelas**, 2019. Disponível em: < https://medium.com/data-labe/a-continuidade-descont%C3%ADnua-dos-programas-de-urbaniza%C3%A7%C3%A3o-de-favelas-f6aa0d4dbfa9 >. Acesso em: 02/05/2024.

Meia Hora. **Aliança entre miliciano e traficante teria motivado explosão de violência na Praça Seca**, 2018. Disponível em: < https://www.meiahora.com.br/rio-de-janeiro/2018/03/5527037-a-praca-seca-em-nova-versao.html >. Acesso em: 02/01/2024.

O Dia. **Milícia deu golpe no tráfico**, 2013. Disponível em: < https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-11-04/milicia-deu-golpe-no-trafico.html >. Acesso em: 02/04/2024.

O Dia. **Miliciano é baleado na Zona Oeste**, 2023. Disponível em: < https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/01/6564405-miliciano-e-baleado-na-zona-oeste.html >. Acesso em: 15/02/2024.

O Dia. **Tráfico impõe terror a moradores da Praça Seca**, 2023. Disponível em: < https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/01/6562740-trafico-impoe-terror-a-moradores-da-praca-seca.html >. Acesso em: 02/03/2024.

O Dia. **Rival de Zinho, miliciano Nanan é morto a tiros na Zona Oeste**, 2023. Disponível em: < https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/11/6735696-rival-de-zinho-miliciano-nanan-e-morto-a-tiros-na-zona-oeste.html >. Acesso em: 02/12/2023.

O Globo. **Eduardo Paes elogia ações de milícias de PMs em Jacarepaguá**, 2006. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337 >. Acesso em: 02/01/2024.

O Globo. **Um terço das favelas dominadas pela milícia já tem venda de drogas**, 2022. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/06/um-terco-das-favelas-dominadas-pela-milicia-ja-tem-venda-de-drogas.ghtml >. Acesso em: 02/01/2024.

Poder 360. **Como a mídia reproduz a violência**. Disponível em: < https://www.poder360.com.br/opiniao/como-a-midia-reproduz-a-violencia/#:~:text=A%20viol%C3%AAncia%20foi%20mostrada%20em,seguran%C3%A7a%20que%20existem%20no%20Brasil. >. Acesso em 14/07/2023.

Rio Memórias. **Fazenda da Taquara**. Disponível em: < https://riomemorias.com.br/memoria/fazenda-da-taquara/ >. Acesso em: 24/11/2023.

Rio Prefeitura. **Moradores da Zona Oeste ganharão uma nova Praça Seca, revitalizada, em fevereiro**, 2019. Disponível em: < https://prefeitura.rio/infraestrutura/moradores-da-zona-oeste-ganharao-uma-nova-praca-seca-revitalizada-em-fevereiro/ >. Acesso em: 02/05/2024.

Rolé Carioca. **CENTRO ANTIGO E SEUS CINEMAS**. Disponível em: < https://www.rolecarioca.com.br/roteiro/52/cinemas-antigos-do-centro.html#:~:text=A

%20primeira%20sala%20fixa%2C%20destinada,ligado%20ao%20italiano%20Paschoal%20Segreto. >. Acesso em: 12/12/2023.

SOUZA, Wanessa De. **O imaginário europeu, as visões sobre o "Novo Mundo" e suas gentes**, 2003. Disponível em < https://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/oimaginarioeuropeuasvisoessobreonovomundoesuasgentes.pdf > acesso em 03/07/2023.

TEMER, Michel. **Presidente Michel Temer assina decreto de intervenção na segurança do Estado do Rio de Janeiro [Pronunciamento público realizado em cadeia nacional]**, 2018. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=7HOlqToJhcM >. Acesso em: 12/09/2023.

Uol. **Obra para Copa usa só 10% de área desapropriada e gera investigação do MP**, 2013. Disponível em: < https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/09/17/desapropriacao-de-brt-no-rio-deixa-terrenos-vazios-e-e-investigada-pelo-mp.htm >. Acesso em: 05/09/2023.

Uol. **CV se une a maior milícia do RJ e amplia área de domínio, diz investigação**, 2023. Disponível em: < https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/09/24/cv-alianca-milicia-expansao-rio-de-janeiro.htm >. Acesso em: 02/01/2024.

Uol. **Após morte de líder, maior milícia do RJ tem guerra interna e se alia ao CV**, 2023. Disponível em: < https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/02/morte-lider-maior-milicia-do-rj-guerra-interna-alianca-comando-vermelho.htm >. Acesso em: 04/05/2024.

VARELLA, Dráuzio. **VIOLÊNCIA NA TV E COMPORTAMENTO AGRESSIVO**, 2011.. Disponível em: < https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/violencia-na-tv-e-comportamento-agressivo-artigo/ > . Acesso em: 26/07/2023.

Veja. **Um tiroteio por dia**, 2018. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/revista-veja/um-tiroteio-por-dia/?utm_source=admitad&utm_

medium=baseexterna&utm_campaign=admitad_abril&tagtag_uid=eb2c5e2ded4b584e2fb11175d51d706b >. Acesso em: 02/01/2024.

Paz na Mídia. **Índice de Violência na Mídia**, 2023. Disponível em: < https://www.paznamidia.com.br/ivm/ >. Acesso em: 12/09/2023.

WikiFavelas. **Programa Cada Família um Lote - Luiz Alberto Amarante (entrevista)**, 2022. Disponível em: < https://wikifavelas.com.br/index.php/Programa_Cada_Fam%C3%ADlia_um_Lote_-_Luiz_Alberto_Amarante_(entrevista) >. Acesso em: 02/05/2024.

WikiFavelas. **Programa Favela-Bairro - 1ª fase**, 2023. Disponível em: < https://wikifavelas.com.br/index.php/Programa_Favela-Bairro_-_1%C2%AA_fase >. Acesso em: 02/03/2024.

WikiFavelas. **PAC Manguinhos**, 2023. Disponível em: < https://wikifavelas.com.br/index.php/PAC_Manguinhos >. Acesso em: 22/05/2024.